



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FANNY SPINA FRANÇA

RESISTÊNCIA E VISIBILIDADE LÉSBICA NA REDEMOCRATIZAÇÃO:
uma análise interseccional do boletim *ChanacomChana* (1981-1987)

FLORIANÓPOLIS

2022

FANNY SPINA FRANÇA

RESISTÊNCIA E VISIBILIDADE LÉSBICA NA REDEMOCRATIZAÇÃO:
uma análise interseccional do boletim *ChanacomChana* (1981-1987)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Janine Gomes da Silva

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

França, Fanny

Resistência e visibilidade lésbica na redemocratização:
: uma análise interseccional do boletim ChanacomChana
(1981-1987) / Fanny França ; orientadora, Janine Silva,
2022.

169 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Imprensa Lésbica. 3. GALF. 4. Boletim
ChanacomChana. 5. Interseccionalidade. I. Silva, Janine.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em História. III. Título.

Fanny Spina França

RESISTÊNCIA E VISIBILIDADE LÉSBICA NA REDEMOCRATIZAÇÃO:
uma análise interseccional do boletim *ChanacomChana* (1981-1987)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Cíntia Lima Crescêncio, Dr.(a)

Instituição UFABC

Prof.(a) Morgani Guzzo, Dr.(a)

Instituição UFSC

Prof.(a) Soraia Carolina de Mello, Dr.(a) (suplente)

Instituição UFSC

Prof.(a) Núcia Alexandra de Oliveira, Dr.(a) (suplente)

Instituição UDESC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^ª Dra Janine Gomes da Silva

Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado às lésbicas e sua (r)existência.

Luana Barbosa presente!

Rosely Roth presente!

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu em meio a um contexto global muito complicado, a situação da pandemia da COVID-19, iniciada em 2020 e sua superação iniciando em 2022, impôs diversos desafios para o desenvolvimento dessa pesquisa. Viver uma pandemia de dimensão mundial com um vírus desconhecido, eu acreditava que no século XXI isso dificilmente ocorreria, pertencendo somente nas páginas da história ou em um filme de ficção científica. Durante dois anos praticamente as pessoas precisaram se isolar e os encontros e trocas de ideias tinham que ser mediado pelas telas e conexões. Além disso, as inúmeras dúvidas pelo menos ao longo do primeiro ano, a expectativa pela vacina e, principalmente, o medo de poder perder uma pessoa amada, já que a doença e o descaso dos governos resultaram em mais de 689.000 mortes no Brasil. Foi neste cenário, tão complexo e desafiador, que se desenvolveu a escrita desta dissertação. Superar esse momento e conseguir terminar este trabalho só foi possível devido a uma rede de apoio, a qual sou imensamente grata.

À minha orientadora Janine Gomes da Silva, pela paciência e pela atenção em sempre me desafiar a melhorar o desenvolvimento e escrita do presente trabalho, por ser guia nesta jornada acadêmica compartilhando comigo seus conhecimentos e orientações acadêmicas.

Ao financiamento proporcionado pela CNPq, sem ele não seria possível ter a tranquilidade para me dedicar a esta pesquisa ao longo entre 2020 e 2021, ápice do momento pandêmico.

Às professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, as quais através de suas disciplinas promoveram inúmeras reflexões que foram incorporadas neste trabalho. À Cíntia Lima Crescêncio por suas contribuições na banca de qualificação que enriqueceram a produção deste trabalho e por aceitar avaliar a defesa desta dissertação em sua versão final. Também às pesquisadoras e pesquisadores do LEGH como Paul, Aline, Jorge, Henrique, Alana, Isadora e Alina, a quem agradeço pelas indicações de bibliografia e as conversas que me inspiraram em muitos aspectos dessa pesquisa. Em especial à Wagner Locks com quem pude compartilhar várias ideias e apontamentos e ser inspirada pelos dele, e à Camila Diane por compartilhar comigo todas as edições do

ChanacomChana e leituras, além de ter comentado meu trabalho na etapa de qualificação e me inserido em uma rede de pesquisadoras sobre a Imprensa Lésbica no Brasil.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, que através das suas disciplinas, docentes e discentes pude ampliar meu entendimento sobre os ofícios da História durante a minha trajetória de mestrandia. Também agradeço aos servidores, sempre prestativos em orientar e auxiliar na resolução dos trâmites burocráticos, igualmente necessários para a realização desta pesquisa.

Agradeço imensamente a todas/os professoras/es que passaram por minha trajetória em todos os níveis de ensino, por sempre me motivarem a buscar o conhecimento, me encantarem com a ciência e serem inspiração para esta professora e pesquisadora em construção.

Essa pesquisa só foi possível por causa dos grupos ativistas que preservaram a memória do movimento LGBTQIA+ com coleções com um grande acervo de periódicos, fotos, cartazes, livros e discos, disponibilizados de maneira pública, gratuita e online. Destaco o Acervo Bajubá projeto que se dedica a organização da memória do movimento LGBTQIA+ brasileiro, ao acervo do *Grupo Dignidade* onde encontrei todas as edições do *Lampião da Esquina* e ao site *Um Outro Olhar* onde pode ser encontrado além os relatos de Miriam Martinho acerca da trajetória do *GALF* e *ChanacomChana* foram encontradas diversas fotos e imagens pertinentes para essa pesquisa. Agradeço também Miriam Martinho, que também contribuiu com esta pesquisa ao elucidar algumas dúvidas minhas sobre as integrantes do *GALF* e me indicar alguns de seus artigos para leitura.

Essa pesquisa não se encontra sozinha, ela está em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores de todo país que investigam a trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil e o movimento lésbico. Entrar em contato com essas pessoas fortaleceu muito o argumento estabelecido ao longo deste trabalho, pois através dessa rede tive acesso a bibliografias, debates e troca de ideias. Muitas/os são interlocutoras/es e referências para a escrita deste trabalho como Paula, Júlia, Larissa, Formigão, Suane, Augusta e Caio. Com essa rede o trabalho de investigar as vivências lésbicas foi menos solitário.

Agradeço à minha família por ter sido suporte emocional e afetivo durante a minha trajetória. Suzen e Renato por serem meus guias na vida, por proverem condições materiais para que eu tivesse a tranquilidade para concluir esta etapa, também pelo incentivo para atingir o grau de mestre, são meu porto seguro nos momentos de insegurança, enxergando o que há de melhor em mim. Ao meu irmão Felipe, meu maior cúmplice da vida, com quem compartilhei a aventura de vir morar em uma cidade distante

da família e o descobrimento da vida adulta. À Rafaella e Marcelo, ser a irmã mais velha de vocês é um prazer e ensinamento ao mesmo tempo. Minha avó Shirley, uma segunda mãe, sua fé em mim me fortalece a cada desafio. Meu avô Genésio por ser inspiração de resiliência e obstinação, o retirante filho de caboclo que construiu a sua vida sem amarras. À Marília e Antônio que mesmo desencarnados seguem me guiando. E ainda a Renato, Cecília, Rian, Renatinho, Lohann, Derek, Mônica, Laura e Gabriela.

À minha maior inspiração, Victória, minha companheira para vida, “a vitória ao teu lado é uma escolha”. Obrigada por ser a pessoa que mais esteve junto comigo nesse processo, acompanhou minhas madrugadas de escrita, ouviu meus desabafos, por me colocou nos eixos quando me perdia e foi abrigo quando precisei. Ainda bem que nossos caminhos se cruzaram!

À Tatiana e Guilherme, família que abriu os braços para mim e nesses anos pandêmicos foram muitas as vezes que me cederam um espaço na sua casa para estudar e escrever.

À Josyanne amiga que está comigo em todos os momentos, me incentiva a quebrar todas as barreiras e é meu ombro amigo. À Vitor Breda, o clube do pudim que se formou para a vida, longe ou perto sempre pude contar com ele seja na palhaçada ou na seriedade. À Camila, amiga que encontrei nas lutas feministas, é ombro amigo, conselheira e camarada, “eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”. À Heloísa, maga da língua portuguesa, que aceitou a missão de revisar esse trabalho ajudando com as concordâncias, pontuações e tempos verbais. Nesta jornada também agradeço as amigas Glória, Liziara, Lari Neves, Larissa, Bruna, Gabriel, Vinicyus, Matheus, Lenira, Jan, Hannah, Fran e Bianca com quem troquei muitas ideias, risos, abraços, acolhimentos e afetos, vocês tornaram meu caminho mais leve.

As inquietações dessa pesquisa têm uma base muito forte na minha militância política, através da qual pude me aproximar do objeto de estudo e de onde partem minhas inquietações. Dessa forma, não poderia deixar de agradecer a militância da Frente Feminista 8M-SC, da Setorial de Mulheres do PSOL e em especial às camaradas da Resistência. Camila, Paula, Malu, Vitor Santos, Victória S., Nicollas, Marcos, Chico, Beatriz, Vitor Xuxa, Lucas Brito, Lucas Marques, Felipe Alencar, Sonara Costa, Carolina Iara e Giany Rodrigues, cada uma destas citados tem participação nesse trabalho pela indicação de bibliografia, compartilharam comigo acúmulos teóricos de suas próprias pesquisas ou torceram por mim na realização dessa pesquisa.

Essa pesquisa não seria possível se não fossem as lésbicas que nos antecederam e lutaram pelos seus direitos, abrindo caminho para que hoje a lesbianidade possa ser debatida e assumida na vida e no campo teórico. A estas que me antecederam, as que já partiram e as que seguem resistentes, minha gratidão por serem insurgentes contra o apagamento e silenciamento das lesbianas.

Por fim, agradeço aos meus guias espirituais por me fortalecerem nessa batalha.

RESUMO

Durante a década de 1980, no estado de São Paulo, um grupo de lésbicas fundou o *Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)*, com interesse em debater a “dupla opressão” que mulheres homossexuais sofriam em suas vivências. Organizavam-se, dessa maneira, pela necessidade de combater o preconceito e os estigmas dirigidos aos grupos marginalizados na sociedade. Por conta disso, tornaram-se pioneiras da Imprensa Lésbica no Brasil, quando começaram a editar o boletim *ChanacomChana* (1981-1987), com o intuito de criar uma rede de informação e apoio para lésbicas e simpatizantes à causa, abordando temas como a sociabilidade lésbica, as teorias acerca da sexualidade, temas da conjuntura e relatos sobre as atividades do grupo. Sendo assim, no boletim estão registradas vivências e pautas das mulheres lésbicas inseridas no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), possibilitando a investigação as intersecções entre a luta contra lesbofobia, machismo e racismo com a luta democrática. Destarte, o regime militar desenvolveu um sofisticado aparato de repressão política e moral que enquadrava as sexualidades e identidades de gênero dissidentes como algo a ser corrigido ou eliminado, motivando o grupo a se somar nas lutas contra o regime autoritário. Tanto para essas mulheres quanto para o conjunto do movimento homossexual, havia a compreensão de que a verdadeira luta democrática deveria romper com os estigmas sociais que marginalizam indivíduos e o enfrentamento ao autoritarismo poderia servir de instrumento para ampliar na sociedade o debate contra a discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. As contribuições teóricas e analíticas da interseccionalidade são utilizados neste trabalho com a pretensão de discutir, a partir da análise do boletim *ChanacomChana*, a simultaneidade entre as lutas em defesa das liberdades democráticas e pela livre expressão da sexualidade, que marcaram este momento do movimento LGBTQIA+ no Brasil. A interseccionalidade é uma perspectiva teórica que busca investigar a simultaneidade de opressões provocadas pelas estruturas sociais, patriarcais e coloniais sobre corpos e sujeitos, gerando experiências variáveis que depende do cruzamento entre as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, identidade de gênero, entre outras variáveis procurando, também, refletir nos processos de resistência encampadas por esses grupos subalternizados. Neste sentido, o presente trabalho procura abordar a política sexual estabelecida durante a ditadura civil-militar, o desenvolvimento do movimento lésbico e seu engajamento nas lutas contra o regime e a reflexão sobre direitos democráticos e a liberdade sexual.

Palavras-chave: Imprensa lésbica; GALF; Boletim ChanacomChana; Interseccionalidade; Ditadura civil-militar; Resistência Lésbica.

ABSTRACT

During the 1980s, in the state of São Paulo, a group of lesbians founded the Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), with an interest in debating the “double oppression” that homosexual women suffered in their experiences. They were organized, in this way, by the need to combat prejudice and stigmas directed at marginalized groups in society. As a result, they became pioneers of the Lesbian Press in Brazil, when they began editing the bulletin ChanacomChana (1981-1987), with the aim of creating an information and support network for lesbians and those who support the cause, addressing topics such as sociability lesbian, theories about sexuality, current issues and reports on the group's activities. Thus, the bulletin records the experiences and agendas of lesbian women inserted in the context of the civil-military dictatorship (1964-1985), enabling the investigation of the intersections between the fight against lesbophobia, sexism and racism with the democratic struggle. Thus, the military regime developed a sophisticated apparatus of political and moral repression that framed dissident sexualities and gender identities as something to be corrected or eliminated, motivating the group to join in the struggles against the authoritarian regime. Both for these women and for the homosexual movement as a whole, there was an understanding that the true democratic struggle should break with the social stigmas that marginalize individuals and the confrontation with authoritarianism could serve as an instrument to broaden the debate in society against discrimination against lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals. The theoretical and analytical contributions of intersectionality are used in this work with the intention of discussing, based on the analysis of the ChanacomChana bulletin, the simultaneity between the struggles in defense of democratic freedoms and for the free expression of sexuality, which marked this moment of the LGBTQIA+ movement in the Brazil. Intersectionality is a theoretical perspective that seeks to investigate the simultaneity of oppression caused by social, patriarchal and colonial structures on bodies and subjects, generating variable experiences that depend on the intersection between the categories of gender, race, class, sexuality, gender identity, among others. other variables also seeking to reflect on the resistance processes embraced by these subaltern groups. In this sense, the present work seeks to address the sexual policy established during the civil-military dictatorship, the development of the lesbian movement and its engagement in the struggles against the regime and the reflection on democratic rights and sexual freedom.

Keywords: Lesbian Press; GALF; ChanacomChana; Intersectionality; civil-military dictatorship; Lesbian Resistance

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Faixa do GALF em apoio ao Movimento Negro Unificado.....	27
Figura 2 - Tira sem título que satiriza as batidas policiais e as prisões arbitrárias de lésbicas	43
Figura 3 - Participação do Grupo Somos no ato de 1º de maio de 1980.....	53
Figura 4 - Militantes da Ação Lésbica Feminista no ato de 13 de junho de 1980	60
Figura 5 - Ato contra a violência policial em 13 de junho de 1980	60
Figura 6 - Quadro de montagem com a palavra lésbica em diversas línguas.....	69
Figura 7 - Rosely Roth lendo o ChanacomChana	71
Figura 8 - Miriam Martinho na manifestação do IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 1987 no México.....	72
Figura 9 - Marisa Fernandes participando do debate sobre Ditadura e Homossexualidades na Comissão da Verdade de São Paulo em 2013	73
Figura 10 - Militantes do GALF	74
Figura 11 - Painel de colagens sobre a temática lésbica exposto do II CMP pela LF.....	77
Figura 12 - Rosely Roth discursa no happening no Ferro's Bar	86
Figura 13 - Charge sem título.....	88
Figura 14 - Cartaz da 8ª Conferência do ILIS em Genebra.....	91
Figura 15 - Lésbicas na 8ª Conferência do ILIS em Genebra na Suíça em 1986.....	94
Figura 16 - Capa do Lâmpião da Esquina nº 12 (maio/1979).....	96
Figura 17 - ChanacomChana edição nº2 capa	100
Figura 18 - ChanacomChana edição nº 5 capa	101
Figura 19 - ChanacomChana edição nº 9 capa	102
Figura 20 - Entrevista com Cassandra Rios e Ireda Cardoso no Ferro's Bar	106
Figura 21 - Seção de apresentação Boletim ChanacomChana nº 2.....	107
Figura 22 - Seção informes ChanacomChana nº 8.....	107
Figura 23 - Descrição da seção de poesias ChanacomChana nº 4	108
Figura 24 - Seção Poesia ChanacomChana nº 12	108
Figura 25 - Seção dicas de leitura do ChanacomChana nº 7.....	109
Figura 26 - Seção Troca Cartas ChanacomChana nº 7	110
Figura 27 - Seção de Assinaturas para ser preenchida pelas leitoras ChanacomChana nº 4	111
Figura 28 - Seção de anúncios ChanacomChana nº 6.....	111
Figura 29 - Tira sem título.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI Ato Institucional

CFL Coletivo Feminista Lésbico

CMP Congresso da Mulher Paulista

CS Convergência Socialista

EFLAC Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

EBHO Encontro Brasileiro de Homossexuais

EGHO Encontro de Grupo Homossexuais Organizados

GALF Grupo de Ação Lésbica Feminista

GGB Grupo Gay da Bahia

ILIS Internacional Lesbian Information Service

INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência

LEGH Laboratório de Estudo de Gênero e História

LF Fração Lésbico-Feminista

MNU Movimento Negro Unificado

OMS Organização Mundial da Saúde

ONU Organização das Nações Unidas

PDT Partido Democrático Trabalhista

PMDB Partido do Movimento democrático Brasileiro

PT Partido dos Trabalhadores

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES.....	26
2.1 ENTRE LIBERTÁRIOS E CONSERVADORES	28
2.2 POLÍTICA SEXUAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1985).....	34
2.3 FORMAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL	46
2.4 MOVIMENTOS EM ALIANÇA.....	57
3. O GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA E A IMPRENSA LÉSBICA.....	62
3.1 CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE POLÍTICA.....	63
3.2 GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA	70
3.3 CHANACOMCHANA E IMPRENSA LÉSBICA.....	94
4. LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E LIBERDADES SEXUAIS – UMA LEITURA INTERSECCIONAL.....	114
4.1 PANORAMA SOBRE A INTERSECCIONALIDADE	114
4.2 CHANACOMCHANA UMA LEITURA INTERSECCIONAL	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
ANEXO A – CAPAS DO BOLETIM CHANACOMCHANA.....	145
APÊNDICE 1 – RESUMO DAS EDIÇÕES DO BOLETIM CHANACOMCHANA	158

1. INTRODUÇÃO

*historicizaram de nós
como sendo inexistentes
apagadas as trajetórias
eliminadas as vivências
mas somos nós mesmas
aqui
agora
a contrapelo
construindo narrativas
trazendo à tona
todas estas que nos antecederam*

Bárbara Esmenia – Visibilidade Lésbica: Sempre fomos História

Desde quando iniciei minha jornada de formação enquanto historiadora, me questiono sobre as ausências e os silenciamentos de sujeitos subalternizados. Enquanto historiadora lésbica, sinto a ausência daquelas que me antecederam e tiveram sua arte, resistência e suas vidas silenciadas e invisibilizadas. Foi através desse questionamento que me deparei pela primeira vez com o boletim *ChanacomChana*¹ (1981–1987), editado pelo *Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF)*, na cidade de São Paulo. Ao ler o boletim e acompanhar as diversas mobilizações que aquelas mulheres se inseriram durante o período da redemocratização e da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) no Brasil, indaguei, então, sobre como as lutas em defesa das liberdades democráticas se ligam com as lutas pelas liberdades afetivas-sexuais.

Para explorar essa problemática, encontro no escopo teórico, metodológico e analítico da interseccionalidade instrumentalidade para construir a hipótese levantada, por entender que esta perspectiva possibilita observar a simultaneidade de estruturas e/ou opressões que moldam a experiência de *sujeitas* atravessadas pelo racismo, machismo, lesbofobia, colonialismo, classicismo, dentre outras formas de intolerância. De igual forma, torna-se importante observar as resistências contra essas formas de opressão. Nesse sentido, busco, através desse trabalho, compreender e identificar as intersecções existentes entre a luta contra a lesbofobia, machismo e racismo com a luta democrática, bem como apontar o entrelaçamento do autoritarismo antidemocrático com a repressão sexual.

¹ As editoras do *ChanacomChana* ao longo de suas edições escreveram de diversas formas esse nome, com separação, caixa alta e tudo junto, por exemplo. Durante a escrita deste trabalho faço a opção de escrever tudo junto, por ser a forma mais recorrente utilizada nas pesquisas sobre o boletim.

A construção dessa pesquisa tem solo na minha vivência nos espaços feministas, lésbicos, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, *queer*, intersexo e assexuais (LGBTQIA+)². Através desses espaços, me deparei com o boletim *ChanacomChana* pela primeira vez, em um evento sobre visibilidade lésbica. Suas capas estavam expostas junto com zines e obras de artistas plásticas lésbicas. Ao me aprofundar na história do boletim, percebi que, nos anos finais da ditadura, as lésbicas eram tanto *sujeitas* de diversas ações de resistência e combate à opressão machista e lesbofóbica, quanto alvo de ataques e violências do Estado. Além disso, suas ações se entrelaçavam com as diversas iniciativas de oposição à ditadura civil-militar. Entretanto, ao procurar nas narrativas mais recorrentes, nos estudos sobre este período, é como se elas não estivessem lá. Oliveira (2017) sintetiza o desafio de se investigar as mulheres lésbicas:

Sem receio de parecer exagero, digo que debruçar-se sobre esse tema requer não apenas um engajamento político feminista, mas também um esforço arqueológico. É preciso investigar a participação de lésbicas na História para conseguir rasgar o pano em que o patriarcado tenta nos esconder. (p. 7)

Essa reflexão e a necessidade de romper com o apagamento das lesbianas nas páginas da história me motivou nessa empreitada, para contribuir com a difusão de narrativas positivas de resistência, arte e afeto.

A histórias que fogem da norma heterossexual e cisgênera são apagadas ou demonizadas, pois estas não estão a serviço do sistema patriarcal. O patriarcado pode ser entendido de diversas maneiras dentro dos debates feministas. Nesse trabalho, penso o patriarcado segundo a elaboração de Aruzza (2015), que o compreende como um sistema de relações materiais e culturais que determinam a dominação e exploração das mulheres pelos homens, sendo maleável as transformações ao longo do tempo e com uma relação de continuidade com o sistema capitalista (p. 39).

Mesmo que ao longo da história as lésbicas estejam presentes, suas narrativas foram pouco retratadas pelos documentos oficiais e pela historiografia. Quando retratadas, aparecem sob a ótica do pecado, crime e doença. Isso porque a história se construiu enquanto campo de conhecimento através de uma visão de mundo eurocêntrica, cristã e tendo como referência o homem branco, heterossexual (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 14) e cisgênero³. Sendo assim, essa forma de racionalidade é expressa nitidamente na maneira como se construíram as narrativas históricas. Portanto, aquilo que

² Para compreender as diferenças dentro da nomenclatura indico o Glossário LGBTQIA+ produzido pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG - UFSC). Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/497>

³ Cisgênero é uma categoria que diz respeito às pessoas que identificam a partir do gênero que é atribuído no nascimento segundo o sexo físico biológico.

não interessa a moralidade, aos costumes, às tradições e valores dominantes, em determinada época, é apagado e destruído, conceituado pela historiadora Navarro-Swain (2004) como política do esquecimento (p.15). É nesse sentido que Rich (2010, p. 43) fala sobre como as historiadoras devem constantemente se questionar “sobre as formas pelas quais a heterossexualidade tem sido organizada e mantida como uma instituição”. As editoras do boletim *ChanacomChana* trazem uma reflexão bastante relevante sobre os mecanismos de apagamento e descrença nas mulheres lésbicas:

É lógico que, quando algumas buscam resgatar seu passado, para que o presente e o futuro sejam diferentes, sejam vistas como as feiticeiras, queimadas na Idade Média por estarem a frente de seu tempo. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2)

Dessa forma, é preciso compreender que os registros e narrativas do passado, que invisibilizam a existência de lésbicas, contém “traços que marcam a hierarquização sexuada da sociedade” (LESSA, 2003, p. 1). Por isso, os questionamentos feitos pela teoria feminista e os estudos de gênero à historiografia, possibilitaram o questionamento do paradigma da universalidade do masculino nos estudos históricos, contribuindo para evidenciar as matrizes de gênero, que delimitam o que é masculino e o que é feminino, como construções sociais que variam no tempo e no espaço. Desta forma, “tais estudos não interpelam apenas a universalidade do masculino, mas, sobretudo, a universalidade da matriz heterossexual” (VERAS & PEDRO, 2014, p. 104). Somam-se também as perspectivas críticas ao modelo que privilegia o olhar de sujeitos hegemônicos (os “vencedores”), em detrimento de sujeitos marginalizados (os “vencidos”), construindo, assim, as ideias de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIM, 1987, p. 225), ampliando as possibilidades de análise de outras *sujeitas* da história e às diversas identidades coletivas. Então, essa virada abre a oportunidade para que as experiências e vivências lésbicas possam ser estudadas, procurando romper com a invisibilidade, bem como as narrativas que as retratam de forma negativa.

Aponta-se para a proposição de uma historiografia que problematize e seja fruto das indagações que fazemos do presente ao passado sobre a diversidade da experiência humana e os seus modos de vida. Buscando privilegiar as narrativas daquelas que tiveram suas vozes silenciadas, por estarem às margens e não por dentro do *status quo*, questionando os métodos históricos, seus sujeitos e suas fontes, e assim possibilitar novos caminhos para a historiografia. Isto se deve a capacidade da disciplina histórica de questionar seus pressupostos e de se autoquestionar (LESSA, 2003, p. 1), abrindo possibilidade para a elaboração de novas sínteses, teorias e paradigmas.

A organização responsável pela produção do *ChanacomChana*, o *Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)*, pode ser considerado uma das primeiras organizações lésbicas no Brasil. Localizado na cidade de São Paulo, teve seu embrião no *Grupo Somos de Afirmação Homossexual*, criado em 1978. Então, em 1979, um grupo de lésbicas entrou no *Somos* formando a *Fração Lésbica-Feministas (LF)*. Após um ano, em 1980, elas decidiram fundar um grupo autônomo voltado apenas às lésbicas. Dentre os motivos apresentados pelas militantes do grupo, existia uma grande dificuldade em dialogar com os gays do *Somos* a respeito do machismo, tanto por suas atitudes machistas quanto pela falta de espaço para discussão sobre o tema. Outro motivo expressado são os intensos embates com militantes de organizações de esquerda, contribuindo também para o rompimento com o *Somos*. Se por um lado a militância com as feministas proporcionava o debate sobre o machismo, por outro, encontravam uma grande ausência sobre a questão homossexual, gerando diversos atritos, como elas mesmas apontavam: “se dentro do movimento homossexual brigávamos contra o sexismo, no movimento feminista íamos começar a brigar contra o heterossexismo” (CHANACOMCHANA, 1983 p. 2). Entretanto, mesmo com esses problemas, havia disposição das lésbicas de atuarem em conjunto com as feministas. Essa intenção de unidade também era pautada pela necessidade de desconstrução da discriminação contra as lésbicas que existia dentro do movimento feminista, também para que o movimento feminista passasse a questionar a heterossexualidade como sendo uma das formas de dominação masculina.

O *GALF* realizava reuniões de reflexão para acolhimento e construção de ações, haviam também formações sobre feminismo e lesbianismo,⁴ com o intuito de compreender a condição das mulheres e das lésbicas, em específico, conjuntamente com sua atuação em diversas mobilizações de resistência durante aquela década, como a participação em encontros nacionais e internacionais do movimento feminista, homossexual e lésbico, engajando nas lutas contra violência policial e nas campanhas para a Constituinte.

Através do *ChanacomChana*, suas editoras registravam as atuações e os debates do *GALF*, e, se não houvesse essa produção da imprensa lésbica, pouco saberíamos a

⁴ Lesbianismo era o termo mais recorrente utilizado pelas militantes do *GALF* e pelo movimento lésbico da época, não carregando o sentido pejorativo que possui na atualidade, atribuindo um sentido de “doença” ao usar o prefixo *ismo*. Até mesmo o termo homossexualismo era utilizado nesse período. O ativismo da época não realizava a diferenciação entre os sufixos *ismo* (conotação de doença) e *dade* (sentido de identidade). Quando as lésbicas feministas utilizavam o termo lesbianismo pretendiam subverter o seu significado lesbofóbico para nomear as ideias políticas, culturais e afetivas construídas pelas lésbicas.

respeito desse grupo e suas intervenções política e cultural. O boletim traz em suas páginas registros de eventos relevantes da militância homossexual, feminista e contra o regime. São manifestações, congressos e eventos, que permitem analisar as experiências do movimento lésbico nos anos finais da ditadura. Como é o caso do “nosso pequeno *Stonewall*”, no Ferro’s Bar, manifestação organizada pelo *GALF* contra as agressões que as militantes sofriam no bar por venderem o boletim. Nas suas colunas, procuravam, também, refletir sobre os debates políticos mais efervescentes da época, seja sobre a questão dos movimentos feministas e homossexual ou o cenário político nacional, principalmente no que tange a contestação ao regime militar. No boletim nº1, suas editoras descrevem o intuito do periódico:

O boletim ChanacomChana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizeram e para quem for lê-lo também. (CHANACOMCHANA, 1982 p.1)

De fato, ao percorrer as páginas das edições do boletim, pode-se encontrar todas essas intenções enumeradas nesta apresentação. Percebe-se durante sua leitura que, além dos objetivos citados, existia, também, a intenção de acolhimento, seja pela possibilidade de integração a uma rede de apoio, com a troca de correspondência, por exemplo, ou pela proposta de construir referências mais positivas sobre a vivência lésbica e sua diversidade. Em seus conteúdos, podemos destacar, também, a importância dada para o debate sobre a identidade política lésbica e homossexual e o feminismo. Isso aparecia tanto na forma de colunas quanto como indicações literárias.

O boletim circulou entre os anos de 1981 e 1987, sendo publicadas ao todo 13 edições⁵. Produzidos artesanalmente na forma de zines,⁶ contando, em um primeiro momento, apenas com o investimento das próprias militantes, por ter essas características nos primeiros anos do *ChanacomChana* a periodicidade foi irregular. Apenas posteriormente que se concretizaram os lançamentos trimestrais. A rede de distribuição do boletim também era realizada pelas próprias militantes em congressos, bares, boates e envio pelo correio. Tive acesso a todas as edições digitalizadas através da colega pesquisadora Camila Diane Silva. Quando iniciei a pesquisa, encontrei apenas as edições 2, 3, 4 e 12 disponíveis do Acervo Bajubá de Memória LGBT. No entanto, todas as

⁵ O *ChanacomChana* teve uma edição nº 0, editada em janeiro de 1981 em formato tablóide, distribuída no III Congresso da Mulher Paulista. uma primeira tentativa do grupo para realizar um periódico lésbico. Todavia o projeto foi pausado por falta de recursos financeiros e do direcionamento que a linha editorial iria tomar. Após uma pausa de um ano, elas editaram o boletim nº 1 em dezembro de 1982.

⁶ Impressos artesanais feitos através de fotocópias e edições feitas através de colagens.

edições já se encontram disponíveis digitalizadas no site do acervo⁷. É importante saudar essa importante iniciativa de preservação da memória LGBTQIA+ brasileira realizada pelo Acervo Bajubá, projeto organizado por militantes históricas como Rita Colaço⁸. O projeto reúne um acervo de periódicos, livros, fotos, LPs, obras de arte, entre outros, através desse esforço que se pode ter acesso a uma ampla gama de documentações que possibilitam a pesquisa histórica sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais.

A imprensa é uma importante fonte histórica. Em um primeiro olhar, se pode compreender essa afirmação devido a capacidade que os periódicos possuem de registrar e relatar eventos ocorridos. Porém, ao aprofundar esse olhar, é possível perceber que a constituição deste tipo de fonte é um entrelaçado de ideologias, discursos e intenções de grupos discorrendo sobre fatos. Os jornais, boletins e revistas são meios de interlocução de grupos hegemônicos, ou não, com um extrato social que concorda e consome as ideias propagadas, como afirma Luca (2005):

jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita. (2005, p. 140)

Dessa forma, as mídias impressas cumprem o papel, em “primeiro plano”, de socializar alguma informação e, no “segundo plano”, são transmissoras de ideias, seja com um propósito alienante ou em uma perspectiva emancipatória. Seus usos para a historiografia podem ser múltiplos: mapear ideias de grupos políticos e sociais, buscar a mentalidade expressa em uma dada época, encontrar registros de eventos, entre outros usos, podendo ser tomada como objeto ou sujeito dos nossos estudos.

Durante o período do regime militar brasileiro, é notável a divisão entre a grande imprensa e a imprensa alternativa. Como apresenta Crescêncio (2016) a grande imprensa obtinha poder econômico e contava com financiamento do regime militar, apesar de ser censurada por ele, caracterizada por ser majoritária/dominante e bem-sucedida economicamente (p. 53-54). Já a imprensa alternativa representava as vozes dissidentes que se opunham ao regime e teciam críticas ao imperialismo, apoiando lutas por transformações sociais e estruturais. Uma característica da imprensa alternativa é o seu autofinanciamento, em que suas publicações não geravam lucro, apenas permitiam a continuidade da publicação (p.54). Dentro desse guarda-chuva da considerada imprensa

⁷ Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/arquivo/>

⁸ Integra o movimento LGBTQIA+ brasileiro desde a década de 1970, atuando no Rio de Janeiro. É historiadora Idealizadora, cofundadora e diretora-presidenta do Museu Bajubá.

alternativa, são encontradas ramificações, como a imprensa feminista e a imprensa homossexual, que ao final dos anos 1970 começou a circular. É através da experiência de militantes e ativistas lésbicas, que contribuíram ocasionalmente em alguns desses periódicos da imprensa gay, que se incentivou a produção de uma forma de imprensa própria e lésbica, partindo da compreensão de que:

apesar da imprensa lésbica conversar com ambas, há um diferencial marcado pela afirmação da lesbianidade que é negligenciada em outras mídias. Tanto a imprensa feminista quanto a homossexual pouco abordavam as questões ligadas às lésbicas. (MARTINS, CAETANO, BRAGA, & JUNIOR, 2020, p. 57)

Neste sentido, observo no *ChanacomChana* duas potencialidades de estudo. A primeira, sendo sua leitura enquanto um suporte de memória e visibilidade do movimento lésbico brasileiro, em especial o paulistano e a segunda, permitindo a investigação dos discursos produzidos por mulheres lésbicas contra o regime militar, as quais se somaram a outras iniciativas contra o autoritarismo. Destaco, principalmente, sua aproximação com os movimentos de mulheres, negras e negros e homossexual, onde suas lutas não eram apenas pela restauração de suas liberdades políticas, mas também pelo direito de viver livremente sua identidade. O presente trabalho é uma contribuição para o campo de estudo de gênero e sexualidade no período do regime civil-militar, em que se questiona: qual o papel desempenhado pelas lésbicas na redemocratização? Como podemos relacionar as liberdades democráticas e as liberdades sexuais?

O golpe ocorrido em 1964, comandado pelos militares e apoiado por setores da sociedade civil, como a classe média e o empresariado, abriu mais um capítulo do autoritarismo brasileiro. O regime militar instaurado pelo golpe, foi responsável por duas décadas de perseguições, censura e repressão, não sendo uma exclusividade brasileira. Entre as décadas de 1960 e 1970, ocorrem diversas movimentações golpistas na região conhecida como Cone Sul⁹. Inserindo-se no contexto das disputas ideológicas e geopolíticas da Guerra Fria, em que o mundo estava dividido entre os países alinhados com a perspectiva capitalista, sob a liderança dos EUA, e aqueles alinhados com o comunismo, liderados pela União Soviética. Neste sentido, após a vitória da Revolução Cubana em 1959, o pânico anticomunista foi insuflado no continente com forte intervenção estadunidense. Esses grupos golpistas, inflamados pela narrativa anticomunista dos Estados Unidos, a qual influenciou os golpes de Estado nas Américas contra governos populares e progressistas, como o caso de Salvador Allende no Chile e

⁹ Fazem parte da região denominada Cone Sul: Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

João Goulart no Brasil. Dessa forma, os militares instalados no poder adotaram a política de segurança nacional de combate ao inimigo comunista, que planejava se infiltrar no Brasil. Para evitar tal mal, desenvolveram um sofisticado aparato de repressão que espionava, prendia, censurava e torturava aquelas e aqueles que não se enquadravam no padrão ideológico, moral, racial e sexual considerado adequado pelo regime.

Passados trinta e três anos do fim do regime civil-militar, foi constituída, ao longo desses anos, uma extensa produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)¹⁰, em que temas como as organizações de esquerda, os aparelhos de repressão e os movimentos sindicais e estudantis foram bastante privilegiados. Deve ser reconhecido que houve, por um tempo, uma lacuna quanto aos recortes das questões raciais, de gênero e sexualidades nos estudos desenvolvidos sobre a ditadura. Entretanto, já existem diversas iniciativas que visam a eliminação desta lacuna. Pode-se citar aqui o trabalho realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC), que desenvolve diversos projetos de pesquisa, os quais partem “de uma perspectiva de gênero, buscando compreender a participação das mulheres nos movimentos de resistência, os usos do gênero nos discursos da resistência, os movimentos feministas e suas relações com a resistência e a esquerda” (WOLFF, ZANDONÁ, & MELLO, 2019, p. 8), investigando o território do Cone Sul. Além disso, o laboratório conta com um extenso acervo de entrevistas com ativistas e militantes do período,¹¹ que refletem sobre as questões de gênero, sexualidade e raciais. De fato, o maior volume de produção do LEGH é sobre as resistências de mulheres e feministas, porém, estão sendo desenvolvidas pesquisas que abordam as sexualidades e identidades de gênero dissidentes, sendo esta pesquisa fruto destas incursões¹².

Para ocupar esta lacuna, são muito importantes as pesquisas e investigações realizadas pela Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”, que em 2013 iniciou um trabalho específico de apuração sobre ditadura e homossexualidades. O resultado desta sistematização de debates se concretizou na publicação do livro *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade* (2014), organizado por James N. Green e Renan Quinalha, o qual procura fazer emergir diversas narrativas,

¹⁰ Cito alguns pesquisadores do tema como Carlos Fico, Mariana Rangel Jofilly, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, os quais possuem uma vasta produção que contribuem para o entendimento do período ditatorial no Brasil.

¹¹ Disponível em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br/acervo/entrevistas/>

¹² Quero destacar, ainda, as pesquisas de mestrado e doutorado ainda em andamento dos colegas Henrique Cintra, Camila Diane Silva, Wagner Locks e Jorge Luiz da Silva Alves.

relatos e análises de lésbicas, transsexuais, travestis e gays, e suas múltiplas atuações e intervenções durante o período.

Essas pesquisas possibilitam novos olhares para o regime civil-militar brasileiro e geram novas reflexões sobre o período. Durante os “anos de chumbo”, não foram editadas leis explícitas que condenassem as sexualidades e identidades de gênero dissidentes, o que, em um primeiro olhar, pode parecer que não houve uma política de repressão a estes grupos. Mas, os desdobramentos das pesquisas que focalizam a temática da ditadura e homossexualidades, vêm demonstrando como o regime agiu de maneira a instaurar um controle sexual da população. Estudos como o realizado por Renan Quinalha,¹³ nos permitem compreender a política sexual repressora cristalizada no interior dos órgãos de repressão e das políticas de Estado, forjada através do entrelaçamento entre moral e política. Isso se deve ao projeto de nação instalado no poder com o golpe de 1964, o qual concebia a família como núcleo fundamental para formação do cidadão brasileiro, comprometido com a pátria e sustentada pelos valores cristãos. Era através da família tida como tradicional que construiria o Brasil idealizado por eles. A composição de família compreendida era composta pela figura masculina como pai e esposo provedor e autoridade do lar, a figura feminina servia apenas para se dedicar ao cuidado do lar e da prole os/as filhos/filhas. Logo, as relações homoafetivas e a fuga aos padrões de gênero representavam uma fissura a este modelo determinado. E assim, como fez com os movimentos de esquerda, o regime repreendeu a lésbicas, travestis, transsexuais, bissexuais e gays, censurando o que consideravam “apologia ao homossexualismo”. Prendiam, através de “batidas policiais” em locais frequentados por estes grupos e chegavam até a usar a sexualidade como justificativa para agravar penas. Mas, diferentemente de militantes de esquerda perseguidos pelo regime militar por sua escolha política, as pessoas com orientações sexuais e conformações de gênero dissidentes foram perseguidas por sua existência.

Outra contribuição advinda dos estudos sobre Ditadura e Homossexualidades é “tirar do armário” as diversas formas de organização e resistência dos grupos homossexuais, os quais foram ativos nas lutas pela redemocratização no Brasil. O movimento homossexual¹⁴ no Brasil se estrutura concomitantemente com a contestação

¹³ Destaco a tese de doutorado: QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese de Doutorado. IRI/USP, 2017

¹⁴ Neste período o termo homossexualidade servia como guarda-chuva para abarcar as diversas sexualidades e identidades de gênero. Sendo assim, foi criada a ideia comum de que aquilo que divergia da heterossexualidade e/ou do cisgênero era enquadrado dentro da identidade homossexual. Apenas com o desenvolvimento de seus

ao regime civil-militar, com suas primeiras organizações surgindo ao final dos anos 1970. Tiveram uma intensa participação nas mobilizações que questionavam o autoritarismo do governo e demandavam a abertura política. Facchini (2003) sistematiza que esta foi a primeira “onda” do movimento homossexual no Brasil (p. 84). O contexto de desenvolvimento do movimento, propicia a reflexão entre as militantes de que uma democracia só seria real, de fato, se não houvesse nenhuma forma de discriminação como os grupos marginalizados, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, negros, indígenas e mulheres.

Além das proposições historiográficas, esta pesquisa parte da ponderação do forte enraizamento da intolerância e discriminação contra LGBTQIA+, as quais vivenciam uma realidade marcada pela violência. Nesse sentido, esse trabalho visa, a partir das mobilizações de lésbicas, visibilizar o histórico de luta do movimento LGBTQIA+ pelo reconhecimento de seus direitos, liberdades e, sobretudo, sua cidadania. Luta esta que segue sendo necessária. É reconhecido que o Brasil está entre os países onde mais se cometem crimes de ódio LGBTfóbicos, sendo suas maiores vítimas travestis, transexuais e lésbicas, em sua maioria pessoas negras¹⁵. Soma-se a este cenário de insegurança a percepção instalada na comunidade de que, desde o resultado das eleições presidenciais de 2018, existe um intenso receio acerca de sua liberdade de identificação sexual, afetiva e, acima disso, um temor por suas vidas¹⁶. Uma vez que voltamos a ter no cenário nacional a predominância de uma ideologia conservadora ocupando os mais altos cargos políticos, condenando as diversas expressões da sexualidade e formas de performar o gênero¹⁷, por entendê-las como aberrações dentro da norma cisgênera e heterossexual.

Por isso, as inquietações que geram as perguntas deste trabalho também partem da situação política atual, onde encontramos uma considerável exaltação dos valores ostentados durante a ditadura civil-militar (1964-1985), onde há diversas manifestações

movimentos e dos estudos sobre gênero e sexualidade, houve a ampliação do entendimento da diversidade de sexualidades e identidades de gênero, hoje contempladas pela nomenclatura LGBTQIA+.

¹⁵ Segundo os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN – SUS), entre os anos de 2015 e 2017 foram notificadas 24.565 notificações de violência LGBTI+. Dessas, 75% foram contra lésbicas, travestis e transexuais (32% lésbicas e 43% travestis e transexuais). Essas violências possuem um explícito recorte racial, em que 50% das ocorrências são de pessoas negras, enquanto entre pessoas brancas são de 41%.

¹⁶ O relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil em 2019, realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), divulgado em 2020, aponta que em 2019 houve uma redução nas mortes violentas, mas seus pesquisadores acreditam na hipótese que isso é devido a postura de maior medo, cuidado e vigilância entre LGBTQIA+ depois da eleição de 2018. OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. *Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil 2019 – Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020.

¹⁷ Para quem tiver o interesse de se aprofundar nessa discussão recomendo a leitura de LIMA, Lucas Brito de. *Política sexual do Bolsonarismo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2020

em que se encontram cartazes e gritos de ordem pedindo pela intervenção militar, além dos discursos que versam sobre a normatização dos corpos e sexualidades pelo padrão heterossexual e cisgênero. Esse frenesi conservador e autoritário ocupou nos últimos anos boa parte dos espaços institucionais, pautando políticas públicas de Estado ancoradas no discurso de defesa da família, da moral e dos bons costumes.

Os recentes acontecimentos políticos e sociais que se desdobraram no país, evidenciam as fragilidades da redemocratização brasileira, tem emulado existe a ideia de reedição de uma antessala para um regime aos moldes da ditadura brasileira, embora 1964 e os dias atuais sejam períodos com características distintas. Entretanto, é inevitável perceber os paralelos entre os discursos dos dois períodos e como isso tem mobilizado as narrativas e memórias sobre o período do regime militar. Saltando aos olhos a forma como no contexto atual isso tem produzido uma intensa disputa da memória do que foram os “anos de chumbo” no Brasil entre dois discursos: os que veem o regime militar como necessário para salvar o país da perdição e ameaça comunista e os que entendem o período como um dos capítulos mais sombrios da história brasileira.

Essas reflexões acerca desse passado nem tão distante e o contexto atual me levaram a indagar sobre a relação entre democracia e liberdades sexuais, uma vez que se nota, na maior parte das experiências históricas autoritárias, seja de direita ou esquerda, houve uma intensificação da repressão sexual. Evidentemente que não fundaram em si os preconceitos e violências, mas os potencializaram para servir como instrumento controle, objetivo e subjetivo, de pessoas que escapam a norma cisgênera e heterossexual. São questões que se entrecruzam e se interseccionam.

Então, elejo a *interseccionalidade* como referencial teórico e uma sensibilidade analítica¹⁸ para desenvolver as ideias dessa pesquisa. Faço essa escolha porque entendo que essa ferramenta analítica nos permite pensar na simultaneidade de estruturas que impactam na vivência de *sujeitas* marcadas pela raça, classe, gênero, sexualidade e territorialidade. Neste sentido, a interseccionalidade permite observar como o regime militar provocou o cruzamento entre uma política antidemocrática, responsável pela perseguição e eliminação de sua oposição política, também ancorada em uma rígida política sexual, a qual reprimiu e perseguiu as sexualidades e identidades de gênero dissidentes. De igual forma, a interseccionalidade nos propicia observar as aproximações

¹⁸ Me aproprio do termo sensibilidade analítica a partir do estudo de Akotirene (2019) sobre interseccionalidade, que, para a autora, é uma forma sensível de pensar as identidades e sua relação com o poder (p. 118).

estabelecidas entre os movimentos negro, feminista, estudantil, sindical e homossexual da época em resistência ao regime militar.

A elaboração desta sensibilidade analítica parte da crítica ao movimento feminista e ao movimento negro por não abrangerem as mulheres negras, pela falta de compreensão sobre as formas que o machismo e o racismo afetavam suas vidas, distinguindo-se da vivência das mulheres brancas e/ou dos homens negros. Desta forma, quando são propostas políticas públicas voltadas as mulheres ou quando se discute as problemáticas de ser mulher em uma sociedade patriarcal a problemática étnico-racial é esquecida ou pouco abordada, o mesmo ocorre com o movimento negro que não aprofundava sobre as relações de poder machistas, essa relação gera um falso entendimento de que as opressões machista e racial não interagem entre si. Então, a partir da experiência de teóricas e militantes negras, foi elaborado o conceito de interseccionalidade com o intuito de:

Dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo, heterocispatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 19)

Essa perspectiva procura compreender como essas diferentes estruturas operam para gerar a experiência dos grupos que são oprimidos por elas, se propondo a enxergar a coalizão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias. Kimberlé Crenshaw (2004), uma das pioneiras a empregar essa ideia, constitui seu escopo para pensar na necessidade de construir uma ponte “entre as questões de raça e gênero nos discursos acerca dos direitos humanos” (p. 8), partindo de um entendimento de que estas interagem de forma simultânea e não excludente. Ou seja, o gênero não exclui a discriminação racial e vice-versa. Sendo assim, essa chave analítica permite “explicar as complexidades e especificidades que envolvem as posições desiguais e as injustiças que acometem os sujeitos na sociedade” (FREITAS, 2018, p. 154). Apesar de a maioria dos estudos que utilizam a interseccionalidade se destinarem às discussões com o recorte étnico-racial e de gênero, pode-se estender, também, para a sexualidade, identidade de gênero, classe, idade e território, por exemplo. Destaco que esse conceito também tem uma ligação com os movimentos de militância política e identitária. Por isso, ele ajuda igualmente na compreensão da articulação entre grupos na resistência a políticas racistas, machistas, LGBTfóbicas e elitistas.

Sendo assim, utilizarei essas concepções para pensar, a partir da análise do *ChanacomChana*, sobre como as militantes do *GALF*, responsáveis pela edição do

boletim, percebiam essas intersecções entre autoritarismo/repressão sexual e liberdades democráticas/liberdades sexuais. Para a construção dessa pergunta que levanto, necessitei realizar uma organização de informações da fonte, destacando em sua leitura os elementos escritos e gráficos os quais geram essas reflexões. Tratamento da fonte foi sistematizado em fichamentos, buscando organizar um resumo de cada texto, destacar os principais assuntos, descrição das charges e imagens presentes nas edições, descrição dos informes e mapeamento das correspondências, o produto dessa sistematização está disponível no **Apêndice 1**.

Neste sentido, é importante destacar que o conceito de interseccionalidade não era empregado nesta época no Brasil¹⁹, seja no movimento negro, feminista ou lésbico. Sendo assim, o termo interseccionalidade não era compreendido pelas *sujeitas* deste estudo, tão pouco pela fonte analisada. Por isso, a construção desta pesquisa se coloca no desafio de pensar uma história possível, trazendo a perspectiva da interseccionalidade como uma chave analítica para a leitura do que as militantes lésbicas do *GALF* nos contam através das edições do boletim *ChanacomChana*.

Visando a construção desta hipótese, o presente trabalho será organizado em três capítulos. O primeiro será dedicado para discorrer sobre o contexto histórico no qual se desenvolveu o movimento homossexual no Brasil. Será apresentada a discussão sobre as articulações de uma política moral e sexual durante o período da ditadura, que institucionalizou a repressão às sexualidades e identidades dissidentes. Para isso, será mobilizado, principalmente, os textos presentes nos livros *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade* (2014) e *História do Movimento LGBT no Brasil* (2018). Também será abordada a formação do movimento homossexual no Brasil, apontando suas estratégias de organização e mobilização, bem como suas pautas de reivindicação.

No segundo capítulo, é discutida sobre a identidade política lesbiana, partindo das elaborações lésbica-feminista de Tânia Navarro-Swain, Patrícia Lessa, Yuderkys Espinosa Miñoso e Adrienne Rich, com intuito de apresentar as argumentações que apontam a vivência lésbica para além da questão sexual e afetiva, sendo ela considerada como uma contestação de mulheres ao patriarcado e a heterossexualidade compulsória. Será abordada a constituição do movimento lésbico, em especial o *GALF*, sendo

¹⁹ Apesar de o debate da interseccionalidade, neste período, ainda não ser conhecido no Brasil, na década de 1980, não se pode esquecer que intelectuais negras como Lélia González estavam iniciando um debate aproximado desta discussão, como por exemplo, seu artigo *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* de 1984.

apresentadas as principais atividades e mobilizações que o grupo se engajou. Para tal, utilizarei como referência os artigos de Marisa Fernandes, os textos memorialísticos escritos por Míriam Martinho e os relatos presentes no *ChanacomChana* sobre a história do grupo. No capítulo, também será abordada a imprensa lésbica durante a década de 1980, com foco no boletim *ChanacomChana*, apresentando suas principais temáticas, fontes de financiamento, elementos imagéticos e sua circulação. Como aporte para a discussão dos elementos imagéticos, principalmente charges, será utilizada como referência a tese de doutorado *Quem ri por último, ri melhor: Humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)*, de Cintia Lima Crescêncio (2016). Para além disso, esse capítulo irá dialogar com outras dissertações que se dedicam a pesquisa da imprensa lésbica, como o trabalho de Paula Évelyn Barbosa Silveira *Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): Uma História Possível para (Re)-pensar o Jornalismo* (2019), de Núbia Carla Campos *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001* (2014), de Júlia A. M. Kumpera *“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)* (2021) e de Larissa Pinto Martins *Chanacomchana é um barato! Afetos e Pedagogias na Imprensa Lésbica* (2020).

O último capítulo será destinado a construção de uma análise do boletim a partir da perspectiva interseccional. O conceito de interseccionalidade será pensado a partir da contribuição de Carla Akotirene em seu livro *Interseccionalidade* (2019), juntamente com as ideias de Kimberle Crenshaw, Patricia Hills Collins e Audre Lorde, entre outras teóricas negras. Serão destacados excertos do *ChanacomChana* a fim de desenvolver a hipótese sobre a interação, entre a opressão antidemocrática e *heterocispatriarcal*²⁰, que imprimiram nos movimentos lésbicos da época um forte viés democrático.

Que este trabalho possa se somar a tantos outros que procuram romper com a invisibilidade delegada às vivências e experiência de mulheres lésbicas ao longo da história. Contribuindo para que as narrativas do pecado, do crime e da doença ligadas às lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e homossexuais, possam ser destruídas e substituídas por aquelas que versam sobre o afeto, a arte e a resistência.

²⁰ Heterocispatriarcal é um termo utilizado para denominar que o patriarcado é um sistema que, além da submissão da mulher ao homem, regula as experiências sexuais, afetivas e de identidades de gênero à heterossexualidade e ao corpo cisgênero, instituindo-os de um valor normatizador e compulsório.

2. DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES

São Paulo, começo do ano 1981, Fanny, Miriam, Maria Serrath, Teca, Silvana, Cristina, Maria Carneiro e Nair Benedito²¹ se organizam para montar um jornal, com o intuito de dar “um pulo do conformismo para a participação” (CHANACOMCHANA, 1981, p. 4), do ainda jovem Grupo de Ação Lésbico Feminista. Durante a realização do III Congresso da Mulher Paulista (III CMP), apesar de toda a hostilidade que as feministas e as militantes das organizações de esquerda²² tinham com as lésbicas – assunto que será desenvolvido mais adiante –, elas não hesitaram em distribuir o jornal intitulado *ChanacomChana* juntamente com o panfleto *Lésbicas e Violência*. Em ambos, havia a denúncia das “batidas policiais” de Wilson Richetti, as quais tinham como alvo homossexuais, lésbicas, travestis, prostitutas e pessoas negras. Nessa edição, que ficou conhecida como edição 0 do *ChanacomChana*, encontramos o texto da jornalista e advogada Maria Carneiro da Cunha²³ que compartilha uma importante reflexão:

Hoje, sob nossos olhos complacentes, prende-se gente pelo simples fato de ser homossexual como ocorreu recentemente no centro da cidade, quando bastava um PM achar que algum cara desmunhejava, para levá-lo sumariamente em cana. Se isso não é uma flagrante violação dos direitos humanos, não sei o que é. (A menos que se considere assim, as penas quando são os nossos direitos que são violados e não o dos outros; mas podemos ser os próximos, sob outros pretextos). (...) Negar o direito de escolha no campo erótico é muito perigoso, pois o mesmo princípio pode ser (e é) aplicado ao campo político. Este é um motivo pelos quais a questão das minorias sexuais e outras é também política, porque tudo está interligado. (CHANACOMCHANA, 1981, p.3 grifo meu)

Saltam aos olhos duas questões presentes na citação acima: a primeira delas é o indício da perseguição as sexualidades dissidentes durante a ditadura, quando denuncia a “flagrante violação dos direitos humanos”, em que homossexuais eram levados “sumariamente em cana”; a segunda, é a implicação da repressão do campo erótico com a repressão no campo político, quando aponta que a mesma negação do direito a escolha no campo erótico era aplicada no campo político, fazendo uma nítida referência ao autoritarismo do regime que reprimia dissidentes daquele projeto conservador, tanto do ponto de vista das sexualidades quanto das ideologias.

²¹ Estas são as mulheres que assinam a primeira edição do *ChanacomChana*. Ao longo do trajeto dessa pesquisa tentei encontrar mais informações dessas mulheres, principalmente de Fanny minha “xará”, no entanto a pesquisa me levou a algumas pessoas que não conseguia comprovar sua relação com o *LF* ou *ChanacomChana*.

²² Na edição de número 3 do *ChanacomChana*, é relatado um episódio deste congresso em que as militantes do *GALF* foram hostilizadas por uma militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e não puderam contar com a solidariedade das demais feministas presentes no congresso (1983, p.3).

²³ As editoras a apresentam na matéria como: “Maria Carneiro da Cunha é jornalista, advogada, feminista e heterossexual. Esta coluna nasceu de uma carta-reposta enviada por Maria a uma amiga escandalizada com um grupo que mulheres intitulado lésbico-feminista” (CHANACOMCHANA, 1981, p.3).

Este texto foi uma carta-reposta de uma feminista heterossexual que discutia o preconceito de outras feministas com as lésbicas. Apresento este excerto porque, apesar de não ter sido escrito por uma militante do *GALF*, ele foi uma escolha editorial delas, com o objetivo de trazer a compreensão para as mulheres que participavam do III Congresso da Mulher Paulista, a necessidade da luta coletiva entre as ditas “minorias”, também por se propor a rebater o discurso de oposição entre a “luta maior” e a “luta menor”. O texto é finalizado assim:

Tendo os manifestos mais recentes dos grupos homossexuais (incluindo as lésbicas) apoiado as feministas, como também os movimentos negros e as reivindicações de cunho social que se inserem na clássica luta de classes. Por que discriminá-los então? Eles também participam da “luta maior”. Se eles continuam discriminados é porque a própria imposição da “luta maior” da forma como é feita, já é uma discriminação. (CHANACOMCHANA, 1981, p.3)

Abaixo do texto acompanha a seguinte foto (**Figura 1**):

Figura 1 - Faixa do GALF em apoio ao Movimento Negro Unificado



Fonte: CHANACOMCHANA, 1981, p.3

Tanto a imagem quanto o trecho destacado nos apontam para as atuações que o grupo lésbico estava construindo em aliança com outros movimentos, sendo estes integrantes das mobilizações de contestação do governo autoritário dos militares.

Esta foi a narrativa construída dentro da edição de “nascimento” do *ChanacomChana* e nos dá um indício da linha editorial ao longo das doze edições seguintes. Nesse sentido, elas já apontavam para um entendimento de que a repressão sexual que elas sofriam estava ligada, também, ao regime autoritário, onde o peso dessa repressão recaía sobre outros setores considerados “minoritários”. Por este fator, as alianças se faziam necessárias. Isto posto, enxerga-se nestes apontamentos a possibilidade de encontrar na interseccionalidade uma chave analítica para a discussão acerca do contexto do qual as editoras do *ChanacomChana* e militantes do *GALF* nos contam.

Pensando na analogia interseccional mais recorrente, os corpos lesbianos estariam em uma encruzilhada onde a “avenida” do heterocispatriarcado – já extremamente enraizadas na sociedade – é atravessada pela “avenida” da estrutura autoritária e repressora, calcada na ideologia conservadora que foi alicerce do regime civil-militar brasileiro. Por isso, antes de seguir na análise das demais edições, é importante apresentar a leitura de como se deu a construção da política sexual durante a ditadura brasileira.

2.1 ENTRE LIBERTÁRIOS E CONSERVADORES

As décadas de 1960 e 1970 são conhecidas por sua importância para os movimentos contestatórios ao redor do mundo, os quais questionavam os costumes e hierarquias baseadas no gênero, idade, raça, classe, sexualidade e denunciavam, também, as injustiças e opressões geradas pelo capitalismo. As lutas travadas neste período visavam a construção de um mundo novo e a destruição do que vinha antes e questionavam os costumes incontestáveis pela igreja e a família (WOLFF & NUNES, 2019, p. 234). Os processos de libertação nos países africanos, a luta pelos direitos civis nos EUA e as revoltas estudantis ocorriam em países distantes, porém, possuíam um intenso diálogo e influência mútua. Concordando com as considerações de Wolff e Nunes (2020), em que é:

muito interessante pensar em um movimento transnacional, em que os protestos de estudantes e operários franceses, estudantes e negros estadunidenses, mulheres de muitos países, estudantes e jovens latino-americanos reivindicaram diferentes questões em torno do que poderíamos articular como demandas libertárias, de direitos humanos, anticapitalistas, anti-imperialistas e que mudaram, de maneira indelével, o cenário político (p. 14)

Esses eventos, em escala global, tiveram um epicentro no ano de 1968, sendo um sinal importante para as transformações sociais, culturais e políticas das décadas seguintes. As autoras, a partir das entrevistas realizadas com mulheres militantes do Cone Sul, atuantes durante a década de 1960 e 1970, comentam que percebem através dos relatos uma conexão estabelecida pelas entrevistadas entre o ano de 1968 e um clima de rupturas, seja pela possibilidade de revolução social ou pelas rupturas que as mulheres vinham construindo através de sua participação política (*Op. cit.* p.20).

Nesse contexto, uma nova onda feminista foi se formando, mas, desta vez, apresentando a palavra de ordem “o pessoal é político”, que trouxe para o centro do debate

questões como a sexualidade, a vida interna dos lares e as relações interpessoais. Isso porque:

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. (COSTA, 2013, p. 2)

Seguindo estes debates, o sexo, sempre equilibrado entre o “prazer da carne” e a “dádiva da vida”, neste período, deixa de ser discutido exclusivamente pela perspectiva da reprodução e passa a ser estudado também pela ótica do prazer, essas discussões não foram exclusivas do meio científico no Brasil acerca da vida sexual, mas passaram a ser abordadas em revistas direcionadas às mulheres (WOLFF & NUNES, 2019, p. 233). Junto a isso, houve inovações que revolucionaram a sexualidade (heterossexual e cisgênera): os métodos contraceptivos, principalmente os anticoncepcionais. Concomitantemente a esses avanços da ciência sexual, aconteciam, também, importantes debates políticos sobre a necessidade de se libertar a sexualidade, que marcaram a juventude dos anos 1960 e 1970. Esses debates tiveram como expoentes Herbert Marcuse e Wilhelm Reich, e, a partir do ano de 1968, a sexualidade assumiu um caráter revolucionário (WOLFF & NUNES, 2020, p. 24). Dessa forma, o sexo e sexualidade foram então retirados de sua dimensão privada e passaram a pautar discussões e debates no âmbito público, neste movimento que ficou conhecido como a revolução sexual, uma das marcas do movimento jovem e contracultural do período.

Fazendo parte dessas discussões, está situada a emergência do movimento homossexual, marcado pelos levantes protagonizados por travestis, transexuais, gays, *drag queens* e lésbicas contra violência policial e discriminação, tendo como os episódios mais conhecidos aqueles que ocorreram em grandes cidades norte-americanas como São Francisco, na *Compton Cafeteria*, em 1966, e Nova York, no *Stonewall Inn*, em 1969, dando visibilidade para a luta do orgulho homossexual contra a discriminação, pela garantia de direitos iguais e o surgimento das organizações políticas com o recorte da sexualidade e identidade de gênero. Compartilho do raciocínio exposto por Brito (2021), em que:

Nessa situação política, inaugurada com o levante operário-estudantil de 1968, na França, estão incluídas as lutas antirracistas, nos EUA; as mobilizações contrárias à guerra imperialista no Vietnã – que também viveu uma inflexão com a Ofensiva do Tet, no mesmo ano -; a nova onda feminista; e os questionamentos contraculturais por maior liberdade sexual, chamados comumente por “revolução

sexual”. Portanto, também a Revolta de Stonewall foi parte dessa situação política da luta de classes internacional. (p. 50)

Essas lutas antissistêmicas, que se insurgem durante boa parte dos anos 1960 e 1970, apesar de criticarem a esquerda tradicional, alinhavam-se mais com esse campo político ideológico. Por isso muitas vezes, a contracultura, o feminismo, movimento negro, homossexual, as ideias da revolução sexual e dos costumes, eram categorizadas de forma estereotipada como “comunistas”²⁴. No entanto, essas vozes rebeldes que ecoavam pelo globo, desenvolveram-se de forma muito distinta na América do Sul. Duarte (2019), comentando sobre a história do feminismo brasileiro, aponta:

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pelo igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país pela anistia e por melhores condições de vida. (p.42)

A característica do movimento feminista comentada acima, se repete, também, em outros países da América do Sul, onde se ergueram as barreiras das ditaduras civis-militares, no Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Argentina (1976-1983), Uruguai (1973-1985), Paraguai (1954-1989) e Bolívia (1964-1982), território denominado como Cone Sul. Estes regimes militares ascenderam ao poder no período da Guerra Fria, no qual o comunismo vinha ganhando territórios e adeptos pelo mundo. Para potências capitalistas, como os EUA, era necessário frear este avanço, principalmente após o êxito da Revolução Cubana em 1959. Com receio de mais vitórias do inimigo em seu “quintal”, o governo estadunidense utilizou sua influência política, econômica e ideológica para inflamar grupos golpistas contra a suposta ameaça comunista. Devido a isto, muitas ditaduras se ancoraram nesta justificativa para reprimir “ferozmente todas as correntes políticas próximas à esquerda, ao socialismo, e mesmo, em muitos casos, à democracia” (PEDRO, 2010, p. 117). Este fenômeno fez com que os debates acerca do feminismo, das sexualidades dissidentes e a organização desses movimentos sociais fossem bruscamente interrompidos.

Dessa forma, esses regimes, para dissipar o suposto avanço do comunismo ou de outra ideologia contestatória, se ancorou na ideologia e prática política conservadora para estancar qualquer ameaça. Por isso, é necessário trazer uma compreensão sobre o conservadorismo, por ter sido uma ideologia bastante mobilizada, pautando os discursos

²⁴ Isso não quer dizer que certos grupos ou setores desses movimentos não tivessem alinhamento ideológico com o comunismo ou socialismo, como é o caso do Partido dos Panteras Negras, um partido negro dos EUA com uma forte ligação como o socialismo.

e políticas durante a ditadura brasileira e nos demais países do Cone Sul. Essa tradição política tem sua origem na transição da Modernidade para a Contemporaneidade, com as Revoluções Burguesas, que enfrentavam o Antigo Regime dos monarcas absolutistas ao final do século XVIII. Na contramão dos iluministas, alguns pensadores, filósofos e teóricos políticos, como Edmund Burke²⁵, têm uma percepção pessimista dos acontecimentos da época e, portanto, se posicionaram e atuaram contrários a essas transformações políticas, sociais e culturais. Porém, a experiência conservadora não deve ser limitada apenas a este contexto. Ao longo da história, podemos observar diversas dessas manifestações, que se deve ao fato dessa tradição política se constituir de forma complexa e multifacetada, possuindo uma grande capacidade de se moldar conforme a cultura e as realidades políticas e históricas dos territórios onde se insere (TRIGUEIRO, 2015, p. 106), possibilitando a criação de expressões locais/regionais, como é o caso do conservadorismo norte-americano ou o “conservadorismo à brasileira”. Entretanto, é possível destacar um núcleo comum de ideias que constitui seu escopo. Segundo a sistematização de Trigueiro (2015, p. 108):

- i) a religião é organizadora da vida e da sociedade civil;
- ii) as relações humanas têm uma natureza desigual, por isso a defesa das hierarquias e diferenças socioculturais, raciais, de gênero e sexualidade;
- iii) respeito e obediência as instituições estabelecidas, representantes dos conhecimentos acumulados pela humanidade;
- iv) os direitos das pessoas derivam de suas obrigações, nessa perspectiva a comunidade se sobrepõe ao indivíduo;
- v) os instintos, emoções, preconceitos e experiência, são considerados mais confiáveis e equivalentes à lógica e a razão;
- vi) ceticismo com projetos políticos que não tenham se concretizado em uma experiência prática.

Essas ideias podem ser observadas, com suas variações, nas diversas expressões conservadoras do passado e na atualidade. Dessa forma, quando emerge a sublevação contra esses elementos, a ideologia conservadora se mobiliza pela defesa e manutenção das instituições e da ordem política e social ameaçadas, pois o conservadorismo é uma ideologia de reação e de defesa.

O conservadorismo, enquanto uma prática política e ideológica, consegue mobilizar sua base social através do medo (de perder propriedade, o emprego e o fim da família) e do ressentimento (a criação de uma narrativa política que diz que se um setor

²⁵ Edmund Burke (1729-1797), advogado, cientista político e filósofo irlandês, considerado como um conservador moderno arquetípico devido às suas elaborações críticas à Revolução Francesa expressas em sua obra intitulada *Reflexões sobre a revolução na França* (1790).

tido como marginalizado avança na conquista de direitos, eles estão sendo “usurpados” de outros grupos sociais²⁶). Além disso, pode-se observar que a mobilização religiosa é uma constante nestes movimentos, não à toa que as lideranças religiosas conservadoras sempre são atuantes na articulação do conservadorismo, propagando os sentimentos citados, podendo ser observado tanto nas manifestações passadas quanto nas mais recentes do conservadorismo. Na maioria das vezes, o sujeito social mais impactado e aliado com esse posicionamento ideológico tem um nítido perfil racial, de gênero e classe.

O “conservadorismo à brasileira”, aqui entendido como a ideologia conservadora que se constituiu dentro da realidade histórica e política do Brasil, é herdeiro das ideias coloniais e escravistas, constituindo-se de forma peculiar, porque as transformações políticas no país sempre se deram de forma mediada entre as classes dominantes, não sucedendo nenhum processo revolucionário que alterasse o ordenamento político, jurídico, econômico e social, representando a ruína econômica e política de alguma das classes em disputa (SOUZA, 2016, p. 230), ao contrário, por exemplo, da experiência histórica das Revoluções Burguesas, na Europa, contra o Antigo Regime, e nas Américas, contra o colonialismo. Sendo assim, o “conservadorismo à brasileira” não surge da necessidade de reagir a um estopim revolucionário ou restaurar um passado longínquo, a sua tarefa é atuar pela manutenção e ampliação das condições que permitem sua hegemonia e domínio sobre as classes subalternas e exploradas do Brasil (Idem). Outra peculiaridade do “conservadorismo à brasileira”, é a dependência do capital estrangeiro, principalmente das “grandes potências”, uma característica que marca as relações internacionais do Brasil desde a época colonial, onde a classe dominante brasileira atua pela sua manutenção no poder e da condição subalterna do país ao capital estrangeiro.

O “conservadorismo à brasileira” procurou, e ainda procura, através de suas tendências antidemocráticas, sua paranoia anticomunista e sua noção contrária a garantia de direitos trabalhistas. Estando alerta a qualquer discurso que proponha antagonismos e o abafar de forma coercitiva, Souza (2016) aponta que:

Essas tendências conservadoras de defesa em bloco e ataques preventivos sob o discurso de defesa da ordem, bem como o isolamento das camadas populares das esferas decisórias e o reforço das instituições e do Estado como agente ativo do desenvolvimento capitalista, encontra sua máxima

²⁶ Acredito que o maior exemplo disso, dentro da realidade brasileira na atualidade, é como são construídas as argumentações contrárias às Ações Afirmativas, como por exemplo a frase “tão tirando o lugar do meu filho, pra pôr filho de empregada na universidade pública”.

ressonância no regime empresarial-civil-militar instalado em 1º de abril de 1964. (p. 228)

O governo popular de João Goulart, propunha ampliar direitos trabalhistas, no campo e na cidade, somado à uma postura em defesa da soberania nacional, expressas pelas Reformas de Base e algumas mobilizações populares que eclodiram. Esses elementos foram suficientes para ativar o sinal de alerta para conservadores no Brasil e para o governo dos EUA, que, diante destes fatos, “preventivamente” articularam o golpe de 1964, instalando no poder as forças armadas, com a tarefa de manter a ordem no país. A partir de todas essas considerações sobre o conservadorismo, conseguimos identificar todos esses elementos presentes na agitação conservadora às vésperas do golpe, expressos na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*²⁷, onde esses eixos foram programáticos para o regime militar. Apesar de olharmos para essas movimentações a partir do entendimento do conservadorismo, é importante destacar que esses mesmo grupos não se consideravam assim. Na mentalidade destes, estava-se construindo uma revolução para livrar o Brasil das amarras do comunismo, exaltando valores como a modernidade e o progresso para a sociedade brasileira. A evidência dessa mentalidade pode ser encontrada no decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, onde justificam o fechamento do regime, pois era “imperiosa a adoção de medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores da Revolução” (BRASIL, 1968). Importante ressaltar, inclusive, que este tema tem sido reavivado por um revisionismo histórico que procura ressignificar o golpe de 1964 como uma revolução²⁸.

Mesmo assim, os primeiros anos da ditadura civil-militar não foram o suficiente para conter os ventos contestatórios de 1968, sendo expressos no país através das movimentações de jovens e trabalhadoras/es que questionavam o regime implementado em primeiro de abril de 1964. Foram diversas mobilizações que eclodiram por todas as partes do país, que foram fortemente reprimidas. Enquanto isso, na música, o movimento

²⁷ Marchas ocorridas em março de 1964, com manifestações de massas, em diversos estados brasileiros. Um grande exemplo dessas manifestações foi o ocorrido na cidade de São Paulo, em 19 de março, levou 300 mil pessoas às ruas da cidade. Tiveram como setor protagonista do chamado e articulação parte do clero e entidades femininas. Depois da concretização do golpe civil-militar, em 31 de março de 1964, as marchas ficaram conhecidas como “marchas da vitória”. LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. FGV: CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso em: 29 jun. 2021.

²⁸ Um caso explícito deste revisionismo são as produções do grupo Brasil Paralelo, que no ano de 2019, lançou o filme *1964 – Entre armas e livros*, o qual apresenta uma narrativa de que os eventos de 1964 e durante as duas décadas de ditadura civil-militar foram a iniciativa dos militares para impedir o comunismo no Brasil. A produção, assim como o grupo, contou com a colaboração dos principais intelectuais conservadores da atualidade no Brasil como Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho.

da tropicália tomou conta das sonoridades brasileiras e seus expoentes dialogam com os ideais da revolução sexual e dos costumes, podendo ser considerada como a porta de entrada da contracultura no país (WOLFF & NUNES, 2019, p. 245). Green e Quinalha (2014) assinalam que:

No interior das mobilizações contra o endurecimento da ditadura, nas mudanças culturais que refletiam a sociedade em movimento, no tropicalismo e em outras manifestações do período, abriu-se um novo espaço para imaginar uma articulação política que contestasse a repressão aos homossexuais, o que se nota nas novas publicações que surgiram neste momento. (p. 21)

Porém, o ensaio dessa possibilidade, de articulação em torno da sexualidade, foi abafado. Sentindo a pressão que vinha da oposição, nas ruas e no Congresso, o governo militar, liderado pelo General Costa e Silva, promulgou o AI-5, em dezembro de 1968, o qual potencializou as arbitrariedades do regime. Mandatos parlamentares foram cassados, aumentaram a perseguição aos movimentos sociais e organizações de esquerda e proibiram reuniões públicas. Este recrudescimento freou os ventos contestatórios que começavam a soprar no Brasil e desmontaram a possibilidade de organização de um movimento pautado pela sexualidade e identidade de gênero.

As narrativas que incitavam o preconceito, a discriminação e, conseqüentemente, a violência contra sexualidades e identidades de gênero dissidentes, não se moldaram no período da ditadura civil-militar, elas remontavam uma construção sócio-histórica muito anterior a este período, sendo ao longo da história da humanidade forjadas através do discurso religioso, médico e criminalista, sendo intercalados e combinados “de modo a produzir uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico” (QUINALHA, 2018, p. 21). Por mais que o regime não tenha criado códigos e leis abordando e reprimendo a questão das sexualidades dissidentes, existiu a construção de uma política sexual que visava moldar a vida sexual e afetiva da população à heterossexualidade.

2.2 POLÍTICA SEXUAL NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1985)

Debater uma política sexual pode parecer algo deslocado, uma vez que, em nossa sociedade ocidental cristã, o sexo é algo para se manter escondido “a sete chaves”. Mas, o ocultamento não é uma política? Parto do entendimento de que política sexual é um

conjunto de normas, institucionalizadas ou não, as quais orientam os comportamentos sexuais e afetivos. Podem ser orientadas a partir das perspectivas políticas, ideológicas e religiosas, buscando a liberação ou repressão da sexualidade individual. Dessa forma, a política sexual não é apenas os instrumentos jurídicos e políticos que versam sobre a sexualidade de forma explícita, mas também uma série de posturas e discursos que constroem um ideal do que seria uma sexualidade normal e saudável. Neste sentido, a concepção hegemônica da política sexual tem se constituído como um instrumento de controle, em que a sexualidade é concebida apenas em serviço da reprodução, relegando à marginalidade, assim, os comportamentos sexuais-afetivos que fujam desta lógica.

Gayle Rubin (2012), uma importante referência sobre as discussões acerca da política sexual, em seu ensaio *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*, reflete sobre as políticas sexuais defendidas nos EUA desde o final do século XIX. A partir deste estudo, evidencia que o sexo e a sexualidade possuem historicidade, como está expresso no início do ensaio:

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. (p. 1)

Dessa forma, a sexualidade encontra discursos que foram institucionalizados através da igreja, da medicina e psiquiatria, as quais procuram denotar um essencialismo sexual, onde o sexo seria “eternamente imutável, a-social e transhistórico” (RUBINN, 2012, p.10). Por essa lógica o sexo seria limitado a algo estático, que mantém sob qualquer circunstância as mesmas características e as mesmas práticas, ou seja, exclui-se nesse pensamento uma variável muito relevante que é a diversidade da experiência humana, onde cada indivíduo possui suas paixões, desejos, prazeres e vivências. Nesse sentido, essa exclusão da diversidade gera a conclusão de que existe uma postura sexual natural e uma postura antinatural. Então, seguindo essa lógica, o que determina o que é normal e aquilo a ser repudiado?

Deve-se considerar que as sexualidades dissidentes questionam uma necessidade estrutural da sociedade capitalista e patriarcal: a reprodução humana, seja para garantir novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras, quanto para a garantia da posse da

propriedade privada²⁹ dentro de uma mesma família. Para atingir essa necessidade estrutural, a normatização da sexualidade e das identidades de gênero foi moldada através do discurso religioso, médico e científico. Rubin (2012) aponta que:

Um estigma extremo e punitivo mantém alguns comportamentos sexuais como baixo status e é uma sanção efetiva contra aqueles que as praticam. A intensidade deste estigma está enraizada nas tradições religiosas do ocidente. Mas muito do seu conteúdo contemporâneo deriva do opróbrio médico e psiquiátrico. (p. 14)

As ideias de pecado e doença, ligadas as pessoas que não se adequam a norma heterossexual e cisgênera, foram alicerces para a construção das políticas sexuais ao longo da história. Sendo assim, a ditadura civil-militar brasileira se utilizou desses estigmas para a construção de uma política sexual repressora aos corpos, sexos e afetos.

Para os grupos instalados no poder de 1964 até 1985, o regime militar tinha como objetivo regular a vida do povo brasileiro segundo os valores que não afetassem a moral e os bons costumes. Esse foi o alicerce ideológico que deu sustentação ao regime. A contraposição a valores como a proteção da família, os valores religiosos cristãos e a defesa da tradição, eram a régua que demonstrava aqueles que eram indesejados ou ameaçadores da ordem (QUINALHA, 2018, p. 23). Essa régua era necessária para combater o comunismo e a revolução dos costumes tidos como os inimigos da pátria, pois estes destruiriam a fé cristã, a família e a propriedade privada. Nesse sentido, foi criado um sofisticado aparato de repressão política calcados na polícia, espionagem, censura moral e a propaganda política. Para Fico (2014):

Tal aparato, como se vê, combina com uma dimensão que podemos chamar de ‘saneadora’ (aquela que tinha por incumbência prender, interrogar, torturar e até mesmo matar os inimigos do regime) e outra, que tenho chamado de ‘pedagógica’. Essas duas dimensões compõem o que me parece ter sido o ‘cimento ideológico’ que reuniu os diferentes grupos que davam sustentação ao regime militar: trata-se da utopia autoritária segundo a qual – para aquelas pessoas – seria possível tornar o Brasil uma grande potência, desde que fossem eliminados ou corrigidos os ‘obstáculos’ que se contrapunham a tal objetivo. (p. 14)

²⁹ Concordando com o pensamento de Okita (2015) sobre a relação entre normatização da sexualidade e a propriedade privada: “Era de grande interesse dos novos senhores que seus bens e seu nome passassem para seus filhos, e isso pré-condicionava a monogamia da mulher. Só assim ele teria certeza da paternidade de seus filhos. Relações homossexuais casuais, ficaram fora desse sistema de herança da propriedade. Pela primeira vez, sentimentos sexuais e emocionais começaram a ser influenciados pelo controle social, e proibições sexuais rígidas foram construídas. Vergonha, culpa e medo passaram a ser relacionados com o sexo e se transformaram em forma de opressão para a manutenção da ordem. O que era casual, espontâneo e natural começou a ser objeto de conflitos e, em última instância, de perseguição. Com a propriedade privada o natural passou a ser não natural.” (p.27)

Diante disso, a perspectiva acerca da sexualidade, compreendida pelo regime, ditava que tudo o que fugia do padrão *heterocisnormativo*³⁰ era imoral e subversivo, sendo integrante da conspiração internacional comunista. Foi a partir dessa perspectiva, que se estabeleceu uma “relação direta entre os “desvios” de sexo e gênero, e a ideologia comunista, de modo que a prisão de homossexuais e travestis foi considerada como prioridade no combate à perversão perpetrada por comunistas.” (CABRAL, 2017, p. 114). Kumpera (2021) também aponta que:

Assim, esta percepção motivou uma série de pânicos morais e ansiedades sociais dos setores mais conservadores, revigorando disputas no terreno da sexualidade e do comportamento. Diante deste quadro, subversão e comunismo foram cada vez mais sendo identificados com sexualidade desviante, uso de drogas, delinquência e patologia (p. 35).

O documentário-testemunho *Narciso em Férias* (2020), dirigido por Ricardo Calil e Renato Terra, traz o relato da prisão de Caetano Veloso, realizada em 27 de dezembro de 1968, com duração de 54 dias. Nesse testemunho, Caetano nos conta a passagem de seu interrogatório enquanto lê a ata do processo. Uma dentre as muitas acusações colocadas é que a sua música seria “desvirilizante” e, também, partiam do reconhecimento da proximidade do Movimento Tropicalista com as ideias da dita “revolução dos costumes”. Essa passagem serve de exemplo para demonstrar como essa articulação entre desvio moral e subversão, geradas a partir da paranoia anticomunista e da preocupação com a chamada de “revolução dos costumes” (FICO, 2014, p. 15), foi aplicada para determinar perseguições, agravar punições e reprimir.

Entende-se a moralidade conservadora como esse conjunto de normas cotidianas, que visam regular a vida das pessoas a partir de uma concepção de mundo calcada nas ideias conservadoras centradas em preceitos, como a família nuclear heterossexual e cisgênera, a religiosidade como organizadora da vida e das crenças e o receio de grandes transformações na estrutura social e política. Dessa forma, a moralidade conservadora foi a justificativa para a política de perseguição do regime militar. A condenação às sexualidades dissidentes passa pela defesa da família heterossexual ou família tradicional, percebida como o núcleo de sustentação dos valores da pátria. As escolhas morais, que deveriam ser individuais, passaram a ser pautadas para dentro dos aparelhos do Estado, sendo elevadas ao status de política pública, como a censura, a implementação da disciplina da “Moral e Cívica” e a repressão, por exemplo. Nesse sentido, o Estado no

³⁰ Este termo diz respeito a ideia de que o “normal” e, portanto, aquilo que deve ser comum a todas, é a heterossexualidade e o corpo cisgênero.

período ditatorial irá se tornar *locus* privilegiado para essa regulação da sexualidade. Dessa forma o regime militar foi estabelecendo uma “utopia autoritária”:

Um regime ditatorial, em verdade não é apenas uma forma de organização de um governo orientado para a supressão de direitos e liberdades com um fim em si mesmo, mas se abate sobre corpos social, político e individual como um verdadeiro laboratório de subjetividades para forjar uma sociedade à sua própria imagem. Quaisquer obstáculos a serem trilhados, neste sentido, para realizar a vocação de grandeza do Brasil, deveriam ser removidos, eliminados. (QUINALHA, 2018, p. 26)

Essa política de controle se estendeu a todos os espaços, como nas manifestações artísticas, incluindo a literatura, música, cinema, o controle das emissoras de televisão e jornais, censurando tudo aquilo que pudesse promover a “apologia ao homossexualismo”. O caso mais emblemático desse tipo de acusação é o da escritora Cassandra Rios³¹, uma das mais proeminentes da época, pois suas obras eram as mais vendidas³². Cassandra escrevia ficções que abordavam a lesbianidade e, devido a isso, foi uma das escritoras mais perseguidas no Brasil. De suas cinquenta e cinco obras, trinta e seis foram censuradas. Somado a isso, a escritora enfrentou vinte e seis anos de perseguições judiciais. As denúncias sobre ela afirmavam que a sua literatura estaria “aliciando, corrompendo e encaminhando toda a juventude e a sociedade brasileira para a homossexualidade, com romances eróticos, de ligações ilícitas, fora dos padrões normais” (FERNANDES, 2014, p. 217). Piovezan e Fontoura (2015) apontam:

A moralidade presente no pensamento conservador do regime militar não se dissociava de sua visão de mundo e de sociedade e participava da preocupação do Estado com a vida de seus cidadãos. A busca pela melhoria da saúde e da riqueza nacionais passava pela uniformização de seus membros e isso incluía sua vida sexual, que deixava de ser uma questão apenas moral para se tornar, também, política. (p. 2413)

Essa concepção, a qual atribui ao Estado a função de impor uma moral e ideologia comuns para toda a nação, abre caminho a refletir sobre o seu papel na manutenção da heterossexualidade enquanto um imperativo. Pesquisas como a realizada por Renan Quinalha, destaca que, durante o regime, houve a instalação de uma mentalidade a qual

³¹ Cassandra Rios, pseudônimo de Odette Pérez Rios (1932-2002), nascida em São Paulo. Suas obras abordavam principalmente as relações sexuais e afetivas entre mulheres e o erotismo, mas, também, temas como ficção e mistério. Seu primeiro livro, *Volúpia do Pecado*, foi publicado em 1948, iniciando sua carreira marcada pela censura e perseguição. Além disso, em 1986, Cassandra Rios foi candidata pelo PDT à Deputada Estadual, em São Paulo, todavia não se elegeu. Para mais sobre a autora e sua trajetória, indica-se a tese VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. “**Onde estão as respostas para as minhas perguntas?**”: Cassandra Rios: a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001). 2014. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11869>. Acesso em: 02 out. 2021.

³² As vendas de seus livros conseguiram, quase sempre, ser um sucesso, atingindo 300 mil exemplares. Se tornou uma das autoras mais bem sucedidas chegando a vender 1 milhão de livros. (FERNANDES, 2014, p. 127)

alçou a heterossexualidade cisgênera como padrão moral, institucionalizando e oficializando uma política sexual de controle das manifestações consideradas “desvios” ou “perversões”, como as transgeneridades, homossexualidade, erotismo e pornografia, por exemplo (2018, p. 31). O autor, então, desenvolve a ideia de que a ditadura no Brasil foi hétero-militar, por considerar que além do militarismo ser o pilar do regime, houve uma intensa política sexual de Estado, que perpassou a repressão, a censura e a propaganda ideológica, para afirmar e impor a heterossexualidade e, em consequência, repudiar e reprimir aquilo que não se enquadrava.

O Sistema Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, foi um órgão com o objetivo de realizar investigações, produzindo relatórios e pareceres para circular entre os órgãos do aparato repressivo, propagando discursos que influenciavam o posicionamento dos demais escalões do governo militar (KUMPERA, 2021, p. 34). Kumpera, em sua dissertação, evidencia o papel desempenhado pelo órgão no que diz respeito as sexualidades e identidades de gênero dissidentes, em específico sobre as lésbicas, e como esses órgãos eram utilizados como forma de acentuar a subversão da pessoa investigada ou patologizar sua existência. A pesquisadora levantou na documentação a utilização da terminologias ligadas a ideia de doença e/ou anormalidade, como “anomalia sexual”, “lesbianismo” e “homossexualismo”, sendo estas ligadas aos estudos médicos e psiquiátricos sobre a sexualidade, que foram se configurando desde o fim do século XIX. Essas “teorias médicas se erigiram naturalizando a heterossexualidade, a partir da patologização do seu oposto perverso” (KUMPERA, 2021, p. 38). Nesta análise, a autora pontua que as mulheres lésbicas, quando militantes, são vistas como alvo de dupla suspeita: sendo subversivas por sua militância política e, como lésbicas, representavam aquilo que contrariava as normas morais e sexuais defendidas na ditadura civil-militar (Op. Cit. p. 42).

O período de 1969 a 1973 apresenta uma contradição dentro do regime, no tocante às questões acerca da sexualidade. Foram os “anos de chumbo”, o momento mais violento e autoritário do regime, concomitantemente, foi o ápice do desenvolvimento econômico, conhecido como “milagre econômico”, garantindo o aumento do poder de consumo dos setores médios urbanos. Jovens de classe média, nas grandes cidades, criaram a demanda de espaços, como bares e boates, que se proliferavam nas regiões centrais dessas cidades. Dessa forma, dois processos se desenvolveram: o agravamento da postura repressiva do Estado, de um lado, e do outro, a formação de circuitos de sociabilidades para jovens. Estes espaços foram sendo adotados por lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais

como “*points*”, por serem ambientes semipúblicos que abriam a possibilidade para uma relativa expressão de suas sexualidades de maneira semiclandestina, formando o que ficou conhecido como “gueto homossexual”, por oferecerem:

um lugar fechado e protegido para se encontrar com amigos e flertar com possíveis parceiros. Tratava-se de uma nova alternativa às reuniões e festas nas casas particulares, onde as pessoas poderiam ampliar os seus círculos de conhecidos. (GREEN, 2014, p. 184)

Nesse período, as mulheres se encontravam em um contexto de maior participação no mercado de trabalho, bem como seu maior ingresso dentro das universidades, resultando na formação do feminismo acadêmico. Na passagem da década de 1960 para a de 1970, aconteceram importantes eventos que consolidaram tanto uma abordagem sobre as mulheres, quanto pesquisadoras mulheres, destacando-se a defesa da tese de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, em 1967, o curso ministrado por Zahidé de Machado Neto, “Sociologia da família e relações entre os sexos”, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1973, a “Conferência sobre a perspectivas feministas nas ciências sociais latino americanas”, realizada em 1974, em Buenos Aires, que contou com a participação de acadêmicas brasileiras e, em 1975, o seminário *Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres*, ocorrido na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre a Mulher da Fundação Carlos Chagas (HOLLANDA, 2019 p.12). Esses eventos redesenharam o movimento de mulheres no Brasil, que começava a dar seus primeiros sinais de reorganização. Após o início da ditadura, muitas mulheres passaram a se reunir no que ficou conhecido como “grupos de consciência”.

Em 1973, houve a crise do petróleo e, em 1974, ocorreu a alta da inflação. Sendo assim, o dito “milagre econômico” entrou em descenso. Como efeito, houve a queda na renda da classe média, sendo esse setor uma ampla base de apoio do regime, porém, essa situação, levou ao enfraquecimento do apoio ao governo militar. Além disso, a política econômica de arrocho teve um forte impacto entre os setores mais pobres e proletarizados, aumentando a sua insatisfação com o governo, somando a isso, o desgaste da sua imagem tanto em território nacional quanto internacional (GREEN, 2014, p.179).

Em contrapartida, desde o início da década de 1970, os movimentos populares, estudantis, sindicais, feminista, negro foram acumulando forças e se reorganizando, voltaram a despontar mobilizações, evidenciando seu descontentamento com o cenário político autoritário, a crise social e econômica. Houve mobilizações em solenidade às

pessoas assassinadas pelas forças da repressão e diversas greves, principalmente a partir da segunda metade da década, que intensificam o questionamento ao regime e desgastam sua imagem (GREEN, 2014, p. 180).

Em decorrência disso, ao assumir o governo em 1974, o general Geisel anuncia o projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, marcando uma nova fase no regime autoritário e o ponto de partida para o processo de democratização no Brasil (KINZO, 2001, p. 5), uma manobra para tentar frear a revolta popular que se via dobrando a esquina. Em 1978, a revogação do AI-5 foi um importante passo rumo à redemocratização. Dessa forma:

No final da década de 1970, os brasileiros começavam a respirar ares mais otimistas. Para muitos, a nação estava no limiar de uma nova era, mais justa e mais humana. A reorganização da sociedade civil, juntamente com a suposta decisão do regime ditatorial civil-militar de conter o aparato de repressão, pareciam anunciar grandes transformações. (MACRAE, 2018, p. 39)

De fato, essas mudanças foram vistas com entusiasmo pelas opositoras ao regime. Com isso, houve a abertura de um horizonte de possibilidades para expressar e organizar a luta contra a repressão. Porém, apesar desse relativo avanço, em relação aos movimentos sociais, a homossexualidade seguia sendo perseguida (KUMPERA, 2018, p. 9). Ou seja, por mais que a oposição política passasse a ser tolerada (até certa medida), aos corpos e sexualidades desviantes do padrão branco, cis e heteronormativo não foi cedida esta mesma tolerância.

Um exemplo concreto disso, são as operações policiais executadas sob às ordens do delegado José Wilson Richetti, da Polícia Militar de São Paulo, as quais tinham o objetivo de “higienizar” o centro da cidade, onde conviviam os grupos marginalizados. Nessas operações, eram realizadas prisões arbitrárias, torturas e extorsões, “mais de 1500 pessoas foram presas indiscriminadamente, os alvos da violência estatal eram homossexuais, travestis, prostitutas, negros, portadores de carteira assinada e os desempregados” (FERNANDES, 2018, p. 98). Segundo Ocanha (2018), essas investidas policiais se baseavam no artigo 59 da Lei das Contravenções Penais³³, popularmente conhecido como vadiagem (p. 80), construindo uma associação quase que direta entre ser homossexual e delinquente, sem preocupações com a vida. Por isso, Richetti e suas

³³ “Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses.” BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1941). Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-publicacaooriginal-1-pe.html> (acessado em 10/04/2021).

operações policiais contavam com o apoio de comerciantes dessas regiões³⁴, temendo que a circulação daquelas pessoas poderia atrapalhar os negócios, somado ao medo da criminalidade.

Eram realizadas as “batidas policiais” nos espaços de sociabilidade do gueto homossexual. A exemplo disso, a *Operação Sapatão*, ocorrida em novembro de 1980, ficou assim conhecida por fazer uma “caça às lésbicas”, escolhendo a região dos bares “Ferro’s”, “Último Tango”, “Canapé” e “Cachação”, todos na Rua Martinho Prado, em São Paulo” (OLIVEIRA, 2017, p. 16), reconhecidamente frequentado por lésbicas. Essa operação foi nitidamente lesbofóbica, sem nenhuma justificativa e aproximadamente 200 lésbicas foram presas e extorquidas³⁵, com único argumento utilizado na ocasião: “sapatão vai pro camburão”. As editoras do jornal *ChanacomChana* comentaram sobre o evento, na charge sem título, de 1983 (**Figura 2**³⁶):

³⁴ Quando Richetti foi convocado pelo Conselho Parlamentar de Direitos da Pessoa Humana (CPDPH), da ALESP, para depor e prestar esclarecimento sobre as arbitrariedades de suas operações, em 24 de junho de 1980, comerciantes e lojistas organizaram um abaixo-assinado com centenas de assinaturas em defesa do delegado (OCANHA, 2018, p. 86).

³⁵ Essas informações foram extraídas da matéria feita pelo jornalista Omar Cupini Jr. intitulada *Operação Sapatão*, um dos poucos registros que existem sobre a operação policial. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html> (acesso em 15/05/2021)

³⁶ Transcrição dos diálogos para facilitar a leitura. Quadro 1: “Ser lésbica as vezes é fogo... a repressão é qualquer coisa... Sempre tem um Richetti por aí.” “Mas que nada! Sem essa de rótulo... Esse negócio de hetero e de homo não existe...”; Quadro 2: “Claro! Hoje eu transo com um cara, amanhã posso transar com uma mulher... Eu sou é gente!”; Quadro 3: “Só! Além disso, a polícia dá em cima de todo mundo!”; Quadro 4: “Documentos!”; Quadro 5: “Quer uma bebidinha, seu guarda?”; Quadro 6: “Quem é sapatão pro camburão!”; Quadro 8: “Pô! Esse lugar é muito barra pesada não vamos mais vir aqui, ta?” “Tá, amor!”.

Figura 2 - Tira sem título que satiriza as batidas policiais e as prisões arbitrárias de lésbicas



Fonte: CHANACOMCHANA, n°2, 1983, p.2

Essa tira foi publicada na edição n° 2 do boletim e assinada por Miriam³⁷, que satirizou as operações policiais nos bares. A cena ocorre em um bar, durante o encontro de dois casais, sendo um heterossexual e outro de lésbicas. A história representada possui três momentos: o primeiro, em que uma das lésbicas inicia a reflexão sobre a repressão sofrida, mencionando diretamente o delegado Richetti (“qualquer coisa é repressão... Tem sempre um Richetti por aí”). Porém, sua fala é desconsiderada pelo homem que afirma que a “polícia dá em cima de todo mundo”, independentemente de ser “hetero” ou “homo”; o segundo momento, é marcado pela chegada de forma violenta da polícia e a prisão de muitas lésbicas. As frases usadas pelos policiais na charge evocam os acontecimentos da Operação Sapatão.

Essa denúncia satirizada critica a violência policial direcionada às lésbicas e ao discurso “eu sou é gente”, afirmando uma suposta igualdade diante da truculência, segundo a fala do casal aparentemente heterossexual, que, dessa forma, tem a postura de ignorar a situação, sendo, portanto, coniventes com o ocorrido e com a repressão sistemática.

O que fica nítido é que, apesar da distensão política e desmonte dos organismos de vigilância, indicando mudanças no regime, não houve uma transformação na visão

³⁷ Miriam foi uma das editoras e a chargista do *ChanacomChana*.

construída sobre lésbicas, travestis, transexuais e gays. Se no início da ditadura eram associadas à ameaça comunista, nos anos finais foram potencializadas com a criminalidade.

Lendo o *ChanacomChana*, mais especificamente nas edições de número 1 e 2, essa narrativa da criminalidade, ligada às sexualidades e identidades de gênero dissidentes, ficam evidentes quando as editoras nos contam sobre Anderson Herzer, nome assumido por Sandra Mara Hezer, aos 14 anos, quando assumiu sua identidade masculina. Nos relatos presentes no boletim, essa questão é abordada de uma forma que, na atualidade pode ser encarada como problemática, uma vez que as editoras acham que Anderson é um pseudônimo que “Mara” usou para publicar o livro *Queda Para o Alto*. Além disso, elas entendem que Anderson se ligava a uma identidade masculina por causa de uma construção social negativa sobre o que é ser mulher. Dito isto, é importante destacar que estas posições, tidas como “complicadas” aos nossos olhos no presente, para aquelas que escreveram o *ChanacomChana*, não estavam colocadas muitas informações que temos hoje disponíveis sobre a diversidade de identidades de gênero. Por isso, nos trechos retirados do boletim, Anderson será chamado de Mara. Na minha escrita, prefiro respeitar o nome social dele. Nascido em 1962, na cidade de Rolândia, no Paraná, ainda jovem, perdeu os pais, e, portanto, morava com seus tios, que o adotaram. Depois de algumas questões, como a sua revolta após uma tentativa de estupro de seu responsável, decidiram encaminhá-lo para a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), na cidade de São Paulo. O folhetim nos conta que:

Logo na unidade de Recepção da Vila Maria, Sandra encontra uma amostra da “importância” que a sociedade dá para as crianças em geral e, principalmente para as mais pobres. Menores infratores, menores deficientes, menores recolhidos tarde da noite, formam o contingente dos “frequentadores” da Febem onde todos são tratados democraticamente, sem distinção alguma, podendo dormir no cimento e apanhar à vontade. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 4)

As editoras descrevem esse cenário, a partir dos poemas de Anderson, publicados no livro *Salto Para o Alto* (1982)³⁸, autobiografia do poeta, que nos explicita, de pronto, um cotidiano de violência. É nesse espaço que Anderson vai desvendar sua sexualidade e identidade de gênero. E, depois de voltar uma segunda vez para a instituição, irá receber o apelido de Bigode, relatam:

³⁸ Para conhecer mais sobre o livro, indica-se a análise literária do seguinte artigo: CHAVES, Leocádia Aparecida. A queda para o alto: a experiência de Anderson Herzer na construção de seu corpo, de seu gênero, de sua sexualidade. *Letras Escreve*, [S.L.], v. 7, n. 4, p. 59, 14 jun. 2018. Universidade Federal do Amapá. <http://dx.doi.org/10.18468/letras.2017v7n4.p59-77>.

É a partir da volta de sua primeira fuga que ganha o apelido de Bigode (machão autêntico que tinha mais pelos no corpo do que a maioria das meninas), sendo sua aparência uma das causas pela qual vai ser mais perseguida pelos funcionários e pelo Diretor que costumava chamá-la de “machão sem bolas”. (Idem)

Essa perseguição punia física e simbolicamente Anderson, inserido dentro de um espaço de privação de liberdade supostamente destinado a reeducação de menores de idade considerados infratores. Entre indas e vindas, Anderson permaneceu na Febem dos 14 anos até os 18 anos. Segundo o excerto, a aparência física e sua postura masculinizada justificavam perseguições e agressões por parte dos agentes da instituição, que, ao utilizarem a expressão “machão sem bolas”, evidenciam a ideia de que aquela pessoa não está dentro da “normalidade” e, desta forma, “colocada em seu devido lugar”. Podemos considerar, então, esse um exemplo explícito de como o autoritarismo do período tem uma relação íntima com imposição de uma normalidade cisgênera e heterossexual. Não à toa, as editoras apresentam a seguinte consideração sobre o livro:

A queda para o alto é um livro denúncia contra os autoritarismos de algumas de nossas instituições representadas nele pela família de Sandra, a Febem e uma delegacia de polícia, tudo isto com a cumplicidade da grande maioria, já que a omissão sempre significa compactuar com o poder dominante que oprime crianças, jovens e velhos. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 4)

Este trecho nos apresenta que o autoritarismo tem sua face mais explícita nas instituições, que com seu poder dominante oprimem, mas também, entre aqueles que são cúmplices, a moral conservadora e sua postura diante as sexualidades e identidades de gênero, é sustentada através de uma base social que também aplica essa violência autoritária de forma não institucionalizada. Anderson conseguiu sair da Febem, sob a proteção do então Deputado Estadual Eduardo Suplicy que tomou as providências necessárias, arranjando um emprego no seu gabinete e auxiliando-o com moradia. Porém, a forma como Anderson se apresentava para a sociedade era muito diferente do esperado, e, por isso, era tratado com hostilidade dentro dos espaços da Assembleia Legislativa de São Paulo. Após perder esse emprego, ele cometeu suicídio em um viaduto da Avenida 23 de Maio, em 1982. Poucos meses depois, seu livro autobiográfico foi lançado, ainda naquele ano. A história de Anderson demonstra como essa repressão à sexualidade e à identidade, em suas diversas camadas, afetaram física e psicologicamente as pessoas tidas como alvo.

Identifica-se, então, a partir do levantamento realizado nas fontes e os estudos acerca do período, que durante a ditadura o Estado, através dos seus órgãos de vigilância, repressão e censura, aplicava uma série de medidas e protocolos que enquadravam homossexuais e travestis como “elementos perigosos”. Em um primeiro momento,

estabelecendo uma conexão direta entre a orientação sexual e a ideologia comunista e, nos anos finais do regime, passam a ser associados a questão da criminalidade e consumo de drogas, como fica evidenciado com as operações policiais de “limpeza” do centro de São Paulo, comandadas pelo Delegado Wilson Richetti, amplamente denunciada pelos movimentos negro e homossexual, na década de 1980. Nesse sentido, compreendo que o aparato de repressão e vigilância, formado pelo regime militar, institucionalizou a discriminação às sexualidades e identidades de gênero, assim como outros grupos sociais tidos como marginais, entrelaçando a opressão homofóbica e transfóbica com o autoritarismo do regime antidemocrático.

São nessas veredas, que verificamos como foram os moldes através dos quais a política sexual durante a ditadura foi se impondo, na tentativa de adequar *sujeitas*, corpos, afetos e sexos. Contudo, o estudo sobre os movimentos no período deixou nítido que houve resposta e resistência.

2.3 FORMAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

O termo homossexual por muito tempo foi uma espécie de termo guarda-chuva para se designar às sexualidades e identidades de gênero dissidentes, logo os coletivos e organizações que surgiram ao longo das décadas de 1970 e 1980 se reivindicavam parte do movimento homossexual. Importante compreender que neste período não havia o entendimento que se tem na atualidade acerca da diversidade de possibilidades de se vivenciar a sexualidade e as identidades de gênero, sintetizadas através da sigla LGBTQIA+, que a cada dia que passa também é tensionada para abarcar mais identidades. Dessa forma, as primeiras organizações lésbicas se formaram por dentro do movimento homossexual em coletivos mistos, já que os grupos dos gays eram mais abertos as discussões sobre sexualidade do que os coletivos feministas, por exemplo. Compreende-se também, que dentro de uma perspectiva de analisar a discussão das sexualidades dissidentes durante a ditadura civil-militar e a redemocratização no Brasil, o movimento homossexual é um ponto de partida.

Felizmente, a repressão não é sinônimo para extinção – por mais que seu objetivo, às vezes, seja esse –, mesmo com todo o peso da política sexual da ditadura, eram constituídas estratégias coletivas de construção de uma rede de homossexuais. A vivência

homossexual, na época, era semiclandestina e, mesmo que a pessoa não fosse ligada a atividade militante, evitava-se demonstrar abertamente sua sexualidade, seja na família ou no trabalho, devido ao receio de possíveis retaliações. Por isso, dentro de espaços como saunas, bares e boates, por exemplo, foi se constituindo um gueto homossexual, através de espaços de sociabilidades, onde eram estabelecidas redes de contatos e interesses amorosos. Nesses locais, era possível, mesmo que por um instante, esquecer-se da dureza da discriminação que os aguardava do lado de fora. Esses guetos, então, cumpriam a função de socializar e proteger a lésbicas, gays, travestis e transexuais. Green aponta que:

Neste ambiente, criou-se um senso de conectividade, senão um tipo de comunidade em formação, em que as pessoas se identificaram, compartilharam códigos, comportamentos e costumes, ainda dentro de uma semiclandestinidad imposta graças à marginalização social da homossexualidade. (2014, p. 184)

O endurecimento do regime, a partir de 1968, abafou as novas possibilidades de expressar afetos, modos de vidas e a organização dos movimentos sociais identitários, que estavam em estágio embrionário no país. Então, o pânico disseminado pelas arbitrariedades do Estado foi um obstáculo para o surgimento de uma organização política que conseguisse contestar a homofobia, o moralismo e o conservadorismo no regime e na sociedade como um todo (GREEN & QUINHALHA, 2014, p. 22). A partir do aceno da distensão política e a possibilidade de articulação de homossexuais na luta contra a discriminação, estava colocada a necessidade de ir além do gueto e questionar os velhos preconceitos.

O embrião do movimento homossexual será recuperado ao final da década de 1970, com a reorganização dos movimentos sociais e organizações políticas, que se opunham ao regime militar - principalmente os movimentos de esquerda-, a revogação do AI-5, em 1978, e o anúncio do governo Geisel de novas reformas que eliminariam os instrumentos arbitrários da legislação draconiana e autoritária em vigor (MACRAE, 2018, p. 40). Essa relativa flexibilização gerou novas possibilidades de organização e mobilização para lésbicas, travestis e gays, inserindo-se no cenário efervescente de resistência ao regime opressor.

Abafadas as dissidências à direita dentro do próprio regime, o governo do general Ernesto Geisel, em seu período final, acenava com uma distensão lenta, gradual e segura. O movimento estudantil voltara às ruas, e os operários dos setores de ponta da indústria não tardariam a usar novamente o direito de greve. Outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir. Homossexuais que se apresentavam como uma "minoría oprimida" juntavam-se, à sua maneira, ao coro de oposição à ditadura. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 81)

O aparecimento do movimento homossexual se entrelaça com as mobilizações pela redemocratização do país, adotando essa pauta como uma de suas bandeiras políticas. Importante destacar, também, que esse aceno à liberalização fez com que alguns jovens que haviam saído do país, em autoexílio, voltassem, ao longo da segunda metade da década de 1970, trazendo na bagagem as ideias libertárias dos movimentos feminista, negro e homossexual. Uma parte desses jovens se engajou na construção de organizações, como a imprensa gay, James N. Green, João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas eram parte dessa geração, que compartilharam essas experiências ajudando na conformação do movimento.

A imprensa gay da década de 1970 contribuiu para o desenvolvimento do movimento ao incentivar o debate sobre a sexualidade inspirando a formação de grupos homossexuais. A imprensa gay já existia no Brasil desde o início da década de 1960, com a primeira publicação abertamente homossexual, *Snob* (1963-1969), distribuído no Rio de Janeiro, que tinha como principais assuntos a vida social dos gays da cidade. Péret (2011) descreve:

Havia colunas de fofocas, concurso de contos e poesias, matérias sobre moda e beleza, artigos sobre cuidado com a pele, entrevistas, palavras cruzadas e séries de reportagens como “História do Brasil pelo método confuso” e “Introdução à psicanálise”. Textos e imagens eram assinados por Pantera Cor-de-Rosa, Robinetti, Elke Stensoro e Gigi Brayant, jornalistas que utilizavam pseudônimos para expressar suas ideias. O anonimato era prática recorrente em qualquer publicação homossexual, o que revelam a precária liberdade que tinham. (pp. 19-20)

Além do *Snob*, existiram dezenas de jornais, principalmente nas capitais, com essa mesma abordagem, que refletiam a vida cultural do gueto homossexual. Com a instituição do AI-5, essas publicações foram aos poucos deixando de existir devido à repressão e a censura.

Em 1977, Winston Leyland, ativista gay e editor chefe da *Gay Sunshine Press*,³⁹ visitou o Brasil a fim de encontrar escritores brasileiros, para uma antologia de literatura gay latino-americana que ele estava organizando (RODRIGUES, 2018, p. 239). Foi organizado, então, um encontro entre Leyland com artistas, jornalistas, intelectuais e escritores, como João Antônio Mascarenhas, Darcy Penteado, Jean-Claude Bernardet, Aguinaldo Silva e Peter Fry (PÉRET, 2011, pp. 46-48), os quais se tornaram editores e colaboradores do *Lampião da Esquina*, inspirados pela troca de ideias com o escritor

³⁹ Jornal gay norte-americano fundado em 1971, em São Francisco, na Califórnia, que abordava história, sexo, política e cultura gay. O jornal dialogava com expoentes da contracultura, como Allen Ginsberg, Jean Genet, Gore Vidal, entre outros. Disponível em: http://www.leylandpublications.com/article_leyland.html (acesso em: 14/04/2021)

norte-americano. O periódico *Lampião da Esquina* (1978-1981), jornal lançado em abril de 1978 e circulando até o ano de até junho de 1981, sendo um grande destaque deste tipo de imprensa, foi o primeiro a ter alcance nacional.

Sentindo os novos ventos que sopravam, *Lampião da Esquina* surgiu afirmando, em seu primeiro editorial, a necessidade de sair do gueto, com intuito de romper o estigma sobre homossexuais. Para seus editores, o jornal serviria para falar da atualidade e elucidar sobre a homossexualidade nos campos da sociedade e criatividade humana, procurando, também, ser instrumento para dar voz aos outros grupos tidos como minoritários. Ou seja, o rompimento com gueto, proposto por seus editores, se dava tanto pela ambição de trazer o debate para um público maior, sendo homossexual ou não, quanto pelo discurso de aproximação com as demais “minorias”, como pode ser verificado no trecho abaixo:

Para isso estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.

[...] Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (LAMPIÃO, 1978 p. 2)

O engajamento político é uma característica destacada do *Lampião da Esquina*, por ter sido um veículo de informação, mas, também, cumpria um papel de incentivar a mobilização e discussão. O periódico visava atingir um público amplo indo além gueto, por isso havia uma diversidade de assuntos abordadas no jornal, apresentando a proposta de criação de uma consciência homossexual através de reportagens, opiniões e denúncias. Sua intenção, mais do que uma identificação com quem o lia, era a afirmação de uma identidade monolítica (RODRIGUES, 2018, p. 240). O jornal tornou-se referência para a imprensa gay, inspirando outros periódicos em como abordar essas temáticas, sendo utilizados para construir uma identidade homossexual, sem uma intenção homogeneizadora, mas, ao contrário disso, idealizar uma identidade construída a partir da diversidade. Ao publicizar em suas edições os debates acerca da identidade homossexual e suas reivindicações por direitos civis e antidiscriminatórias, por vezes de forma mais séria e outras de forma irreverente, o *Lampião* contribuiu na construção de

uma identidade política para o movimento homossexual. Não por acaso, os grupos e coletivos de ativistas também organizaram seus próprios boletins e periódicos, como é o caso do *GALF* e o *ChanacomChana*.

Por isso que, além de seu sucesso editorial, deve ser destacada a importância que o *Lampião da Esquina* exerceu se tornando “essencial para a formação dos primeiros grupos do movimento” (GREEN, 2014, p. 183). Rodrigues, afirma que o lançamento do periódico, em abril de 1978, “fortaleceu a ação de alguns rapazes de São Paulo que organizavam um grupo que se tornaria responsável por consolidar o movimento homossexual no Brasil” (2018, p. 239). Esses rapazes, no ano de 1978, na cidade de São Paulo, funda o *Grupo de Afirmação Homossexual – Somos*, sendo a primeira organização a surgir no país. Segundo Green (2014), a fundação do grupo marca o início do ativismo LGBTQIA+ no Brasil (p. 178), na época compreendido sob o guarda-chuva do termo homossexual para abarcar a diversidade de sexualidades e conformações de gênero. O nome escolhido para o grupo veio da referência ao primeiro pelos direitos homossexuais da América Latina o *Somos – Frente de Liberação Homossexual Argentina*, fundado em 1971, na cidade de Buenos Aires, deixando de existir em 1976, em decorrência da ditadura argentina (CAMPOS, 2014, p. 54). Alguns militantes desse grupo se exilaram no Brasil e compartilharam documentos e experiências, contribuindo para a formação do *Somos* brasileiro.

Os primeiros anos do grupo foram marcados por um baixo engajamento de pessoas, para além de seu núcleo fundador, devido ao medo do ativismo político, causado por uma década de repressão e perseguição dos movimentos. Sendo assim, gays e lésbicas tinham receio dessas organizações. Green (2014), relata que os espaços de sociabilidade homossexual criavam, concomitantemente, o público-alvo para o ativismo e as barreiras para a politização de gays e lésbicas (p. 189), isso devido:

Em geral um pacto de silêncio reinava em suas vidas particulares, no qual a família sabia da sua sexualidade, mas não comentava sobre a vida íntima ou sexual do filho ou da filha. A grande maioria de gays e lésbicas das classes médias que buscaram uma situação de emprego estável ou bem remunerado, no qual não se discutia a vida privada, não queria arriscar essa estabilidade com atividades políticas. Para que expor sua sexualidade quando o estigma social era tão forte e o ativismo poderia causar mais problemas com a família, no emprego ou com o Estado? Melhor seria manter a descrição e curtir a vida gay e a sociabilidade lésbica que pareciam cada vez melhores no final dos anos 1970. (Idem)

Sendo assim, essas condições se colocavam como desafiadoras para a consolidação do grupo, que buscava estratégias para aglutinar pessoas através do debate da afirmação da autoaceitação da homossexualidade e reuniões de grupos de identificação

para compartilhamento de experiências pessoais. O grupo *Somos* conseguiu aglutinar mais ativistas depois da participação no debate organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, da USP, em fevereiro de 1979, em um ciclo de debates sobre as “minorias”, contando também com a participação do *Lampião da Esquina*, em que aproximadamente cem pessoas participaram do debate. O saldo positivo do evento foi o incentivo para gays e lésbicas fundarem novos grupos ou ingressarem no *Somos* (GREEN, 2014, p. 190). E foi através dessa aproximação, que um grupo de mulheres lésbicas se uniu ao *Somos*.

Em abril de 1980, aconteceu o I Encontro de Grupo Homossexuais Organizados (EGHO), conjuntamente com I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), na cidade de São Paulo, contando com a participação de trezentas pessoas. Foi uma das primeiras articulações nacionais de homossexuais, e, por mais que houvesse maior representação da região sudeste, participaram desses encontros o “Somos-SP, Eros-SP, Libertos/Guarulhos-SP, Somos/Sorocaba-SP, Somos-RJ, Auê RJ, Beijo Livre/Brasília-DF; além de representantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba e uma comissão de representantes do jornal *Lampião*” (FACCHINI, 2003, p. 106). O encontro então deliberou, por consenso:

reiteraram as resoluções indicativas pela alteração do Código de Doenças referente a "transtornos sexuais" e pela introdução da proteção de direitos relacionados à "opção sexual" na Constituição brasileira. Além disso, decidiu-se promover a legalização jurídica dos grupos, a dinamização dos contatos intergrupais por meio de jornais e boletins, a promoção de debates sobre a homossexualidade durante o congresso anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a denúncia da discriminação contra homossexuais exercida por empregadores e o acompanhamento de investigações sobre arbitrariedades policiais cometidas contra homossexuais. (Idem, pp. 106-107)

O encontro foi uma primeira iniciativa de construir resoluções comuns e bandeiras de luta, que foram mobilizadas por quase toda década de 1980, sendo algumas delas reivindicações presentes até hoje. O grupo *Somos* teve uma participação ativa na construção do encontro, integrou a comissão organizativa e seu subgrupo de lésbicas, a *Facção Lésbica-Feminista* (LF), também fez parte comissão. O *Somos*, após o EBHO e o EGHO, teve que lidar como uma crise interna e o panorama da crise é comentado na edição nº 3 do *ChanacomChana*:

O Iº EGHO trazia, em si, os germes do posterior racha do Grupo Somos causado, aqui também, pela infiltração de membros da Convergência Socialista que pretendia manipular o movimento, comprometendo a autonomia de sua especificidade. Dessa divisão, entre os bichas, surgiu o Grupo Outra Coisa de Afirmação Homossexual que, com outros grupos de São Paulo, criou o Movimento Autônomo Homossexual (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2)

Green (2014, p. 192), comenta que essa crise tinha três polos de atrito, um ligado às ideias autônomas que rechaçavam as organizações de esquerda e, portanto, contrário ao que era conhecido como “dupla militância” – a participação num partido político e num grupo de afirmação-. O outro polo, tinha a intenção de incentivar ações para além do processo interno de reflexão, buscando a interação com o resto da sociedade - esta fração é a “infiltração” da Convergência Socialista⁴⁰ apontada na citação acima-. E, por fim, existia a *Facção Lésbica Feminista*, que conforme ia se aproximando do movimento feminista e das lutas de combate ao machismo, iam se afastando do grupo (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2), pois não encontravam no *Somos* espaço para a realização desse debate, somado a isto, o incomodo por serem constantemente chamadas de *racha* ou *rachadas*⁴¹.

A passeata de primeiro de maio daquele ano, realizada em São Bernardo do Campo, seria, ao mesmo tempo, um marco na existência do *Somos* e o estopim de sua crise. Uma consideração sobre essa manifestação é que ela representa um marco dos movimentos estudantis, sindicais e populares que vinham acumulando forças contra a ditadura. Nesse dia, conseguiram construir uma mobilização de massas pautando “liberdade e autonomia sindical, direito de greve, garantia de emprego, salário mínimo nacional real e unificado, contra a carestia” (FERNANDES, 2014, p. 140). O *Somos*, juntamente com a *LF*, organizou uma coluna com aproximadamente cinquenta pessoas, marcando a primeira participação aberta de um grupo homossexual em uma manifestação contra o regime, levando faixas com os seguintes dizeres “Contra a intervenção nos sindicatos do ABC” e “Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual” (GREEN, 2014, p. 182). Sobre o episódio Marisa Fernandes (2014) relata:

Mas era um mar de gente, uma multidão, milhares e milhares de pessoas de todas as cores, de diferentes classes sociais, de rostos iluminados cantando, gritando palavras de ordem, clamando por liberdade. Eram muitas faixas coloridas, cada qual com desejos nelas expressos. O sentimento de marchar aos milhares sobre o asfalto de São Bernardo do Campo era também de orgulho, pois naquele evento se escreveu uma parte importante da história política deste país. (p. 141)

⁴⁰ Convergência Socialista (CS), foi uma organização trotskista, fundada em 1978, que atuou como corrente interna do PT até 1992, quando foi expulsa do partido. Integrava a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), dirigida pelo argentino Nahuel Moreno. O agrupamento tinha uma forte influência no movimento sindical, nas lutas da reabertura política, e, além disso, foi uma das poucas organizações de esquerda que procurava se inserir nos movimentos negros, de mulheres e LGBTQIA+ da época. Grande evidência disso, é sua participação no processo de formação do MNU, bem como do Grupo *Somos*, através da atuação de James N. Green. A corrente teve uma ruptura com o processo de expulsão do PT. O setor que decidiu se manter no partido fundou, a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o setor que saiu, fundou, em 1994, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

⁴¹ Gírias pejorativas que gays usavam para se referirem às vaginas. Expressões como essas reduzem as mulheres apenas a vagina.

Apesar das divergências internas do *Somos* sobre a participação na passeata, ao se fazerem presentes, deram uma demonstração da disposição dos grupos homossexuais em se somarem às manifestações em oposição ao regime, demandando liberdade, e conjuntamente disputando a pauta sexual dentro dos movimentos “tradicionais”, os quais ignoravam ou desprezavam a pauta. Abaixo, a histórica foto da participação do grupo na passeata (**Figura 3**).

Figura 3 - Participação do Grupo *Somos* no ato de 1º de maio de 1980



Fonte: CAETANO, Marcio *et al* (org.). Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018), 2018, p. 15

A crise interna do *Somos* é um exemplo do tensionamento que existia entre as organizações de esquerda e os movimentos que debatiam as pautas de opressão. Por mais que houvesse um alinhamento nas lutas pela redemocratização, isso não inibia os atritos. As organizações de esquerda, orientadas por uma perspectiva ortodoxa do marxismo, compreendiam que existia uma divisão hierárquica entre as lutas ligadas a exploração da classe trabalhadora, que encaminhariam para uma revolução socialista, consideradas como “lutas maiores”, e as lutas ligadas as pautas de igualdade de gênero, liberdades sexuais e contra a discriminação social, sendo associadas como “lutas menores”, pois não seriam questões urgentes e que se resolveriam após a revolução. Essa concepção, colocou, diversas vezes, grupos feministas, negros e homossexuais em confronto com as organizações de esquerda, as quais, por vezes, implodiam debates com essas pautas específicas, chamando-as, pejorativamente, de “pequeno-burguesas” e “divisionistas”. Essas organizações, compreendiam a classe trabalhadora como algo monolítico e homogêneo, com o referencial no homem branco europeu, centrado na heterossexualidade cisgênera, que ignoravam a diversidade existente dentro da própria classe, ainda mais considerando que a formação dessa classe, no Brasil, perpassa pelo

processo histórico racista da escravidão. Por isso, não consideravam a luta de negras, mulheres e homossexuais como sendo da própria classe. As editoras do *ChanacomChana*, como mencionado anteriormente na edição 0, perguntavam se essa divisão entre as “lutas maiores” e as “lutas menores”, como estava colocada essa discussão, não se tratava de uma forma de discriminação, por não ser reconhecido que os movimentos e reivindicações destes setores oprimidos estariam inseridos dentro da luta de classes (CHANACOMCHANA, 1981, p. 3).

Consequentemente, havia por parte do movimento homossexual, também, muita desconfiança das organizações de esquerda, pois os processos revolucionários não haviam conseguido eliminar as formas de opressão, pelo contrário, os regimes socialistas soviético, alemão, cubano e chinês, por exemplo, possuíam uma política sexual muito conservadora⁴², condenando as sexualidades e identidades de gênero. O *ChanacomChana* (1983), chega a abordar essa questão em duas edições, no n° 3, onde apresenta um informe sobre a situação de gays e lésbicas em Cuba e na Alemanha Oriental, comentando que em ambos os países existia uma política de reeducação de homossexuais, através dos tratamentos psiquiátricos, sendo que em Cuba, os campos de trabalho forçado para reeducação haviam encerrado suas atividades em 1975 (p. 12). Já na edição n° 5, elas apresentam uma entrevista com uma lésbica da Alemanha Oriental, intitulada Amor de Cartas. Na abertura da entrevista, elas comentam: “O amor entre mulheres não é oficialmente proibido na Alemanha Oriental, mas é considerado incompatível com a moralidade socialista.” (CHANACOMCHANA, 1984, p. 5). Por esses elementos, o movimento homossexual entendia que todas as formas de autoritarismos eram entraves para a livre expressão e vivência da sexualidade.

Ainda durante a primeira metade da década de 1980, o movimento homossexual travou uma importante campanha nacional pelo fim do parágrafo 302.0 do Código de Saúde, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (INAMPS), o qual enquadrava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. A frente dessa mobilização, estava o Grupo Gay da Bahia (GGB), que organizou abaixo-assinado, manifestações e debates públicos sobre essa questão. Segundo o boletim n° 6 do

⁴² Sobre este tema, indico o trabalho do colega Henrique Cintra Santos. Sua pesquisa de doutorado, ainda em andamento, *Movimentos homossexuais na República Democrática Alemã e no Brasil: vértices de uma rede de resistência global* e seu artigo SANTOS, Henrique Cintra. “OSTALGIE” E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ: as disputas sobre as memórias das homossexualidades. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S.L.], v. 18, n. 31, p. 87-110, 18 fev. 2021. Universidade Estadual do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i31.824>.

ChanacomChana (1985), a campanha contra o 302.0 conquistou mais de 16.000 assinaturas e moções de repúdio nas Assembleias Legislativas de São Paulo e do Rio de Janeiro e nas Câmaras municipais de Salvador, Maceió, Olinda, Florianópolis, São Paulo e Porto Alegre (p.1). No *ChanacomChana*, podemos acompanhar as mobilizações organizadas pelos grupos gays e de lésbicas contra o código. A cada edição, era compartilhada, na coluna de informes, a evolução na luta. Foram quatro anos de mobilização contra o 302.0 do INAMPS e, em fevereiro de 1985, o Movimento Homossexual Brasileiro atinge a conquista do fim do código. Segundo Carneiro (2015):

ativistas homossexuais passaram a reivindicar a revogação desse código 302.0 por entender que essa patologização reforçava a série de atribuições negativas direcionadas àqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo e era responsável por conferir a eles um *status quo* de sub-cidadão, categoria inferior dentro da estruturação social. Outrossim, foi a partir desta concepção que as primeiras organizações homossexuais brasileiras puseram em prática uma campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil e no mundo no final da década de 1970 e nos anos 1980. (p. 3)

A campanha contra o parágrafo 302.0 foi uma das principais mobilizações nacionais do jovem movimento homossexual brasileiro. Através da promoção de debates, junto a entidades da sociedade civil, como sindicatos, conselhos, movimentos sociais e sociedades científicas, juntamente com a coleta de um abaixo-assinado, lutaram para que o parágrafo fosse descartado. O *GALF*, juntamente com outros grupos homossexuais, participou de reuniões institucionais com o recém eleito governador de São Paulo, Francisco Montoro, em dezembro de 1982. Nesse encontro, foram buscar o apoio do Secretário da Saúde para a exclusão do parágrafo 302.0 e também discutiram com o Secretário de Segurança o fim das prisões arbitrárias de homossexuais e travestis, feitas pela polícia civil e militar (MARTINHO, 2021).

A luta contra o 302.0 marca a importância da luta contra a patologização das sexualidades e identidades de gênero dissidentes, a qual a medicina moderna buscou métodos atroz para reverter, de aprisionamento em instituições psiquiátricas, a terapias de eletrochoque. Nesse sentido, combater e reprimir os “desviantes” era o caminho para a construção de uma nação saudável. A discriminação contra sexualidades dissidentes, construída desde o fim do século XIX, era centrada na ideia de doença, justificada pela ciência médica. Essa conquista realoca essa discussão e expõe suas raízes morais. Por isso, o movimento de conjunto se engajou nessa luta, pois o 302.0 era a única norma institucionalizada que embasava a discriminação de gays, lésbicas e bissexuais. É em fevereiro de 1985, que o jovem movimento homossexual conquista uma importante

vitória. Resultado dessa importante mobilização, o Conselho Federal de Medicina determina a extinção do parágrafo 302.0.

Em 1985, chega ao fim a ditadura civil-militar no Brasil, com a articulação de uma coalizão entre oposição e dissidentes do governo, que leva a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência e José Sarney como seu vice (KINZO, 2001, p. 7), sendo os primeiros civis a assumirem o cargo em vinte e um anos. Porém, este governo já iniciava repleto de problemáticas, pois logo nos primeiros dias de mandato, Tancredo Neves foi acometido por uma doença e faleceu repentinamente, deixando José Sarney na presidência. O país passava por uma profunda crise social e econômica, e, ainda, havia a pressão pelo avanço da democratização (Op. Cit. p. 8). É nesse contexto, que será aberto o processo de elaboração de uma nova constituição, a qual pudesse responder aos anseios da sociedade brasileira, após os duros anos de ditadura, Dessa forma, em 1987, são convocadas as eleições para escolha dos deputados e deputadas que participaram da Assembleia Nacional Constituinte.

A construção da nova constituição foi marcada pela ampla divulgação e debate público. Nesse sentido, diversos setores da sociedade civil se organizaram para defender que seus interesses estivessem representados na constituição. A exemplo disso, a articulação do movimento de mulheres construiu uma intensa agenda de mobilizações e debates que resultou na construção da Carta das Mulheres aos Constituintes, propostas eram encaminhadas por fax e cartas ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher, bem como a atuação do “lobby do batom”. O entendimento compartilhado era que “aquele momento constituía uma oportunidade única de retirar as mulheres da condição de cidadãos de segunda classe categoria a que estavam reduzidas” (PITANGUY, 2019, p. 86). A articulação foi realizada entre as diversas categorias de mulheres em apoio à bancada feminina da Câmara e do Senado, que de forma suprapartidária apoiaram e apresentaram as emendas propostas para a melhoria da vida das mulheres (Op. Cit. p. 89).

O movimento homossexual também tentou apresentar as suas demandas para a Assembleia Constituinte. O *GALF*, conjuntamente com outros grupos, como o *GGB* e o *Triângulo Rosa*, defendiam:

Defendemos a inserção no parágrafo primeiro do artigo 153 da atual Constituição Federal, da expressão “contra a discriminação por preferência ou orientação sexual”. A redação deste parágrafo poderia ficar assim: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punido pela lei”. (CHANACOMCHANA, 1986, p. 12-13)

Porém, um desafio que o ativismo homossexual encontrou para fazer ecoar essa proposta foi o da representação, uma vez que para se concorrer a uma cadeira na Constituinte era necessário pertencer a um partido e a maioria dos grupos não possuíam vínculos com partidos. A questão da representação foi um fator limitante nas possibilidades de conquistas desta articulação. Segundo o relatado na edição nº12 do *ChanacomChana* (1987), em 1987, houve apenas uma candidatura abertamente defensora dos direitos de homossexuais que foi Herbert Daniel (PT), assumidamente gay, disputava o cargo de deputado estadual no Rio de Janeiro e era apoiado pelo grupo *Triângulo Rosa*, recebendo 5585 votos, sem conseguir se eleger (p. 17). Outro limitante era a falta de interlocutores que aceitassem infiltrar as reivindicações do movimento homossexual na Assembleia Constituinte.

2.4 MOVIMENTOS EM ALIANÇA

Considero importante destacar a ligação que o movimento homossexual teceu junto a outros movimentos durante a década de 1980. Esses foram importantes pontos de apoio para o seu desenvolvimento, uma vez que os “mais velhos” trocavam experiência com os “mais novos”. Pesa, também, nesta relação, a bandeira de luta contra a discriminação, apesar de serem expressões diferentes entre si, se reconheciam enquanto grupos oprimidos e, portanto, compartilhavam visões de transformação social similares. Somado a isso, existia a confiança na forma de organização pautada por esses movimentos, através de grupos autônomos⁴³, os quais geralmente evitavam ligações com os partidos e as organizações de esquerda, como pode ser observado nesse trecho de uma matéria, no *ChanacomChana*:

A multiplicação e o fortalecimento dos grupos autônomos de negros, mulheres, homossexuais, ecologistas e outros pode fazer surgir uma nova espécie de organização, que através da ação comum desses grupos (unidade da diversidade) pode criar um novo tipo de sociedade autogestionária, porque o socialismo até hoje criou outras estruturas de poder, com divisões de classe. (1983, p. 10)

Esse trecho abre a reflexão para duas questões: a primeira é evidenciar o entendimento compartilhado de que era necessária a coalizão dos grupos oprimidos e suas organizações. A segunda, é sobre a perspectiva política das editoras do boletim, onde, apesar de rechaçar o socialismo, acreditavam em alguma ruptura para a transformação social.

⁴³ Grupos autônomos podem ser compreendidos como grupos feministas, negros, homossexuais e ecologista, que não mantinham uma relação de dependência com partidos políticos e/ou organizações políticas. A única relação almejada com esses grupos era a unidade nas ações.

MacRae (2018), aponta que, esse entrelaçamento entre essas militâncias, remonta o ano de 1978 “marcado pela constituição do Movimento Negro Unificado, pelo florescimento pleno do movimento feminista” (p. 43). Esses movimentos já possuíam organizações antes da ditadura, mas, nesse ano, eles se reorganizaram, com novas posturas e práticas políticas.

Os movimentos negro e feminista chamavam uma atenção especial. As questões levantadas por eles, assim como os seus métodos de ação coletiva, extrapolavam os limites da política clássica. Ambos levantavam questões que até então eram desprezadas como “culturais” ou restritas às vivências individuais dos militantes políticos. Entendiam, como de impotência crucial, as relações hierárquicas estabelecidas entre raças, entre homens e mulheres, e mesmo entre os líderes políticos e a “massa” nas organizações esquerdistas. (Idem, pp. 41-42)

Essas críticas tocavam em questões que se direcionavam tanto ao regime, como instituição política, mas, também, dirigida a sociedade e às organizações de esquerda. Devido a isso, esses movimentos foram interlocutores do jovem movimento homossexual. O Movimento Negro Unificado (MNU)⁴⁴ teve seu ato fundacional em julho de 1978, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, demarcando a luta histórica do povo negro brasileiro por reparação pelos séculos de escravidão e a luta contra o racismo, principalmente o incrustado nas estruturas do país⁴⁵.

No caso do movimento feminista e de mulheres, desde o início da década de 1970, construíam formas de articulação através de associações de bairro, de donas de casas, mães, entre outras, que pautavam questões estruturais e dos salários, ou seja, em um contexto marcado pela crise econômica, que aumentava a fome e as desigualdades, as mulheres foram vanguarda na articulação de pautas básicas para a sobrevivência. Expressão disso, foram os movimentos contra carestia que, em 1978, “reuniram milhares de mulheres da classe média e popular pelo Brasil a se manifestarem publicamente em prol de modificações” (SILVA, 2019, p. 23), principalmente no que dizia respeito a crise econômica que dificultava o acesso a itens básicos.

Outro evento importante para o movimento de mulheres no Brasil foi o ano de 1975, declarado como o Ano Internacional da Mulher, segundo Costa (2013). Devido a data, foram organizados eventos públicos para debater a situação das mulheres na sociedade, favorecendo o surgimento de grupos de mulheres por todo o país, além da

⁴⁴ Nessa época era chamado de Movimento Negro Unificado de Combate à Discriminação Racial. Não era a única organização negra da época, mas era, e continua sendo, uma grande referência da luta antirracista no Brasil.

⁴⁵ Para mais informações sobre a formação do MNU, indica-se a tese: PEREIRA, Amílcar Araújo. “**O Mundo Negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

organização da Imprensa Feminista (p. 5). Também, entre os anos de 1976 e 1985, foi declarada a Década da Mulher, promovida pela ONU⁴⁶, a qual promoveu a institucionalização de políticas públicas propostas pelo movimento feminista, visando a redução da desigualdade entre homens e mulheres pelo mundo. No contexto brasileiro, essa década é marcada por:

Nos anos seguintes, o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a focar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica. (Idem)

Ou seja, o movimento homossexual irá se estruturar onde existe uma intensa circulação dos debates feministas e da negritude. Nessa efervescência, esses três movimentos foram construindo pontes e alianças.

No cenário paulistano, essa aliança demonstrou sua potencialidade na prática das manifestações contra a violência policial, em denúncia às operações arbitrárias comandadas pelo delegado Wilson Richetti. Como forma de reação, organizaram uma carta aberta, construída pelos grupos homossexuais, o MNU e coletivos feministas,⁴⁷ convocando para um ato público, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, em 13 de junho de 1980. Para Green (2014), este “evento deve ser lembrado e comemorado como a primeira mobilização pública do movimento LGBT no Brasil” (p. 183). Aproximadamente mil pessoas participaram da manifestação que se estendeu pelas ruas do centro de São Paulo, passando pelos locais onde eram realizadas as “batidas policiais”. Abaixo, podemos observar registros dessa manifestação (**Figuras 4 e 5**).

⁴⁶ A Década da Mulher (1976-1985), foi um encaminhamento proposto na I Conferência Mundial da Mulher em 1975, com a constituição de um plano de ação de diretrizes, que embasassem governos e a comunidade internacional na promoção de “igualdade plena de gênero e eliminação da discriminação de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> (acessado em: 20/05/2022).

⁴⁷ Assinavam a carta: “Grupo Somos de Afirmação Homossexual, Movimento Negro Unificado, Ação Lésbica Feminista, Núcleo de Defesa à Prostituta, Associação de Mulheres, Grupo Feminino 8 de Março, Convergência Socialista, Grupo de Mulheres do Jornal O Trabalho, Departamento Feminino da USP – DCE Livre, Grupo Eros, Ação Homossexualista e Nós Mulheres” (OCANHA, 2018)

Figura 5 - Ato contra a violência policial em 13 de junho de 1980



Fonte: CAETANO, Marcio *et al* (org.). Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018), 2018. p. 41

Figura 4 - Militantes da Ação Lésbica Feminista no ato de 13 de junho de 1980



Fonte: FERNANDES, Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade, 2014. p. 138

A série documental do Jornal da USP, *LGBTs no Regime Militar* (2018),⁴⁸ baseada na tese de Renan Quinalha, conta com a participação dos depoimentos de militantes e ativistas do período. No episódio 1, *A primeira passeata*, além dos comentários de Renan Quinalha, João Silvério Trevisan e Marisa Fernandes, nos contam sobre a passeata naquele 13 de junho, apontando que este momento foi embrião para a formação das “paradas gays”, em São Paulo. Marisa Fernandes, afirma: “Foi um ano revolucionário! E essa caminhada, ela passa a ser considerada a primeira caminhada, antes mesmo de 1997 quando vai sair a primeira “parada” gay.”⁴⁹

As articulações entre os movimentos seguiram acontecendo pelo resto da década de 1980, que perpassam desde os movimentos específicos contra a discriminação, até os debates entorno das mudanças para a nova constituição. As editoras do *ChanacomChana* (1983), apontam como os diversos movimentos atuantes em conjunto tem a possibilidade de alavancar uma ruptura com o sistema. Entretanto, destacam a importância de não perderem sua especificidade:

A prática vem demonstrando que são os diversos movimentos sociais, os setores oprimidos de um país: mulheres, operários(as), negros(as), ecologistas, homossexuais, camponeses, etc, que através de suas lutas podem conseguir a transformação social. Estas lutas podem convergir em vários momentos, sem perderem suas especificidades. (p. 6)

⁴⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vS8qi_oDkGE&ab_channel=CanalUSP

⁴⁹ FERNANDES, Marisa. In: A PRIMEIRA passeata. Produção de Marcos Targino. São Paulo: Tv Usp, 2018. (5:46 min.), color. Série LGBTs no Regime Militar. 05:00 – 05:20

Na atualidade, temos essa aliança entre movimentos sendo pensada por novas óticas e paradigmas, como é o caso do pensamento interseccional. Em sua análise, sobre a simultaneidade de opressões sobre corpos possuidores de diversos marcadores sociais, raciais, de gênero e sexualidade, podem apontar para o entendimento de que se há uma unidade entre as estruturas opressoras da sociedade (racismo, machismo, LGBTfobia, de classe, entre outras), a resistência à elas também passa por uma ação conjunta desses setores.

A partir dessa breve recapitulação do que foram os primeiros anos do movimento homossexual e de lésbicas no Brasil, é possível observar como ele adotará um discurso profundamente democrático, sendo suas demandas parte das articulações contra a ditadura, dialogando com uma ampla gama de movimentos e organizações políticas, construindo reivindicações com um horizonte pluralista, buscando a negação das narrativas que hierarquizam seres humanos pelos seus afetos, cor de pele, classe social e territorialidade, contribuindo para o debate da sexualidade, do comportamento e discutindo a própria natureza da política. (GREEN, 2014, p. 178). Neste sentido, pode-se perceber a intersecção entre as liberdades democráticas e as liberdades sexuais nos discursos e mobilizações de gays e lésbicas, bem como pode ser identificada uma tentativa de luta conjunta com outro setores oprimidos da sociedade brasileira.

3. O GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA E A IMPRENSA LÉSBICA

As lésbicas, ao começarem a refletir sobre suas questões particulares, iniciam um processo de auto-organização para formação de uma rede de articulação, mobilização, conscientização e acolhimento, através de grupos e coletivos. Ire, Silva e Lenzi (2019), identificam que “um dos objetivos do ativismo lésbico que emerge no Brasil dos anos 1970 é justamente oferecer um espaço de acolhimento e politização da identidade sexual de lésbicas” (p.189). Esse primeiro momento de organização do movimento lésbico no Brasil, como vimos no capítulo anterior, ocorre em um momento de grande efervescência social, política e cultural, devido a resistência à ditadura civil-militar, que havia sido reavivada a partir da segunda metade da década de 1970 e se intensificou a partir de 1980.

Neste período, principalmente nas capitais do país, surgiram grupos de ativismo lésbico. Alguns dos grupos que surgiram, durante a década de 1980, tiveram a sua memória preservada através da produção de alguns boletins, como o *Iamuricumá*, do Rio de Janeiro (RJ), produzido por um grupo de lésbicas que assinavam com este nome; o *Amazonas*, produzido por lésbicas do Grupo Libertário Homossexual (GLH), de Salvador (BA)⁵⁰; e o *ChanacomChana*, produzido pelo *Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF)*, de São Paulo (SP). Pode-se dizer que, devido a um privilégio regional característico do sudeste, houveram mais registros de grupos, principalmente no que diz respeito ao acesso a uma mídia de massas, como é o caso da participação de Rosely Roth, no programa da Hebe Camargo. Porém, é importante destacar que o movimento lésbico no Brasil se desenvolveu de forma diversa e esteve presente em todas as regiões, não sendo localizado apenas no eixo Rio-São Paulo⁵¹. O *GALF*, grupo estudado neste trabalho, é um dos grupos

que marca a memória do movimento lésbico brasileiro, por ter sido responsável pela articulação da *Revolta do Ferro's Bar*, mobilização que ficou conhecida como o “pequeno *Stonewall* brasileiro”, a qual será contextualizada mais à frente.

A formação dos grupos lésbicos e as discussões sobre a sexualidade lesbiana acontecem em meio a um momento de tensionamento e formulação sobre a existência

⁵⁰ Para aprofundar na trajetória do movimento lésbico, na Bahia, indico a leitura da tese SILVA, Zuleide Paiva. “**Sapatão não é bagunça!**”: estudo das organizações lésbicas da bahia. 2016. 382 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2016.

⁵¹ Destaco isso por não querer difundir uma narrativa homogeneizadora diante da realidade diversa do Brasil, reconhecendo que cada região possui suas especificidades para a formação do movimento lésbico.

lésbica e a construção desta identidade política insurgente, principalmente a partir da elaboração teórica lésbico-feminista.

3.1 CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE POLÍTICA

Ao enunciar palavras como lésbica, caminhoneira, “fanchona”, “cola-velcro” e etc, a ouvinte, ou leitora, consegue construir imagens estereotipadas, seja o estereótipo de uma mulher desfeminizada – construído pela ideia de que a lésbica seria uma negação da feminilidade, uma “mulher-macho” – ou pelo estereótipo hipersexualizado pelo *voyerismo* masculino, disseminado principalmente pela indústria da pornografia.

Esses termos, citados anteriormente, são utilizados para designar as mulheres que se relacionam com mulheres, exclusivamente, as lésbicas. Essa designação, ficou, por um longo período, associada a algo negativo (pecado, doença e crime) e, desde a década de 1970, tem sido tensionada para representar a identidade dessas mulheres de forma positivada. Em razão disso, para iniciar este capítulo, é importante partir das reflexões: o que é uma lésbica? O que marca a experiência dessas mulheres? Qual é o potencial contestatório da lesbianidade?

A palavra lésbica tem sua origem como denominação das moradoras da ilha de Lesbos, onde vivia a filósofa e poeta Safo, no século VI a.C., que escrevia poesias inspiradas pelo desejo e paixão pelas mulheres (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 29). Ao longo dos séculos, esse termo desapareceu e ressurgiu com significados diferentes, como por exemplo durante a Idade Moderna, quando o termo reaparece para definir mulheres cultas e com altas habilidades literárias (NAVARRO-SWAIN, 2016, p. 14). Entretanto, o significado que se fixou ao termo lésbica, perdurando até o tempo presente, são as mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres.

Dentro das páginas do boletim *ChanacomChana*, são muitos os momentos em que as editoras expõem o seu entendimento sobre o que é uma lésbica e o lesbianismo, cujo significado vai além de uma prática sexual-afetiva e se constrói como uma identidade política de enfrentamento às imposições do patriarcado. No texto comemorativo dos seis anos de *GALF*, presente na 8ª edição do *ChanacomChana*, elas nos contam como pensam o que é ser lésbica:

A palavra lésbica significa não a afirmação de uma nova categoria sexual, as lésbicas, mas sim a designação de uma postura política que vê nas relações afetivas e sexuais entre mulheres um caminho na busca de uma nova maneira de ser mulher neste mundo. (CHANACOMCHANA, 1985, p.3)

Ao afirmarem a busca por uma nova forma de ser mulher, partem da contestação daquilo que socialmente se constituiu como mulheres tendo como principais características a submissão ao masculino e a exaltação e controle da capacidade reprodutiva. É neste sentido que a teórica lésbica-feminista Adrienne Rich (2010) aponta que:

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. (p. 36)

As militantes do *GALF* e editoras do *ChanacomChana* concordam com Rich quando afirmam que ser lésbica “simboliza não só o amor entre mulheres, mas, também principalmente a revolta contra a opressão masculina que sempre deu as mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução” (CHANACOMCHANA, 1983, p.1). Compreendiam que se identificar como lésbica significava além da afirmação de sua sexualidade, uma postura política de recusa ao papel submisso e a busca por novas formas de se ver e viver o mundo. Esse controle das mulheres dentro da estrutura patriarcal, mostra que as mulheres têm sido tradicionalmente controladas através da maternidade, do núcleo familiar, da exploração econômica (seja no mercado de trabalho ou no trabalho doméstico) e da heterossexualidade compulsória, sendo estas fortalecidas pela tradição religiosa, a legislação e os bens culturais (RICH, 2010, p. 19).

Por consequência, essa ruptura com o modo compulsório de vida imposto às mulheres pelo sistema patriarcal, faz com que se empregue uma política de esquecimento sobre as vivências e experiências de lésbicas, pois estas estariam negando a “verdadeira” essência de ser mulher. Dessa forma, é necessário apagar essas histórias para garantir a ordem simbólica e o poder dentro da organização social patriarcal, fundamentada na divisão binária baseada no sexo biológico – homem e mulher – e a garantia da reprodução. Dentro dessa lógica, a heterossexualidade é a única possibilidade sexual e afetiva das pessoas, se tornando uma regra universal que determina o “verdadeiro” masculino e feminino (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 17).

A escritora francesa Monique Wittig (1935-2003) indaga: “seria lésbica uma mulher?”. Ao questionar a binaridade de gênero, calcada nas construções sociais, através dos corpos sexuais, a argumentação teórica parte do entendimento de como o feminino

é construído através de um pacto heterossexual, o qual condiciona a existência das mulheres. Então, uma vez que as lésbicas existem, a partir da recusa da submissão ao homem, elas deixam de ser mulheres. Essa conclusão explicita o potencial subversivo do lesbianismo para a desconstrução de um binário “natural” (NAVARRO-SWAIN, 2016, p. 17). Na perspectiva de Wittig (2019), ser lésbica vai muito além da recusa do papel de “mulher”, diz respeito, também, a recusa do poder econômico, ideológico e político do homem (p. 86).

É preciso, no entanto, apresentar uma ponderação sobre o pensamento construído por Wittig de que a lésbica não seria uma mulher, pois essa linha de raciocínio se apega a uma ideia de que haveria uma essência da mulher verdadeira, ligada ao pacto heterossexual e a reprodução. Essa abordagem, acerca da essência da mulher, tem sido amplamente criticada entre a nova geração de feministas, que busca refutar o ideal universal de mulher, apostando na análise e na compreensão das mulheres em sua diversidade de corpos, capacidades, sexualidades, raças e classes. Veremos adiante que essa crítica será bastante explorada pelas pensadoras da interseccionalidade.

A existência lésbica e o pensamento lésbico-feminista questionam e teorizam sobre a *heterossexualidade compulsória*, que seria a imposição da heterossexualidade como destino comum a todas as pessoas. Essa concepção pode ser encontrada nos trabalhos de Adrienne Rich, em seu ensaio *Heterossexualidade compulsória e Existência lésbica* (2010)⁵², em que a autora desenvolve o conceito. Seu pensamento reconhece a *heterossexualidade compulsória* como uma das “forças societárias que subtraem as energias emocionais e eróticas das mulheres” (p.22), garantindo o reforço ao direito masculino de acesso físico, econômico e emocional das mulheres (p.34). Esse controle produz narrativas que procuram convencer as mulheres que o casamento e a heterossexualidade são inevitáveis em suas vidas (p.26), sendo estas uma das sustentações do poder masculino sobre as mulheres. Ao desenvolver a crítica à *heterossexualidade compulsória*, a autora tinha o objetivo de desafiar o apagamento de mulheres lésbicas na literatura feminista e “encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres” (RICH, 2010, p. 19). A crítica a heterossexualidade também é um tópico presente nas

⁵² O ensaio foi publicado originalmente em 1980, em inglês, na revista *Signs*. Para esse trabalho, está sendo utilizada a versão traduzida em 2010 pela Revista Bagoas.

edições do *ChanacomChana* e apresentam pontos em comum com a crítica construída por Rich, como pode se observar no excerto abaixo:

a heterossexualidade enquanto instituição, é um instrumento de opressão das pessoas, em especial das mulheres, cuja a finalidade é manter inata as estruturas repressivas do sistema patriarcal. (CHANACOMCHANA, 1983 p.2)

O sexo e a sexualidade se constituíram na sociedade como propriedade e atributo masculino (DE LAURETIS, 2019, p. 136). Em razão disso, muitas vezes encontramos o discurso que associa a virilidade masculina com o apetite sexual, garantindo aos homens, ao longo do tempo, inclusive, o passe livre para explorar a sexualidade. Em contraponto, a sexualidade praticamente foge ao domínio do feminino, sendo esse um território da experiência humana vedado as mulheres, que, conseqüentemente, construiu a ideia de desinteresse pelo sexo e frigidez. Concordando com Campos (2014):

podemos refletir que milenarmente as mulheres têm sido reprimidas sexualmente, das mais diversas formas, com cintos de castidade, amputação de clitoris, costura dos lábios vaginais, aprisionamento em conventos, confinamentos, educação voltada para a não expressão do desejo sexual e completa ignorância acerca do funcionamento de seus corpos. (p. 36)

Neste sentido, como afirma De Lauretis (2019), “a sexualidade feminina tem sido invariavelmente definida tanto em oposição quanto em relação à masculina” (p. 137), sendo, na maioria das vezes, representada e idealizada de forma submetida e relacionada à sexualidade masculina. Não à toa, existe no imaginário popular uma ideia de que a lésbica é uma pessoa frustrada por suas relações com os homens e, por isso, decide se relacionar com outras mulheres. Essa negação de uma sexualidade feminina desassociada do masculino, sobretudo a ausência do *falo*, também é um dos fatores que contribuem para que as vivências lésbicas sejam turvas nos documentos históricos. Exemplo nítido disso são as documentações da Inquisição, nas quais a ideia de ato sexual entre mulheres parecia algo improvável, sequer nomeavam a prática, enquadraram-na como sodomia, apesar de ser uma questão polêmica para a Igreja Católica, já que era caracterizada pela penetração anal e a ejaculação. Sendo assim, o sexo entre mulheres foi chamado de “sodomia imperfeita” (OLIVEIRA, 2015, p. 4). Navarro-Swain (2004) comenta como essa falta de nomeação é um exemplo da política do esquecimento:

No Ocidente cristão, porém, aos poucos a homossexualidade masculina foi sendo banida e considerada crime; e a homossexualidade das mulheres desaparece da ordem do discurso.

Não se fala, logo, não existe. De tal forma que no século XVII a Inquisição, para julgar as mulheres acusadas de práticas homossexuais, não dispunha de uma palavra com a qual nomeá-las: eram chamadas de ‘sodomitas’. Isso é extremamente significativo, pois ao nomear cria-se uma imagem, cria-se um personagem no imaginário social. As mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo à existência (p. 19)

É através dessas articulações, que as instituições ideológicas que compõem a sociedade cristã Ocidental vão apagando aquilo que não interessa a estrutura social que almejam. A partir do século XIX, o discurso religioso deixa de ser o principal regulador de corpos e das práticas sexuais, dividindo este espaço com o discurso científico, que logo foi se tornando protagonista desta regulação. Conforme Kumpera (2021):

médicos se erigiram como detentores da verdade sobre os sujeitos, engendrando categorias classificatórias e possibilidades de tratamento (que visavam à cura ou correção), promovendo, ao mesmo tempo, a exclusão e estigmatização de todas aquelas pessoas consideradas desviantes ou anormais. (p.36)

Sendo assim, a homossexualidade feminina deixa de ser vista a partir do prisma do pecado para ser vista como doença, loucura e crime, por entendê-la como recusa ao papel natural da mulher. Assim, médicos e psiquiatras foram afirmando que a heterossexualidade era normal e natural.

à noção de crime alia-se a ideia de doença: fora da conjunção carnal heterossexual os comportamentos sexuais passam a ser doentios, criminosos, além de desviantes. Para encontrar a homossexualidade feminina em certos tratados era preciso buscá-la entre os canibais, os zoófilos, necrófilos, coprófagos, estupradores, assassinos passionais, manifestações estas classificadas em conjunto como “psicopatologia sexual”. (...) Por que, senão, como instituir a preferência heterossexual como “natural”? (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 55)

Por ser uma existência que evidencia uma ruptura com a matriz de gênero e sexualidade patriarcal, as lésbicas submergem no esquecimento. Porém, quando emergem, são enquadradas dentro desta opressiva tríade: pecado, crime e doença. Na contemporaneidade, podemos observar uma recuperação da imagem e identidade da lésbica a partir de uma perspectiva positiva, pela união de militantes e ativistas, que “saíram dos armários” para questionar as imposições de uma sociedade heteronormativa.

Parte-se da concepção de que as identidades são forjadas através de um processo dialético de interação do indivíduo com o coletivo, sendo uma questão de identificação individual, mas de igual forma, construída a partir do lugar de diferença, do outro, muitas vezes delimitados pelas estruturas sociais, como o racismo, machismo, colonialismo, capacitismo e o capitalismo, que balizam a experiência de determinados grupos sociais. A questão da identidade também tem se colocado como um fator importante para a articulação de determinados movimentos sociais, como o movimento feminista, o antirracista e o LGBTQIA+. Miñoso (2007), afirma que a construção dessas identidades passa por uma recuperação positiva de seu significado:

La identidad ha jugado un papel fundamental em la formación de los movimientos sociales contemporáneos, sobre todo, em los movimientos feministas y el movimiento de lucha contra el racismo. Para poder ser, estos movimientos, al igual que otros nuevos movimientos sociales, como el de la comunidad LGTTB, por

ejemplo, han tenido que partir de una recuperación positiva de la diferencia que a nivel social se les ha atribuido o asignado (identidad asignada) y por la cual han sido objeto de exclusión. Era la manera de deconstruir las imágenes negativas con las que se había cargado su diferencia. Esta fue también la manera de encontrarse con otros/as semejantes, construir el nosotras/os, identificarse como perteneciente a un grupo con el que se comparte la opresión y la exclusión. Esto permitió tempranamente la constitución y el desarrollo de estos movimientos: había cosas comunes que unían a las/os excluidas/os. (p. 26)

Essa recuperação positiva da lesbianidade, tem como ponto de partida os debates da década de 1960, a revolução sexual e dos costumes, o *boom* do feminismo e o surgimento do movimento homossexual ao redor do mundo, que emerge a ideia da lésbica e o do lesbianismo como uma identidade política que afronta a ordem patriarcal.

Quando a sexualidade deixa de ser encarada como algo a ser mantido “entre quatro paredes” e extravasa esse lugar, para ser pautada no espaço público, quando o movimento feminista passa a pautar o *slogan* “o pessoal é político”, emergem os movimentos que questionam essa ordem natural da heterossexualidade. Afinal, se o sexo é algo privado, por que ele é alvo de perseguições, normatizações e restrições por parte do Estado, Igreja e Ciência? Esse questionamento serviu como pontapé para apontar as contradições pelas quais a sexualidade, ao longo da história, foi controlada. Logo, pautar o sexo e a sexualidade no debate público, abriu possibilidades para que as pessoas se associassem em movimentos para se articularem entorno de objetivos comuns e específicos, bem como resistirem e proporem uma mudança social (MATTOS, 2012, p. 98). Assim, através dessa associação de pessoas que compartilham características, opressões, anseios e desejos em comum, se forma a identidade coletiva.

O boletim *ChanacomChana* é fruto dessas articulações e, por isso, encontramos o reconhecimento dos movimentos dos anos de 1960 para essa positivação do termo lésbica:

Foi preciso esperar por todo o século XX até a década de sessenta, com o surgimento dos movimentos de libertação das mulheres e das pessoas homossexuais, para que ela fosse retomada com um sentido positivo. Desde então, apoiadas na origem histórica da palavra, mulheres que amam mulheres em todo o mundo vêm preferindo chamar-se de lésbicas, investindo essa designação de conceitos de força, independência, liberdade e beleza. (CHANACOMCHANA, 1985 p. 1)

Embora na década de 1980 a sociedade majoritariamente ainda compreendesse o termo lésbica de maneira pejorativa, o movimento lésbico tomou para si essa nomenclatura como algo necessário para se identificarem, um nome que precisava ser dito, um passo para fora do manto da invisibilidade. Na continuação do excerto acima, as editoras explicitam o porquê recuperar o sentido histórico e positivo do termo lésbica:

Porém, alguém pode dizer: “- Mas a sociedade não vê as coisas dessa maneira e utiliza o nome lésbica como um palavrão, para nos ofender.” Isso é verdade! Todavia, é preciso lembrar que essa sociedade que dá uma conotação tão ruim a palavra lésbica é a mesma que classifica as relações entre mulheres como doentes, anormais, pervertidas, sacanas, pecaminosas, anti-naturais e outras tantas bobagens que estamos cansadas de ouvir. Nem por isso a gente leva esses conceitos a sério ou deixa de gostar ou de transar uma com a outra. Então, por que deixar que a sociedade machista e preconceituosa atribua a palavra lésbica um sentido ruim que como nós vimos por sua origem, ela não tem? (CHANACOMCHANA, 1985 p. 1)

Utilizar um termo, que naquele período carregava um sentido negativo, é uma forma escancarada de afirmar: “Nós estamos aqui, nós existimos!”. É ousar nomear aquilo que se desejava apagar e desbotar da história. Nas páginas do *ChanacomChana*, as editoras escolhem, para deixar na sequência desse parágrafo, uma montagem com a palavra lésbica escrita em diversas línguas (Figura 6). Interpreto como uma alegoria para explicitar que as lésbicas existem nos mais diferentes países e culturas, além de dialogar com o texto no sentido de afirmar o uso do termo para nomear as mulheres que amam outras mulheres.

Figura 6 - Quadro de montagem com a palavra lésbica em diversas línguas



Fonte: CHANACOMCHANA, n° 9, 1985 p. 1

A existência lésbica sempre sofreu tensionamentos dentro da sociedade patriarcal, como abordamos ao longo desse tópico. Sua associação como uma coisa negativa atravessou séculos, aperfeiçoando seus aparatos de repressão da sexualidade das mulheres. No entanto, esses instrumentos nunca foram eficazes e as existências lesbianas sempre buscaram subverter essa condição, ainda mais na história recente, em que os movimentos de mulheres lésbicas cada vez mais se propõem a construir a visibilidade e a resistência. Dessa forma, organizações como o *GALF* e a produção do boletim *ChanacomChana*, como será desenvolvido nos próximos tópicos, foram ferramentas

fundamentais para as lésbicas brasileiras construírem a sua resistência e a luta contra a violência e a opressão.

3.2 GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA

Compreendida as formulações políticas e teóricas acerca da lesbianidade, retomo a trajetória dos grupos analisado. Para começarmos a falar do *LF*, posteriormente o *GALF*, considero importante sabermos quem são essas lésbicas que se engajaram no grupo. Sobre o *LF*, Fernandes (2018) descreve:

As integrantes do LF eram plurais, de etnias, credo, escolaridade e classes sociais diferentes desde empregada doméstica até programadora de software, todas as mulheres que não vinham da Academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto em comum entre elas era apenas a lesbianidade. O LF possibilitava o encontro de mulheres fora dos ambientes de badalação dos guetos e era um lugar seguro para as garotas do “armário”, que ficavam sabendo do LF pela mídia. (p. 94)

Apesar desse relato deixar implícito que no grupo circulavam uma quantidade considerável de lésbicas, e somado ao fato de que as edições do *ChanacomChana* envolveram 23 mulheres⁵³, pode-se deduzir que algumas dezenas de mulheres atravessaram a trajetória do *LF* e do *GALF*. No entanto, não é fácil levantar informações sobre a vida dessas militantes e ativistas, um exemplo prático do apagamento de lesbianas ao longo da história. O anonimato era uma prática adotada no *ChanacomChana*, a maioria de suas editoras se identificava com apenas o primeiro nome. Não eram tempos fáceis de se ostentar a sexualidade dissidente, em que ser lésbica era algo complicado e envolto de tabus. Por isso, as identidades de militantes eram preservadas (por segurança, por preservação do trabalho, situação familiar, etc.), essa prática também era utilizada na imprensa feminista. Outro elemento que se identifica, é o fato de muitas dessas mulheres não viverem uma vida pública, apesar do fim da ditadura, revelando o peso da lesbofobia na sociedade. No entanto, algumas delas conseguiram se constituir como figuras do movimento, seja no período de existência do grupo ou na atualidade, através de seus relatos e trabalhos, como é o caso de Rosely Roth, Miriam Martinho e Marisa Fernandes.

⁵³ Contagem das pessoas creditadas nas 13 edições, através de textos, ao final dos boletins e charges.

Figura 7 - Rosely Roth lendo o ChanacomChana



Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/>

Uma das figuras mais influentes do *GALF* foi Rosely Roth (**Figura 7**), responsável pela participação editorial no *ChanacomChana* e por ser um rosto público do movimento, quando participava de debates e, até, programas de televisão, como no programa da Hebe Camargo, em 1985 e 1986. Rosely era uma mulher cisgênera, branca e judia, nascida em São Paulo, em 1959, formada em filosofia na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e com pós-graduação em antropologia na USP e pesquisava sobre gênero e lesbianidade (BACCI, 2016, p. 46). Rosely, desde o final da década de 1980, passou a enfrentar um adoecimento mental profundo, o que a foi afastando aos poucos das atividades do *GALF*. Esse quadro, infelizmente, a levou ao suicídio, em agosto de 1990. Mesmo após seu falecimento, a importância de Rosely para o movimento lésbico brasileiro não foi esquecida. Por isso, anos depois, o dia do orgulho lésbico foi criado em agosto, em memória a seus feitos, em prol do movimento e visibilidade lésbica. Miriam Martinho (2012), em relato, conta que Rosely além de participar do *GALF*, desde o *LF*, integrou o coletivo *SOS Mulheres*, até 1982, e destaca o protagonismo exercido por Rosely:

Rosely Roth foi pioneira no que se convencionou chamar de “política da visibilidade” em uma época (década de 80) em que, com raras exceções, ninguém mais o fazia, aliando aparições públicas, geralmente marcantes, a uma fundamentação teórica que lhe permitiu ir além do ramerrão vitimista e reformista que muitas vezes caracteriza o discurso e as atividades dos grupos sociais discriminados. (MARTINHO, 2012)

Outra pessoa importante na história do grupo foi Miriam Martinho (**Figura 8**), também uma das fundadoras do grupo e idealizadora do *ChanacomChana*. Além da editoria, era responsável pelas charges do boletim. Ao que parece, era responsável pela parte artística também. Era a correspondente do grupo em grande parte dos eventos

nacionais e internacionais, se responsabilizando por compartilhar os acúmulos das discussões e encaminhamentos, bem como na construção de uma rede de contatos com outros grupos e a distribuição do *ChanacomChana*. Atualmente, é uma das pessoas responsáveis pela divulgação da memória do movimento lésbico paulistano e brasileiro, sendo uma das responsáveis pelo site *Um Outro Olhar*⁵⁴, onde podem ser encontrados muitos relatos sobre as intervenções lesbianas desde a década de 1980, notícias sobre lesbianidade e feminismo e, também, organiza o *Acervo Um Outro Olhar*, em que podem ser encontradas diversas documentações do *GALF* e do *Grupo Um Outro Olhar*. Miriam Martinho é uma mulher, cisgênera e branca, nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, mas cresceu na cidade de São Paulo. Formada em Letras, pela USP, com especialização em tradução (BACCI, 2016, p. 45). Dentro do *GALF*, Miriam e Rosely, além de serem parceiras na militância, compartilhavam um relacionamento amoroso.

Figura 8 - Miriam Martinho na manifestação do IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 1987 no México



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>

Marisa Fernandes (**Figura 9**), nascida em Santo André (SP), em 1953, mulher cisgênera e branca, que cursou História na USP. Durante a graduação, se aproximou da militância política através do movimento estudantil. Após o debate organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, em fevereiro de 1979, sobre “minorias”, com a

⁵⁴ *Um Outro Olhar*, lançado em 1987, foi o boletim posterior ao *ChanacomChana*, um processo de amadurecimento das editoras que também refletia a nova conjuntura do país. Barbosa (2019), considera esse boletim como pioneiro da segunda fase da imprensa lésbica (p.93). Com o fim do *GALF*, algumas integrantes, incluindo Miriam Martinho, fundaram um grupo de atuação do mesmo nome. O boletim *Um Outro Olhar*, foi se atualizando conforme o desenvolvimento das ferramentas de comunicação e das suas possibilidades financeiras. A partir de 1995, foi lançado em formato de revista e, em 2004, passou a ser uma magazine virtual. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/>.

participação do *Lampião da Esquina* e do *Somos*, passou a se aproximar do movimento homossexual e posteriormente do movimento feminista. Estava entre as lésbicas que ingressaram no *Somos*. Após o debate, foi militante do *LF*,⁵⁵ até 1981. Em entrevista para a dissertação de Barbosa (2019), Marisa conta que deixou o movimento em 1981 para cuidar da saúde⁵⁶. Posteriormente, na década de 1990, foi cofundadora do *Coletivo Feminista Lésbico* (CFL). Marisa é historiadora, atuou em 2014 no grupo temático sobre ditadura e homossexualidades, da Comissão da Verdade de São Paulo, como pesquisadora e entrevistada. Além disso, contribuiu com importantes coletâneas sobre a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Marisa, mesmo com todas as polêmicas ligadas à sua participação no *GALF*, tem sido uma pessoa importante para ajudar a escrever a história sobre o grupo e do movimento lésbico.

Figura 9 - Marisa Fernandes participando do debate sobre Ditadura e Homossexualidades na Comissão da Verdade de São Paulo em 2013



Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/banco-imagens/detalhe/?id=149869>

No artigo *Memória Lesbiana: 40 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção* (MARTINHO, 2021), encontra-se uma foto das integrantes do *GALF*, identificadas pelo primeiro nome (**Figura 10**): Elisete, Célia, Luiza, Maria Rita, Vanda e Liete, lésbicas que também marcaram presença na edição do boletim *ChanacomChana*. Na época, a maioria eram estudantes e algumas se dividiam, também, com trabalhos. Célia cursava História, Luiza Economia e trabalhava em escritório, Vanda já trabalhava

⁵⁵ Existem controvérsias sobre a participação de Marisa Fernandes no *GALF*. Ela afirma que ficou no grupo até 1981, enquanto Miriam Martinho, em seus textos no site *Um Outro Olhar*, afirma que Marisa nunca participou do *GALF*. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html> (acesso em: 07/03/2022).

⁵⁶ FERNANDES, Marisa. Marisa Fernandes: entrevista [jan. 2019]. Entrevistadora: Paula Évelyn Silveira Barbosa. In: BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **TRAJETÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. p. 207

como jornalista, na época para a Folha de S. Paulo⁵⁷. Como pode ser observado nas fotos, a maioria são mulheres brancas e cisgêneras. Também pode-se notar como eram jovens, aparentando não terem mais que 30 anos. Nas imagens, o clima de entrosamento é ressaltado pelos sorrisos confiantes. As fotos foram tiradas durante o planejamento da *Revolta do Ferro's Bar* e após o evento.

Figura 10 - Militantes do GALF



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>

⁵⁷ Durante a pesquisa, me deparei com a ausência de informações sobre as demais integrantes do *GALF*. Diante disso, entrei em contato com Miriam Martinho, através do e-mail vinculado ao site Um Outro Olhar, para pedir maiores informações sobre elas. Ela me retornou indicando a leitura de alguns textos do site e me fornecendo essas informações sobre Célia, Luíza e Vanda. Sobre Elisete, Liete e Maria Rita, não tinha recordação de seus cursos ou trabalhos.

O *LF*, foi uma das organizações pioneiras de lésbicas no Brasil e teve seu embrião gestado dentro do grupo *Somos*. Em 8 de fevereiro de 1979, na faculdade de Ciências Sociais da USP, ocorreu o debate sobre minorias, que contou com a participação de ativistas gays do *Somos* e do jornal *Lampião da Esquina*. Marisa Fernandes (2018), relata que oito dias depois do evento, o *Somos* foi surpreendido com a participação de lésbicas em seu encontro (p.92). Em outro relato, ela conta que um grupo de quinze mulheres se aproximaram do *Somos* (FERNANDES, 2014, p. 129). Dessa forma, se constituiu uma das primeiras organizações a debater a “dupla opressão” das mulheres lésbicas, contribuindo para a politização e visibilidade das questões lésbicas, uma vez que suas demandas específicas eram tomadas por todas as organizações políticas da época como “sem importância”, assim como o movimento feminista, negro e ambientalista.

Nas edições do *ChanacomChana*, as editoras produziram três textos de comemoração da fundação do *GALF*, que são encontrados nas edições nº 3 (1983), nº 5 (1984) e nº 8 (1985). Neles, é exposta a trajetória do grupo, suas dificuldades, embates e conquistas. No artigo *GALF: 6 anos* (1985), escrito por Miriam, relata o momento em que um grupo de lésbicas passou a sentir a necessidade de debater suas questões específicas:

Entretanto, no mesmo ano de 79, a partir de reuniões para elaboração de uma matéria sobre lesbianismo para o jornal *Lampião*, algumas lésbicas do *somos* começaram a perceber que sua opressão específica só poderia ser realmente compreendida em relação a situação das mulheres em nossa sociedade e não mais como parte da repressão aos “homossexuais”. Neste sentido, elas passaram a se reunir em separado dos homens, formando o sub-grupo lésbico feminista, e a desenvolver as suas reflexões com base em textos feministas. (p. 1)

A consciência de que era necessário compreender a situação da mulher na sociedade, foi impulso para que a *Facção Lésbica Feminista (LF)* fosse formada. Como elas mesmas afirmavam, o sub-grupo surge com a “marca característica o dom de provocar polêmica” (CHANACOMCHANA, 1983 p. 2). Essa atitude não foi vista com bons olhos pelo *Somos*, que acusava as lésbicas de “separatistas, divisionistas e radicais” (Idem), mas segundo, as autoras, as questões das lésbicas não eram tratadas com a mesma importância que as demandas apresentadas pelos *gays*. Sendo assim, identificaram que dentro do *Somos* a hierarquia falocrática era reproduzida dentro do grupo, o que as levaram a concluir que na sociedade machista existia uma diferença entre ser um homem *gay* e uma mulher lésbica. Essas conclusões as aproximaram do feminismo.

Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres – e não apenas como homossexuais femininas – geravam dupla discriminação. Como lésbicas e feministas, decidiram então atuar como um subgrupo autônomo dentro do *SOMOS*, que não seria só de identificação, pois

reconheciam que esse processo já estava esgotado. Resolveram que a singularidade desse novo grupo seria a de uma atuação lésbico-feminista. (FERNANDES, 2018, p. 93)

Na série *Mulheres de Luta*,⁵⁸ no “Episódio 11: Lésbicas”, durante o depoimento de Marisa Fernandes, ela compartilha sua memória do anseio pelo debate sobre feminismo dentro do *Somos* fez com que uma das lideranças do grupo, João Silvério Trevisan, sugerisse que as lésbicas se aproximassem do movimento feminista:

E ele me pegou assim pela mãozinha e disse: “Vocês têm que entrar no movimento feminista, Marisa! Vai começar o Segundo Congresso da Mulher Paulista e elas formaram a comissão organizadora, e vocês tem que ir juntar com essas mulheres!”

E foi assim que a gente entrou pro feminismo. (FERNANDES, 2019)

Elas, então, participaram do II Congresso da Mulher Paulista (II CMP), que ocorreu em março de 1980, integrando a comissão organizadora. A participação nessa comissão e no evento foi bastante polêmica. Descrevem que a presença das lésbicas foi percebida com “arrepios, chilikues e a perplexidade inusitada ou divertida das feministas heterossexuais” (CHANACOMCHANA, 1983 p. 2). Sua participação foi incisiva no questionamento da sexualidade feminina, em especial sobre a heterossexualidade, na entrada do teatro da PUC-SP, as *LFanas* montaram um painel de colagens sobre a temática lésbica (**Figura 11**). Também participaram dos grupos de discussão sobre sexualidade feminina, para pautar a lesbianidade e distribuíram o panfleto *Mulheres Violentadas* (MARTINHO, 2019, p. 5).

⁵⁸ A série é fruto da divulgação dos resultados do projeto de pesquisa “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, vinculada ao Laboratório de Gênero e História (LEGH-UFSC), coordenado pela Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff e financiado pela CAPES. Além da série de dezenove episódios, os resultados desta pesquisa também foram divulgados através do livro *Mulheres de Luta – Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964 – 1985)* (2019). Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/projetos/projeto-mulheres-de-luta/>

Figura 11 - Pannel de colagens sobre a temática lésbica exposto do II CMP pela LF



Fonte: MARTINHO, 2019 p. 5

A **Figura 11**, nos mostra o painel montado pelas *LFanas*, com dois espelhos de vênus entrelaçados, símbolo que significa a relação entre mulheres. No ponto de intersecção entre os signos do feminino, encontramos o recorte que traz o título do mural “Amor entre mulheres”, sendo este recorte da capa da edição nº 12 do *Lampião da Esquina* de 1979, com a qual o grupo havia participado na construção da matéria sobre as lésbicas. Na parte inferior do painel, encontram-se duas páginas desta edição do *Lampião da Esquina*. A do canto inferior esquerdo, é a primeira página da matéria que possui o título “A quem interessar possa nós (também) estamos aí” (p.7) e no canto inferior direito, temos a quinta página da matéria com o subtítulo “Só queremos ser entendidas” (p.11). Esses dois enunciados explicitam as intenções das ativistas ao construir esse mural, marcando sua presença física e política no movimento. Infelizmente, essa intervenção não perdurou no encontro, pois foi destruído e teve suas fotos rasgadas (FERNANDES, 2014, p. 219).

Esse primeiro momento de contato com o movimento feminista, é marcado pelo tensionamento, uma vez que parte do movimento feminista ainda reproduzia preconceitos lesbofóbicos e não incorporava a crítica a heterossexualidade em seus discursos. Cabe, também, pontuar o peso da propaganda negativa feita contra o feminismo, que, automaticamente, associava o fato de uma mulher ser feminista, na mentalidade da época,

a se “tornar” lésbica, sendo a palavra lésbica, neste contexto, utilizada de forma pejorativa, visando difamar o movimento feminista. Na edição nº2 do *ChanacomChana*, as editoras entrevistaram Cida Kopcak, da Associação de Donas de Casa. O ponto de partida da discussão passa pela identificação com o feminismo e a entrevistada evidencia a deturpação do movimento, que impactou no processo da associação de se afirmar como feminista:

Cida: Antes o pessoal não aceitava porque as ideias feministas eram desconhecidas, deturpadas pela televisão, tínhamos mais informações dos grupos do exterior, do pessoal que estava na França, Itália. Então o pessoal tinha muito medo, achava que ser feminista era querer ser homem ou tomar o lugar do homem. No 1º número do jornal *Nós Mulheres*, a Raquel procurou a gente, o pessoal gelou a Raquel. Com o tempo o pessoal foi gostando das ideias feministas, e o pessoal velho foi se afastando. (CHANACOMCHANA, 1983, p.6)

Essa fala de Cida, explicita o peso da propaganda antifeminista para a identificação das donas de casa com o movimento. Não só a grande mídia fazia essa veiculação, como Cida afirma, mas, também, o próprio regime militar tem um papel ideológico determinante para a disseminação dessa imagem deturpada do feminismo. Mais adiante, a própria entrevistadora explica como até mesmo entre as lésbicas o termo feminismo é cercado de tabu.

GALF: O problema é que a palavra feminista tem um cunho muito pejorativo, as pessoas parecem que associam feminista com lésbica. O que é uma coisa engraçada porque as lésbicas em geral tem uma visão muito ruim das feministas. Uma vez eu estava falando com uma garota do grupo (quem frequenta o GALF é um grupo bem heterogêneo, tem gente de várias classes sociais, o preconceito as vezes consegue cortar até as barreiras de classe) que trabalha na cozinha de um hospital, eu falava de feminismo com ela e daí eu perguntei: Você sabe o que é feminista? Ela disse: Ah! Feminista não é a mulher que quer imitar o homem? Isto mostra que também para as lésbicas a palavra não tem uma conotação positiva, muito pelo contrário, outras acham que feminista é aquela que sai queimando soutien na rua, tipo aquela imagem do início do feminismo americano. Acho que devemos romper lentamente com esta carga negativa sobre o feminismo. (Idem p.7)

Nessa fala, a entrevistadora nos evidencia a carga negativa que o termo feminismo possuía, inclusive para lésbicas. Para a consolidação do movimento feminista, era necessário romper com essas barreiras de calúnia e difamação construídas pela sociedade da época. Por isso, o receio da filiação com alguma questão que era apontada como negativa, como era o caso das lésbicas.

É importante observar o ponto de vista das feministas brasileiras durante a década de 1970 e 1980, para evitar o simplismo de presumir que o movimento feminista foi preconceituoso com as lésbicas. Considera-se o contexto de profundo conservadorismo introjetado na sociedade brasileira da época, fruto dos vinte e um anos de repressão, onde o feminismo passou a ganhar visibilidade como um movimento político, que questiona as

desigualdades e hierarquias nas relações de poder entre homens e mulheres e somava com outras forças sociais na luta contra o regime militar (PITANGUY, 2019, p. 82). É neste sentido que Soares e Costa (2012) comentam sobre as dificuldades do feminismo em se associar com o movimento lésbico e suas pautas:

Os feminismos resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política. Boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização pensando ser, minimamente, respeitado pela esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade, em geral, no momento pós-ditadura no Brasil. A despeito de que os feminismos sejam plurais e comportem manifestações diversas, muitas dessas mulheres eram militantes de partidos políticos ou vinculadas a segmentos progressistas da Igreja Católica, que resistiam à ditadura militar, atribuindo características próprias ao movimento naquele momento. Esse feminismo, composto por mulheres de classe média, foi influenciado pela perspectiva marxista da luta contra a ditadura, adotando uma política de alianças com os partidos de esquerda e a Igreja Católica. (p.13-14)

Ou seja, as relações entre o movimento feminista e movimento lésbico, nesse período, foram impactadas pela pressão da propaganda antifeminista e o conservadorismo, nas questões sexuais interiorizado pela esquerda da época. Pode-se identificar, nessas pressões, os pontos de desencontro entre as feministas e as lésbicas. Entretanto, isso não inviabilizou o engajamento de lésbicas no movimento feminista, pautando a desconstrução da heterossexualidade como “natural” e “normal”. A inserção e atuação conjunta das lésbicas no movimento feminista se encontravam como ponto de unidade a luta contra o domínio masculino, propondo, através da experiência lésbica, enriquecer o que se entende por mulher (LESSA, 2007, p. 119). O ano de 1980, então, marcou essa aproximação com o movimento feminista e um afastamento “dos bichas”, apesar de reconhecerem uma nova batalha campal que as esperava no movimento feminista (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2).

A *LF*, como subgrupo do *Somos*, já não fazia mais sentido diante das ambições de suas militantes, que procuravam mais espaços para debater sobre a “dupla opressão” (de ser mulher e homossexual) e o feminismo. Além disso, a postura machista dos gays que utilizavam termos como “rachas”⁵⁹ para se referirem às mulheres. Pesaram, também, os tensionamentos com quem tinha a “dupla militância”, ou seja, que atuavam no movimento homossexual e nas organizações de esquerda. O rompimento com o *Somos* se deu em 17 de maio de 1980, quando o *LF* passou a ser um grupo autônomo. Pouco antes da ruptura

⁵⁹ Gíria do universo LGBTQIA+ para se referir a vulva, que, por associação, o termo é utilizado para se referirem às mulheres.

com o *Somos*, em 1980, as integrantes do *LF* participaram do I EBHO e do ato público de 1º de maio daquele ano (**Figura 3**).

Após o rompimento, o ano de 1980 foi de muita mobilização no grupo, construindo a passeata contra a violência policial, em junho de 1980 (**Figuras 4 e 5**), o I Encontro de Grupos Feministas de SP (também conhecido como Encontro de Valinhos). Porém, ao final daquele ano, o *LF* se deparou com sua primeira crise interna, em que militantes deixam o grupo por problemas pessoais ou por não verem perspectiva dentro da organização (MARTINHO, 2019, p. 12). Algumas das integrantes do *LF* se desligaram do grupo para se dedicarem apenas aos movimentos feministas, como o *SOS Mulheres*. Nos relatos encontrados no *ChanacomChana*, nas edições nº 3, nº 5 e nº 8, se encontra a constatação de que o ano de 1981 foi marcado pela desmobilização do grupo, devido a estes problemas internos.

Apesar da crise interna, em 1981 o *GALF* conseguiu executar seu projeto de rodar seu próprio boletim, o *ChanacomChana*. A edição foi feita para ser distribuída no III CMP, que ocorreu em março de 1981. O boletim inédito e as militantes lésbicas não foram bem recebidas no congresso. As militantes do MR-8, ligadas ao jornal Hora do Povo, acusavam as lésbicas de imitarem os homens, de não assumirem a condição de mulheres e comprometerem a representatividade do movimento, além dos grupos feministas tradicionais ameaçarem a se retirar da comissão organizadora do III CMP, por considerarem que havia lésbicas demais na ocasião (CHANACOMCHANA, 1983, p. 3). Na edição nº 3 do *ChanacomChana*, as editoras afirmam que a participação no congresso foi marcada pela desestruturação e insegurança (1983, p.3). Interpreta-se que a desestruturação seja devido a recente crise que o grupo passava e a insegurança ligada a essa postura reativa a participação de lésbicas, por boa parte do movimento de mulheres. Sobre o ano de 1981, elas comentam que:

Aqui em São Paulo, no entanto, os tempos eram de refluxo e desmotivação. Nós do GALF desde o IIIº Congresso da Mulher Paulista (março/1981), estávamos meio perdidas, confusas, precisando parar para refletir mais aprofundadamente sobre nossa posição nos Movimentos Feminista e Homossexual e tirar algumas linhas básicas que norteassem de novo nossas atuações. Éramos, mais uma vez, poucas pessoas e resolvemos optar por um certo distanciamento das atividades externas e partir para uma reestruturação à nível interno. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 3)

O ano em questão, também marca uma polêmica na recuperação da memória sobre o grupo. O epicentro da controvérsia, é o da fundação do *GALF*. A leitura dos memoriais do *ChanacomChana*, e da grande parte das bibliografias sobre o assunto, leva a conclusão de que o *GALF* surge como o grupo autônomo após a saída do *Somos*. No entanto,

explorando os artigos memoriais de Míriam Martinho, ela apresenta um contraponto a essa narrativa, afirmando que o *GALF* foi fundado em outubro de 1981. Segundo o relatado, em *Memória Lesbiana: 40 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção* (MARTINHO, 2021), o *GALF*, em seus primeiros anos, incorporou a trajetória do *LF* em seu histórico, como pode ser observado nos textos do boletim. Além disso, o fato de utilizarem a sede que era para ter sido do *LF*, a permanência de Míriam e Rosely e o pouco tempo que separava o fim de um e surgimento do outro, são apontados por Míriam como responsáveis por essa ilusão de continuidade, que foi reavaliada pelo grupo a partir do ano de 1985.

De fato, a partir do final do ano de 1981, o *GALF* se reconstruiu e passou a encarar uma construção de um projeto mais sólido para as ambições do grupo, com destaque para a aquisição de uma sede, a manutenção de uma caixa postal e política de autofinanciamento (associação, venda de boletins e fotocópias de textos). Dessa forma, visavam a construção de um espaço de acolhimento, aprendizado e trocas de experiências, onde temas como o prazer, a subversão da heterossexualidade, autonomia das mulheres, teorias feministas, combate aos estereótipos e crítica a monogamia eram abordados (IRE, SILVA, & LENZI, 2019, p. 198). Se organizavam internamente através de grupos de reconhecimento e afirmação da sexualidade, grupos de reflexão, grupos de agitação e atuação pública e um grupo voltado às artes, o *LF Artes* (Idem). No artigo memorial do boletim nº 8, as editoras apresentam os objetivos e atividades do *GALF*:

OBJETIVOS E ATIVIDADES DO GALF

- OBJETIVOS: a) informar e conscientizar as mulheres lésbicas de seus direitos e da importância de apoiar e criar organizações que defendam nossos interesses;
- b) desenvolver uma rede de contatos entre organizações e mulheres lésbicas, no Brasil e no exterior, com o propósito de quebrar o isolamento que muitas de nós estão sujeitas e obter apoio emocional e político;
- c) promover debates sobre lesbianidade e feminismo bem como exibir filmes, vídeos, etc... com a mesma temática;
- d) desenvolver a biblioteca do *GALF* para colocá-la a disposição de todas as pessoas interessadas;
- e) obter uma sede para o *GALF* desenvolver as suas atividades.

ATIVIDADES: a) reuniões de reflexão: O *GALF* se reúne semanalmente para a discussão de temas relacionados com as vivências lésbicas a partir de textos lésbicos e feministas;

- b) Boletim ChanacomChana: O GALF elabora e publica trimestralmente o boletim ChanacomChana, veículo de nossas idéias e canal de comunicação para todas as mulheres lésbicas;
- c) Debates: As integrantes do GALF participam de debates, entrevistas, simpósios, etc.. sobre lesbianidade numa perspectiva de combater os preconceitos existentes contra as mulheres lésbicas;
- e) Correspondência: O GALF mantém correspondência com mulheres lésbicas de todo o país com o objetivo de criar redes de apoio e solidariedade;
- f) Biblioteca: O GALF mantém e desenvolve uma biblioteca com livros e arquivos sobre lesbianidade, feminismo, homossexualidade e temas gerais. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 4-5)

As integrantes do *GALF* se identificavam com a perspectiva de uma militância autônoma, ou seja, não acreditavam na militância dentro dos partidos e organizações tradicionais. Identificavam os partidos opositores ao regime (PT, PDT e PMDB) como aliados em diversas lutas, porém, rechaçavam a ideia de uma pessoa estar militando com um partido e dentro do *GALF*, o que era conhecido como “dupla militância”. Compartilhavam com os ideais dos novos movimentos sociais, que surgiram a partir das manifestações de 1968 e do movimento contracultural. Essa concepção política e organizativa do grupo é elaborada no artigo *Autonomia*, escrito por Rosely e encontrado no boletim nº 4. Durante o artigo, nos é apresentado o entendimento de que os grupos de mulheres, homossexuais, negros e ambientalistas possuíam a potência para se construírem como alternativas aos partidos, isso porque compreendiam que os partidos – em certa medida sindicatos também – sustentavam práticas políticas tradicionais baseadas na reprodução de valores como “hierarquias, competição, divisão entre os que pensam e os que fazem, preocupação quase que exclusiva com a tomada do poder” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 5). Entendiam que o movimento de 1968 representou uma desilusão com as organizações políticas tradicionais, como pode ser observado no seguinte trecho do artigo:

É neste sentido, como consequência desta desilusão que surgiram os movimentos alternativos em 70. Foi uma desilusão positiva, pois o descrédito aos partidos não gerou alienação, inércia, morgação, mas novas propostas, como a da organização de grupos de mulheres, homossexuais e ecologistas, cujas discriminações (juntas com as dos negros), até então tinham sido consideradas menores pela política oficial dos sindicatos e dos partidos legais e clandestinos. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 6)

Então, de maneira geral, elas olhavam para os partidos, organizações de esquerda, sindicatos e a política institucional com bastante desconfiança. Ainda no artigo *Autonomia* presentada na edição nº 4 as editoras comentam sobre suas aproximações

ideológicas, aderiam a compreensão da autogestão. Neste artigo é ressaltado a sua concepção sobre a questão do poder:

A questão não é tomar o poder e sim dispersá-lo, descentralizar, para que não haja o poder de uns sobre os outros. A autogestão política, econômica e cultural da sociedade feita por todos os seus membros. Mas para isto acontecer é necessário que uma grande parte da população acredite na sua própria capacidade de decisão e não delegue a sua vida para os outros. Os partidos também são formas de se delegar. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 7-8)

Nessa perspectiva, a autogestão pode ser entendida como a comunidade cuidando de seus interesses e deveres, dentro de um horizonte onde haja a liberdade de organização e ausência de leis cerceadoras e de hierarquias. Segundo essa visão, as pessoas se responsabilizam pela comunidade e por suas vidas e os representantes profissionais, e os demais poderes, seriam desnecessários (CARRERI, 2008, p. 25). As militantes do *GALF* compartilhavam da crença de uma transformação radical da sociedade, que pudesse emancipar os setores oprimidos. Acreditavam que “A revolução deixou de ser mito, algo para poucos iluminados de uma vanguarda, mas passou a ser algo que dever ser construído no cotidiano” (CHANACOMCHANA, 1983, p.6).

Entre 3 e 12 de setembro de 1982, aconteceu em São Paulo o I Festival Mulheres nas Artes, organizado por Ruth Escobar, Maria Quartim Moraes, Solange Padilha, Célia Macedo e Nirce Levin (CHANACOMCHANA, 1982, p. 6), com o intuito de dar protagonismo e visibilizar mulheres que produziam, pintavam, atuavam, compunham, cantavam, etc. Na competição de canções, estava inscrita a composição *Franchitude de Francha* (1980), como letra de Miriam Martinho e composição de Gisele Fink⁶⁰. A canção chegou a fase eliminatória e seria apresentada no festival, no entanto, foi censurada. A música tem como cenário o Ferro’s Bar e traz em sua narrativa provocações sobre os relacionamentos lésbicos com deboche e ironia, dialogando com um debate presente entre lésbicas-feministas da década de 1980, sobre a reprodução dos papéis sexuais entre lésbicas (KUMPERA, 2021, p. 125-126).

Brigou comigo
saiu aos berros lá do Ferro’s
chamando a atenção do fancharéu.

Bebeu comigo e meio tonta
deixou a conta na qual bem pronta
eu dei o chapéu.

Saí do boteco atordoada
atrás da descarada

⁶⁰ Gisele Fink teve uma breve passagem pelo grupo durante 1981, se engajando no LFArtes. Na época do festival, ela já não integrava mais o GALF.

e desmaiei no elevador.

Quando acordei
nem sabia onde estava
pois aquela madrugada
foi demais pra minha dor.

Alucinada entrei no apartamento
e naquele momento a pomba gira me tomou.

Peguei a fancha na garganta dei-lhe um tapa
arranquei-lhe a gravata e a coisa toda começou.

Veio o passado das torturas recordando,
a cabeça esquentando resolvi me separar.

Mas quando olhei pros seus olhos de janela – escancarados –
eu lembrei que depois dela outra fancha vou achar.

Fancha por fancha fico mesmo na esperança
de que um dia esta muda e eu possa só cantar.
Fancha por fancha fico mesmo na esperança
por tão pouco é impossível essa vida abandonar⁶¹

Fancha é um dos termos utilizados para se referir às lésbicas, na época, e entendida como uma palavra de baixo calão, que acendia o sinal de alerta para os defensores da moral e bons costumes. Possivelmente foi um dos motivos que levou a censura dessa canção⁶². Em repúdio, Ruth Escobar e o *GALF*, juntamente, se manifestaram contra essa censura arbitrária, com a leitura e distribuição do texto *Liberdade, abra as assas sobre nós*.

Liberdade, abra as assas sobre nós
O I° Festival Nacional das Mulheres nas Artes representou uma oportunidade para que nós mulheres, pudéssemos mostrar nossos trabalhos há tanto tempo silenciados pela cultura masculina.
E é essa cultura, da qual tantas vezes somos cúmplices, que como não poderia deixar de ser, manifestou-se concretamente durante este Festival. A música “Franchitude de Francha”, classificada na terceira eliminatória, foi proibida pela censura federal. Acreditamos que toda e qualquer censura é uma violência a um direito intrínseco de todo ser humano: o direito a expressão de seu pensamento.
(...)
Proibir a música “Franchitude de Francha” é manter ideias pré-concebidas que destroem a criação, a consciência, a crítica positiva, a liberdade, o bom humor, o ser humano, um povo! (CHANACOMCHANA, 1982, p. 7)

O Festival Mulheres nas Artes, além de proporcionar visibilidade de artistas mulheres, também foi um espaço para o debate político feminista, possibilitando o contato entre pensadoras feministas nacionais e internacionais, com a presença de diversos grupos

⁶¹ Música e letra disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=2edVFkyheH0>

⁶² Kumpera (2021) que realizou sua pesquisa no acervo do Arquivo Nacional relata que não encontrou o relatório censório da DCDP (p. 125)

feministas do Brasil e a participação de Kate Millet⁶³, Dacia Maraini⁶⁴, Antoinette Fouque⁶⁵, Natália Correa⁶⁶ e Isabel Barreno⁶⁷ (CHANACOMCHANA, 1982, p. 7). As integrantes do *GALF* marcaram presença nesses debates tensionando a crítica à heterossexualidade, demarcando a suas contribuições enquanto lésbicas-feministas. Os acúmulos de sua participação no evento foram compartilhados na edição de retomada do boletim *ChanacomChana*, lançada em dezembro de 1982, onde além de relatarmos o festival, transcrevem as palestras de Antoinette Fouque e Dacia Maraini.

O *GALF* foi ganhando mais visibilidade depois do evento no Ferro's Bar. Na região central de São Paulo, se concentram bares que eram os locais de socialização de gays, lésbicas, travestis e transsexuais. Para as lésbicas, os bares Canapé, Cachação e o Ferro's eram seus pontos de encontro, da amizade ao flerte. As integrantes do *GALF*, além de serem frequentadoras, iam aos estabelecimentos para vender o boletim *ChanacomChana*, porém, os donos dos bares só aceitavam as lésbicas dentro de seus estabelecimentos se elas estivessem consumindo. No dia 23 de julho de 1983, as militantes do *GALF* estavam no Ferro's Bar distribuindo seu boletim quando um dos donos, o segurança e o porteiro expulsam elas, inclusive com agressões físicas. As simpatizantes do boletim e do grupo partiram em defesa das integrantes, no que Vanda relata, em seu artigo, como um “belo corpo-a-corpo” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2), a repressão no bar significou para elas a gota d'água.

Já estávamos cheias de sermos agredidas “injustamente” e pensávamos que o incidente podia se repetir mais vezes, talvez com mais apoio da polícia. Não queríamos ficar na defensiva. Precisávamos reconquistar nosso direito de vender o ChanacomChana no Ferro's. Não só vende-lo. Mas conversar com as lésbicas dos mais distintos estratos sociais e vivências pessoais. (Idem)

Por esse motivo, o *GALF* passou um mês articulando um *happening* político no Ferro's Bar, para denunciar a repressão à distribuição do *ChanacomChana* e as agressões feitas às integrantes do grupo. Elas articularam esse movimento juntamente com a imprensa, ativistas gays e lésbicas, feministas, dos direitos humanos e com a vereadora do Ireide Cardoso (PT), a deputada Ruth Escobar (PMDB), o deputado federal Eduardo Suplicy (PT) e com a bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo

⁶³ Escritora e ativista feminista estadunidense, contribuiu com o pensamento feminista ao desenvolver o conceito sobre o patriarcado moderno.

⁶⁴ Escritora de novelas e peças italianas. Suas obras focam na condição da mulher na sociedade.

⁶⁵ Psicanalista francesa ligada ao Movimento de Libertação das Mulheres da França (MLF).

⁶⁶ Escritora e poeta portuguesa, foi deputada na Assembleia da República, onde interveio em defesa do patrimônio, cultura, direitos humanos e direito das mulheres.

⁶⁷ Escritora, artista plástica e jornalista portuguesa, dedicada a causa feminista e integrou o Movimento feminista de Portugal.

(FERNANDES, 2014, p. 146). Rosely Roth, na ocasião, foi a cara e a voz dessa manifestação. Sua participação no *happening* foi bastante registrada através de fotos, onde ela se encontra em posição de destaque (**Figura 12**)

Figura 12 - Rosely Roth discursa no happening no Ferro's Bar



Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ferros-bar/>

O evento foi responsável pelo crescimento e popularização do grupo. Elas avaliaram que o *happening* foi positivo por conta da aproximação de muitas lésbicas que passaram a participar do grupo. E, aquelas que não desejavam militar, passaram a ser leitoras do *ChanacomChana* (CHANACOMCHANA, 1983, p. 3). A *Revolta do Ferro's Bar* é um marco para o movimento LGBTQIA+ e lésbico brasileiro, conhecida também de “nosso pequeno Stonewall” (FERNANDES, 2014, p. 146), por ter sido um dos primeiros levantes especificamente de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Para as lésbicas brasileiras, essa manifestação é um ato pela sua liberdade de existir, de compartilhar suas vivências e sua resistência. Por isso, a data foi escolhida pelo movimento lésbico brasileiro para ser o Dia do Orgulho Lésbico⁶⁸.

Ao longo da década, o grupo foi expandindo sua atuação e se construindo como referência para o jovem movimento lésbico. Suas atuações nos encontros feministas, mesmo diante de todos os atritos mencionados, foram fundamentais para que as lésbicas evidenciassem sua contribuição para o movimento feminista, seja como defensoras das pautas feministas ou sendo responsáveis nas comissões organizadoras dos encontros feministas. Além disso, foram aos poucos introduzindo a crítica a *heterossexualidade*

⁶⁸ A data foi proposta em 2003 pela Rede de Informação Um Outro Olhar e a Coordenadoria Especial de Lésbicas, da Associação da Parada LGBT de São Paulo, homenageando tanto a Revolta do Ferro's Bar quanto a Rosely Roth, que havia se suicidado naquele ano (FERNANDES, 2014, p. 146).

compulsória nos debates do movimento, propondo em encontros estaduais, nacionais e internacionais espaços para debate sobre a sexualidade feminina.

Como comentado no capítulo anterior, o *GALF*, juntamente com outros grupos do movimento homossexual, engajou-se nas mobilizações pela retirada do parágrafo 302.0 do INAMPS, que classificava a homossexualidade como transtorno e desvio sexual. Além de participarem de diversos debates públicos e reuniões com órgãos de estado, para pressionarem pela extinção do parágrafo, o *GALF* se utilizou das páginas do boletim *ChanacomChana* para manter essa questão um debate vivo entre suas leitoras. Das edições nº1 até a nº8, serão constantes os informes sobre a mobilização pela exclusão do parágrafo 302.0. Os informes só pararam de aparecer quando o movimento conquistou essa importante vitória em nove de fevereiro de 1985. Na seção de informes celebram:

VITÓRIA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Há quase 4 anos que o movimento homossexual brasileiro, especialmente através do Grupo Gay da Bahia e do ativista carioca, integrante do Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, vinha empreendendo a uma luta cerrada contra a aplicação no Brasil do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde, que coloca a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. A 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina, órgão encarregado pela aplicação deste código em território nacional, atendeu a reivindicação do Movimento Homossexual Brasileiro. A homossexualidade deixou de ser enquadrada como desvio e transtorno sexual, passando a integrar o código 2062-9 da CID. (...) Hoje no Brasil, pelo menos em termos de leis, não há mais nenhuma lei ou código em que alguns possam se apoiar para nos discriminar. Se algum médico(a) o fizer, não permita, lute pelos seus direitos. Depois desta vitória, que tal trabalharmos por uma lei contra a discriminação devido a orientação sexual que faça parte da nossa própria constituição? (CHANACOMCHANA, 1985, p. 17)

Como as editoras evidenciam no trecho acima, a importância dessa vitória é o fim do único instrumento que justificava a discriminação à orientação sexual dissidente. Ao final do informe comemorativo, elas provocam e convocam para uma próxima batalha: garantir uma lei contra a discriminação da orientação sexual na constituição brasileira, como demonstra a charge da **Figura 13**.

Outra mobilização na qual o *GALF* se engajou, foi entorno da articulação para propor a Assembleia Nacional Constituinte a inclusão de um item contra a discriminação a orientação sexual. O *GALF*, através de uma série de artigos no *ChanacomChana*, nas edições de nº9 a nº12, debatem com seu público leitor os rumos da Constituinte, fazendo inclusive um chamado para que as pessoas encaminhassem para a sua caixa postal propostas e sugestões de reivindicações para serem apresentadas à Constituinte (CHANACOMCHANA, 1985, p.19). Realizam um balanço histórico sobre as constituições brasileiras e análise de como as sexualidades dissidentes eram tratadas pelas

leis. De todo o processo, criticavam duramente a estrutura elitista e partidária com que se deu a escolha de representantes, o que afetou a participação mais efetiva dos grupos e militantes no processo de elaboração da nova constituição.

Figura 13 - Charge sem título



Fonte: CHANACOMCHANA, 1985, nº 9, p. 16

Além dos artigos escritos nas edições do *ChanacomChana*, o *GALF* irá construir e divulgar candidaturas feministas aliadas, como é o caso da candidata a deputada estadual Irede Cardoso, que estabeleceu parceria com o grupo em diversas ações, como na impressão do boletim e no *happening* no Ferro's Bar. Rosely, ao escrever um artigo de balanço das eleições de 1986, conta que trabalhou para a candidatura de Irede Cardoso se eleger, através dos textos que escreveu para o *ChanacomChana*, bem como para o jornal feminista *Mulherio*. Junto com a candidata, redigiu um texto específico que abordava a situação de discriminação direcionada a mulheres e homens homossexuais (CHANACOMCHANA, 1987, p.17). Além disso, o *GALF* ajudou na construção de um debate realizado na Câmara Municipal de São Paulo, com a participação de candidatas e candidatos que concorriam à Assembleia Nacional Constituinte e à Assembleia Legislativa do estado (Idem).

Outro elemento importante sobre as articulações do *GALF*, durante a década de 1980, foi a procura de uma integração a uma rede internacional de ativismo lésbico-feminista, buscando a construção de contato com grupos do exterior. Essa intenção fica bastante explícita na leitura do boletim *ChanacomChana*, onde, desde a sua primeira edição, as editoras apresentam informes sobre grupos e a situação de lésbicas e gays em outros países. Destaca-se dois momentos dessa experiência internacional: a integração

com o *Internacional Lesbian Information Service* (ILIS) e a participação no III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe (EFLAC).

Os Encontros Feministas Latino Americano e do Caribe mobilizaram diversas entidades feministas durante a década de 1980 até 1996. Para Alvarez *et all* (2003), os encontros ajudaram na construção de uma comunidade feminista latino-americana e caribenha, promovendo novas formas de ativismo transfronteiriço, em que esses espaços permitiam a troca de experiências transnacionais e faziam com que as participantes voltassem para seus locais de atuação inspiradas por novas estratégias organizacionais e formas de encaminhar suas questões e reivindicações (p. 543-544). As autoras ainda apontam que, em especial, os encontros que ocorreram na década de 1980 propiciaram mudanças de significado do feminismo na região (p. 545).

O III EFLAC ocorreu na cidade de Bertioga, no litoral paulista, entre 31 de julho a 4 de agosto de 1985 e contou com a participação de 800 mulheres. Na edição nº9 do *ChanacomChana*, Miriam escreveu o artigo *III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe: Enfim, de volta, um feminismo de bom astral*. O título do texto já evidencia que o clima deste encontro feminista foi diferente dos encontros feministas em que as lésbicas eram constantemente alvos de tensionamento e exclusão. Durante os dias de encontro, houveram três espaços dedicados a temática lésbica:

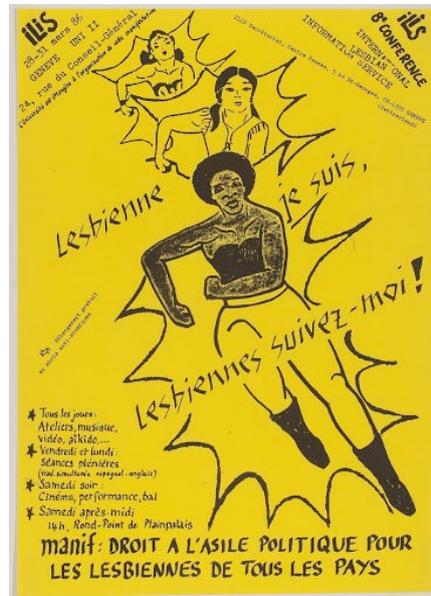
Em relação às reuniões, houve uma só para lésbicas, com mulheres de diferentes países relatando suas experiências; outra em decorrência da comunicação individual de Hilda Rais, da Argentina, intitulada “Lesbianismo, Apuntes para uma Discusión Feminista”, e ainda outra que foi a discussão oficial do Encontro sobre o tema com participação de mulheres lésbicas e heterossexuais. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 7)

Nesse encontro, as lésbicas latino-americanas e caribenhas iniciaram os acúmulos da vivência lésbica em seus territórios, ensaio para que, nos anos seguintes, tentassem estabelecer uma rede de ativismo lésbico-feminista na região. Nessas reuniões, se encontrou com a organização Grupo de Autoconscientização Lésbicas Feministas (*GALF*) do Peru, com quem já trocavam cartas e boletins, sendo o *GALF-Brasil* e o *GALF-Peru* responsáveis pela articulação de uma oficina intitulada “Como as lésbicas se organizam”, se constituindo como um primeiro fórum coletivo e transnacional de lésbicas, com objetivo de formular e propor estratégias de mobilização política (KUMPERA, 2021, p. 166). Participaram das reuniões organizações da Argentina, República Dominicana, México, Chile, EUA, Canadá e Europa, abordaram-se temas como o tabu com que o lesbianismo era tratado dentro do movimento feminista, a reprodução de papéis sexuais masculino e feminino (ativa/passiva; *fancha/lady*) entre as

lésbicas, as dificuldades organizativas e a comunicação de Hilda Rais, que debateu sobre as contribuições das lésbicas para o feminismo e também versou sobre as violências sofridas pelas lésbicas. Nessas reuniões, houve momentos para a troca de endereços e dos periódicos produzidos pelos grupos, visando a manutenção dos contatos estabelecidos (CHANACOMCHANA, 1985, p. 8), fato importante para que se construísse essa rede de ativismo lésbico transfronteiriço.

O *GALF* mantinha contato com o *Internacional Lesbian Information Service* (ILIS), através do qual se mantinham informadas sobre as questões lésbicas no exterior, além de receberem ajuda para a construção do grupo. O *ILIS*, foi uma organização lésbica de caráter internacional fundada em abril de 1980, durante o encontro da *Internacional Gay Association* (IGA), em Barcelona, por perceberem que durante os encontros da associação não reservavam tempo e espaço suficiente para a discussão das questões das mulheres lésbicas (IHLIA LGBT HERITAGE, 2018, p. 14). Tinha como objetivo estabelecer contato com grupos lésbicos ao redor do mundo, organizando uma *newsletter* que compartilhava informações das organizações lésbicas e proporcionava conferências, com intervalos de um a dois anos, a fim de elaborar política e construção de um movimento lésbico em escala global. Trabalhavam pela liberação das mulheres lésbicas de sua opressão social, legal, cultural, política e econômica, articulada com uma perspectiva antirracista, anticlassista, antissexista e antifascista (CHANACOMCHANA, 1982 p. 1; IHLIA LGBTI HERITAGE, 2018).

Figura 14 - Cartaz da 8ª Conferência do ILIS em Genebra



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>

As militantes do *GALF* participaram da 8ª Conferência do *ILIS*, realizada entre 28 e 31 de março, em Genebra, na Suíça (**Figura 14**). Como os encontros eram sediados em países europeus, o *ILIS* estabeleceu uma política de financiamento, garantindo passagens e estadia, procurando fortalecer a participação de grupos latino-americanos, asiáticos, de mulheres negras e de mulheres com deficiência. Sendo assim, a conferência reuniu 700 lésbicas de 23 países (IHLIA LGBTI HERITAGE, 2018, p. 3), sendo que a maioria era de origem europeia. O *GALF* enviou como representantes à conferência Miriam (financiada pelo próprio *ILIS*) e Denise (autofinanciada). Na edição nº10 do *ChanacomChana*, Miriam escreve um artigo compartilhando os acontecimentos da conferência.

Durante o evento, foram abordados temas como: lésbicas e o mundo do trabalho, lésbicas na América Latina, construção e fortalecimento do movimento lésbico internacional, lésbicas e deficiência física, ação, lésbicas de idade, intercâmbio cultural, maternidade lésbica, a luta contra o racismo, lésbicas asiáticas, sexualidade, a interrelação dos “ismos”, racismo, sexismo, antissemitismo, heterossexismo e classismo, lésbicas no “terceiro mundo”, revistas e casas publicadoras, saúde, reafirmação do orgulho e poder lésbico contra a opressão internalizada (CHANACOMCHANA, 1986, p. 20-21). O encerramento do evento ainda contou com uma manifestação pública e o lançamento de

um manifesto pelo direito ao asilo político de lésbicas de todos os países (Op. Cit. p. 24). Como pode ser observado pelas temáticas exploradas, elas visavam abordar as diversas experiências e vivências de mulheres lésbicas em sua diversidade. Isso se deve a uma concepção já existente entre diversos grupos de lésbicas de que a intersecção de identidades expõe pessoas a uma crescente opressão (IHLIA LGBTI HERITAGE, 2018, p. 8).

A política de financiamento realizada pelo secretariado do ILIS fez com que a 8ª Conferência tivesse, pela primeira vez, representações de grupos latino-americanos, asiáticos e africanos (KUMPERA, 2021, p. 169). Segundo o relato escrito por Miriam, essa presença inédita causou diversos tensionamentos durante a conferência. Através desse relato e do histórico do ILIS, um dos conflitos presentes no encontro foram as tentativas de brancas em monopolizar os espaços de fala, muitas vezes “atropelando” as reflexões das lésbicas negras (IHLIA LGBTI HERITAGE, 2018, 17). Miriam comenta que, desde a plenária inicial, “principiou-se uma confusão onde tudo aquilo que nos separa (a saber, o racismo, o classismo e o etnocentrismo) veio à tona, deixando claro o quanto ainda temos que discutir para podermos trabalhar juntas” (CHANACOMCHANA, 1986 p. 22).

Estas questões, levaram as representações do dito “terceiro mundo” a tecer duras críticas à centralização do *ILIS* na realidade europeia. Com isso, houve a realização de reuniões entre os grupos asiáticos, latino-americanos e africanos, bem como reuniões específicas de cada continente, para pensar nas suas especificidades. Sendo assim, um dos saldos positivos do encontro foi a articulação de uma reunião entre representantes do Chile, Peru, Costa Rica, República Dominicana, México e Brasil, com objetivo de “falar da situação das lésbicas em seus respectivos países, da situação de seus grupos, de suas relações com os grupos feministas e de suas perspectivas políticas” (CHANACOMCHANA, 1986 p. 22). Miriam, transcreve os acúmulos e resoluções da reunião:

Algumas experiências comuns as lésbicas latino-americanas:

- Invisibilidade e isolamento intensos;
- dificuldade em ser independente e conseqüentemente extrema vulnerabilidade à repressão devido à situação econômica e cultural das mulheres em nossas sociedades;
- sistemas legais que são usados para nos controlar e reprimir embora não especificamente endereçado a nós (é o caso do “atentado ao pudor e aos bons costumes” aqui no Brasil)
- o racismo em nossas culturas como estreitamente relacionado aos conflitos de classe;

- a visão de que as questões sócio-econômicas, em nossos países, são as mais importantes e que a nossa luta enquanto lésbicas não é prioritária ou, até mesmo, que é um produto importado dos países imperialistas;

- o medo e a intolerância dos grupos feministas heterossexuais;

- e, finalmente, a energia e a determinação partilhadas para nos apoiarmos mutuamente na criação e construção de um movimento que agora está nascendo em nossos países.

Estamos conscientes de que encararemos muitos obstáculos, mas que tentaremos vencê-los com a inspiração e o encorajamento que obtivemos em nossa reunião.

Nós nos propusemos vários desafios, tais como:

a) Descobrir as maneiras mais criativas e efetivas de contatar mulheres lésbicas em nossas sociedades, onde temos sido praticamente apagadas por meio de agressões e da repressão generalizada;

b) Criar uma perspectiva lésbica-feminista a respeito do que ocorre em nossos países de modo que fique claro que nenhuma política ou estratégia de melhoria da situação nacional ou de criação de espaços mais democráticos ou de luta pelos direitos humanos ou do que quer que seja pode continuar sem a nossa participação;

c) E organizar uma Rede Lésbica Latino Americana e o Primeiro Encontro Lésbico Latino Americano, no México, durante a realização do IV Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em agosto de 1987. (Op. Cit. p. 26-27)

Observa-se, a partir da leitura dessa síntese da reunião realizada, que, dentre esses pontos em comum entre as vivências lésbicas na América Latina e no Caribe, está destacada a questão da repressão, ressaltando que, nesse período, boa parte dos países das Américas Central e dos Sul passavam ou recém tinham saído de regimes autoritários e conservadores. Em análise, parece que é construída uma relação entre isolamento e invisibilidade com a repressão existente. Neste sentido, também há a experiência em comum com os movimentos democráticos de esquerda, que eram opositores e críticos aos regimes autoritários, mas, no entanto, ignoravam os debates tidos como “lutas menores”, como a luta pela libertação sexual, da mulher, de negros, de indígenas e em defesa do meio ambiente, sendo que estes regimes não ignoravam esses setores em suas políticas autoritárias, antidemocráticas e repressoras. Concordando com Kumpera (2021), as conclusões desta reunião sugerem o impacto das ditaduras civis-militares latino-americanas na existência lésbica e reconhecem que as ditaduras aprofundaram, através de mecanismos persecutórios e moralismos, a estigmatização, a medicalização e patologização das lésbicas (p. 172). Ao final, apontam para a construção de uma rede latino-americana e caribenha de mulheres lésbicas, repetindo as reuniões de lésbicas no Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho previsto para 1987.

Figura 15 - Lésbicas na 8ª Conferência do ILIS em Genebra na Suíça em 1986



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>

Alguns dos apontamentos acima mostram a trajetória do *GALF*, com o intuito de compreender quem eram essas ativistas e como elas se articulavam. Como destacado nessa seção, o grupo atuou pela disputa das ideias na sociedade, em geral, buscando a quebra do preconceito que invisibilizavam a mulher lésbica e, para isso, se utilizavam da distribuição do boletim *ChanacomChana* e de aparições públicas. Internamente, aos movimentos sociais da época, tiveram que enfrentar os estigmas e provar o valor de suas reivindicações políticas.

3.3 CHANACOMCHANA E IMPRENSA LÉSBICA

A produção do boletim *ChanacomChana* se insere no rol de produções da Imprensa Lésbica, que no Brasil, surgiu a partir da década de 1980, tendo entre as suas primeiras publicações o Boletim *Iamcurimás* (1981), do Rio de Janeiro, *ChanacomChana*

(1981-1987), de São Paulo, e *Amazonas* (1983-1985), de Salvador⁶⁹. Concordando com Silveira-Barbosa (2019), a *Imprensa Lésbica*:

Trata-se de uma estrutura autônoma de comunicação, desenvolvida de lésbicas para lésbicas. Embora cada periódico do segmento tenha especificidades próprias, todos eles compartilhavam uma perspectiva de politização da condição lésbica e buscavam romper com os estigmas e apagamentos aos quais as lésbicas brasileiras foram historicamente submetidas. (p. 28)

Importante ressaltar que as mídias impressas nesse período foram uma das formas pelas quais os diversos segmentos sociais e políticos manifestaram e divulgaram suas ideias, principalmente quando observamos as mídias impressas produzidas com as opiniões contra hegemônicas e ligadas a militância, levando em consideração o contexto do período ditatorial em que:

Durante o período ditatorial brasileiro, a censura fazia com que as grandes mídias reproduzissem apenas o que fosse interessante para o governo, instigando o apoio popular e condutas que fossem moralmente aceitas pelo mesmo e, em contrapartida a estas grandes mídias, eram produzidas como forma de resistência, um novo tipo de imprensa. (MARTINS, 2020, p. 64)

Devido a isso, grupos marginalizados, como as mulheres lésbicas, empreenderam na construção de uma forma de mídia em que pudessem desconstruir os preconceitos e estigmas, bem como amplificar as suas vozes. Nesse sentido, entende-se que as impressas alternativas trazem as experiências “de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiram abordagens inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência” (LUCA, 2008 p.114). Desde o golpe civil-militar em 1964, foi constituída uma imprensa alternativa, que se estabeleceu em oposição ao regime. No entanto, esta começa a entrar em declínio a partir da década de 1980. Para Silveira-Barbosa (2019), essa situação faz com que a imprensa lésbica surja em um contexto social e momento diferente da imprensa alternativa e, por isso, considera que seria anacronismo enquadrar a *Imprensa Lésbica* dentro da imprensa alternativa, mesmo que existam elementos em comum entre as duas (p.56). Martins (2020), também compreende que existe uma diferença com a imprensa feminista e homossexual que passava por um processo de “onguização” e institucionalização, recebendo financiamento para sua produção (p. 73).

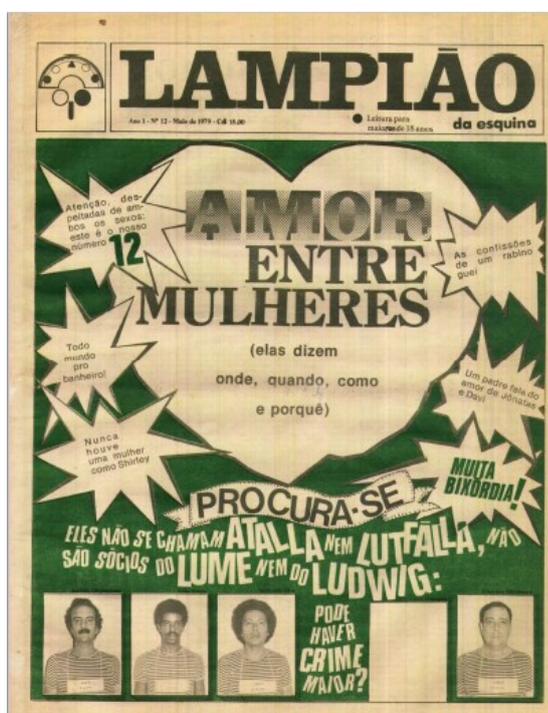
Silveira-Barbosa (2019), em sua investigação, sistematiza a trajetória da *Imprensa Lésbica* em duas fases: a primeira fase, de 1981 até 1988, é marcada pelos ideais libertários de inspiração anárquica e preocupação com a formação política e o estímulo a formação de novos grupos, em consequência, novos periódicos (p.138). Já a segunda fase,

⁶⁹ Sobre a trajetória da *Imprensa Lésbica*, indico a leitura da dissertação: SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. *Trajectoria da Imprensa Lésbica Brasileira (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo*. Dissertação (mestrado) Ponta Grossa, 2019. 308 f.

é caracterizada por uma melhoria na qualidade da publicação, uma ampliação das iniciativas de formação cultural, um tom mais bem-humorado e fortalecimento da relação de responsabilidade com o público, construindo iniciativas de acolhimento às lésbicas, principalmente as vítimas dos mais diversos tipos de violência (p.139).

A primeira experiência em que as lésbicas estavam sendo retratadas, por elas mesmas, segundo Fernandes (2014), aconteceu em 1979, no jornal *Lampião da Esquina*, na edição nº 12, em comemoração ao ano de existência do periódico e teve como assunto principal da edição o amor entre mulheres (**Figura 16**). Para escrever as matérias, foram convidadas militantes lésbicas do *LF-Somos* e de outros grupos, dentre elas Leila Miccolis⁷⁰.

Figura 16 - Capa do *Lampião da Esquina* nº 12 (maio/1979)



Fonte: LAMPIÃO DA ESQUINA, nº 12, 1979, capa

Essa participação pode ser interpretada como o início de um movimento de ruptura com a aceitação das lésbicas de serem descritas a partir do olhar do outro, tendo em perspectiva que os meios de comunicação de massa e a moralidade da época, quando não

⁷⁰ Leila Miccolis é escritora, poetisa e roteirista. Atuou no *Lampião da Esquina* e no *Grupo Auê*. É reconhecida como uma das importantes ativistas do movimento LGBTQIA+ brasileiro e da imprensa homossexual e, por isso, o Acervo Bajubá nomeou a sua hemeroteca digital com seu nome.. Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/hemeroteca-digital-leila-miccolis/> (acesso em: 02/04/2022)

conseguiam suprimir a existência das lésbicas, as retratam como algo a ser repudiado. Para Cabral (2016), isso ocorre através da injúria:

A injúria opera do geral para o particular, associa o indivíduo a um grupo, toma como exemplo uma pessoa que faz parte de uma espécie (condenável), atribuindo-lhe traços comuns a todos os sujeitos da mesma categoria estigmatizada. Por sua vez, os integrantes dessa coletividade, por assim dizer, procuram se dissociar dela e, se for preciso, chegam ao ponto de esconder sobre quem “verdadeiramente” são a fim de mostrar a sua “normalidade”, insultando e escarnecendo seus semelhantes na ilusão de que serão poupados de risos e ofensas. (p. 132)

Por isso, a possibilidade de produção de novas narrativas sobre a lesbianidade animou as ativistas, que na matéria produzida para a edição nº 12 do *Lampião da Esquina*, reconheciam que chegaram tarde, se comparadas com os gays, nesse exercício de uma escrita feita por lésbicas.

Nós estamos chegando atrasadas e não é apenas porque o Lampião tem um ano, já anda, fala muita coisa e balbucia outro tanto. Nós estamos atrasados porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n’alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas, porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque vivemos na clandestinidade. (...) Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete e da bomba de gás. Falamos daquela que está presente na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos – meios de comunicação, educação, religião, etc. –, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos moldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres. (...) Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. Nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas... mas nos propondo na atualidade e parafraseando Caetano, a – meter o cotovelo e ir abrindo caminho. O tempo passa, mas na raça nós chegamos lá. As coisas têm de mudar... (LAMPÍÃO, 1979, p. 7)

Nesse trecho da matéria pioneira, as escritoras partem do reconhecimento de sua ausência, apresentando os porquês de seu atraso dentro da imprensa gay da época, explicando que isso se dá através das condições de apagamento e repressão das mulheres lésbicas na sociedade, perpetuada nas relações sociais de amizade, família, religiosas, educação e emprego, as quais contribuem para o cerceamento das liberdades das mulheres, em especial, das lésbicas. Pode-se, também, identificar na escrita a denúncia sobre os mecanismos pelos quais se operavam essas repressões. Destaca-se a menção aos meios de comunicação, que auxiliaram na construção da estigmatização das lésbicas, através do enquadramento moral e normativo. É preciso reconhecer que a produção deste texto por diversas mãos de ativistas lésbicas, de fato, causou a fagulha para a mudança dessa situação, principalmente no que diz respeito a representação dessas mulheres e a

proposição de um imaginário social que rompesse com as ideias estereotipadas de forma negativa ou fetichizada. Continuam:

Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas e renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função “sublime” da mulher, pedem palavra e descem o verbo. É a primeira vez, sim senhora. Pode procurar em toda sua memória, pode consultar o que e a quem você quiser. (LAMPIÃO, 1979, p. 7)

Essas mulheres, ao se reunirem para “descer o verbo” e ao decidirem compartilhar no *Lampião da Esquina* as suas vivências e perspectivas, estão apresentando uma abordagem inédita: as lésbicas escrevendo por elas mesmas. Não à toa que esta experiência veio a instigar, anos depois, as militantes do *LF* – posteriormente *GALF* – a editarem o boletim *ChanacomChana*, feito por e para lésbicas.

O *ChanacomChana* teve sua primeira versão em 1981, no formato tabloide, produzido na ocasião do III CMP, na procura de dar “um pulo do conformismo para a participação” (CHANACOMCHANA, 1981, p.4), mas, foi a única edição produzida desta forma. Ao que parece, foi concebida para ser um experimento, por conta da ausência de qualquer pretensão de novas edições. Além disso, deve-se levar em conta o contexto de crise que o *LF* passava, o que justifica a falta de continuidade. O *ChanacomChana* volta como boletim em 1982, com novas editoras. Nesse período, o *LF* havia deixado de existir e o *GALF* já havia se constituído. Isso posto, é preciso olhar com atenção este processo, pois as diferenças entre a publicação de 1981 e a que se iniciou em 1982 não são apenas de formato (tabloide e boletim), mas são, também, de corpo editorial e pretensão. As militantes do *GALF* entenderam que essa nova versão do *ChanacomChana* deveria ser um veículo de comunicação do *GALF* com sua militância, espaço de reflexão para as lésbicas com suas vivências e sofrências, além de conscientizar sobre a necessidade de luta em defesa dos direitos das lésbicas (MARTINHO, 2021).

O título escolhido para o boletim possui um termo polêmico, o termo *chana*, que é um modo coloquial de se referir a vulva. Logo, interpreta-se, que *ChanacomChana* seria uma explícita referência às relações sexuais entre mulheres⁷¹, uma “provocação social criativamente elaborada pelas militantes do *LF*” (LESSA, 2007, p. 104). Para Lessa (Idem), a escolha do nome brinca com significados e sonoridades:

⁷¹ Importante refletir que para o ativismo lésbico, na época, ainda não era bem desenvolvida a reflexão sobre outros anatomias de mulheres, como por exemplo das mulheres transsexuais ou intersexo. Sendo assim, a concepção de mulheres adotada pelas editoras do boletim ainda vai se basear no essencialismo do sexo biológico.

Em suas condições de imaginação, as lesbianas do Boletim constroem um projeto discursivo no qual a criatividade brinca com o próprio nome que as encerra em uma sexualidade desvalorizada. A palavra “chana”, denominação da genitália feminina, toma muitos outros sentidos: o sentido político de “chance”, ou seja, dar uma chance para as lesbianas expressarem suas ideias, seus sentimentos, suas emoções ou, simplesmente, para serem lesbianas; o sentido de reapropriação de um insulto contra as lesbianas é expresso na palavra “chanca”; e o sentido de erotização do relacionamento homoafetivo que a palavra “chama” remete ao lembrar “fogo”, elemento que aquece, queima ou incendeia. (p. 103-104)

Sendo assim, o título evidencia a irreverência como escolha das editoras para a abordagem dos temas. Mesmo nos assuntos mais sérios, eram tratados pelas editoras de forma leve, afinal, como elas mesmas afirmavam, “o *ChanacomChana* era veículo de informação e descontração”.

O boletim circulou entre os anos de 1981 e 1987, editado na cidade de São Paulo, porém, isso não impediu que chegasse em diversas partes do país, como a sua coluna de correspondências demonstra. Foram feitas 13 edições, sendo a de nº 0 lançada em fevereiro de 1981, a única edição feita através de gráfica, sendo feita no modelo tabloide. As outras 12 edições foram confeccionadas de forma artesanal, misturando as técnicas de boletim e *zine*. As *zines* são um método barato de confecção de impressos, ainda bastante utilizada por movimentos autônomos e anarquistas, que combina a escrita e recortes de imagens. Característica bastante evidente no decorrer das edições, nas quais as editoras compõem cada página com tiras de texto datilografado, intercalados com recortes de imagem ou as charges de Miriam, conforme o relato da mesma:

Como o coletivo do GALF não tinha condições financeiras para publicar outro tabloide como o *ChanacomChana* 0, decidiu-se partir para a confecção de um fanzine com os poucos recursos gráficos existentes. Assumi então a tarefa hercúlea (ou melhor amazônica) de produzir os fanzines *ChanacomChana*, confeccionando as matrizes (bonecos) das publicações com textos datilografados, num layout pop-pobre que misturava colagens de fotos, textos, letras adesivas, guache, nanquim, corretivos, etc, aproveitando um pouco de minha experiência com artes plásticas. Apesar do resultado sofrível em particular dos primeiros números, o boletim foi encampado pelas lésbicas de então sem problemas, mais interessadas em ler alguma publicação que falasse de suas vivências do que com questões estéticas. (MARTINHO, 2021)

O boletim era uma produção com baixo investimento, que contava com financiamento através das vendas dos boletins ou assinaturas e algumas doações. Só a partir da edição nº 5 (1984) que será incorporada à venda de espaço para anunciantes. Miriam Martinho, ainda no mesmo relato, conta como eram operacionalizadas as impressões:

Para a impressão do *Chana*, Rosely Roth ficava encarregada de levar as matrizes dos boletins às gráficas dos diretórios acadêmicos de faculdades e da Câmara Municipal de São Paulo, neste último caso para serem impressas nas cotas de parlamentares, como a da sempre solidária vereadora Irede Cardoso, de saudosa memória. A tiragem era de 500 exemplares, tida como cota mínima para

A capa acima, da edição nº2 (**Figura 17**), apresenta a estética das primeiras edições⁷² do *ChanacomChana*. A identidade visual era mantida apenas no cabeçalho e o restante da capa não procurava manter uma assinatura específica. A utilização da colagem propiciava uma experimentação editorial, misturando elementos textuais e imagéticos, para explorar a melhor forma de montar uma capa atrativa e com capacidade de comunicar o conteúdo abordado em suas páginas. Devido a esse caráter experimental, um traço presente nas primeiras edições será o de uma construção estética mais carregada, composta de recortes que compõe os elementos gráficos e textuais.

Figura 18 - *ChanacomChana* edição nº 5 capa



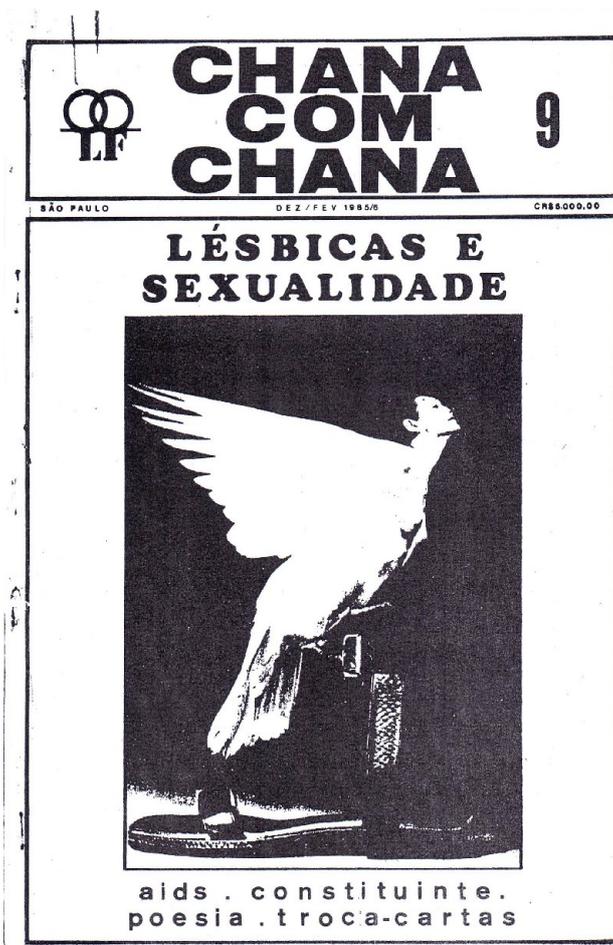
Fonte: CHANACOMCHANA, nº 5, 1984, capa

Na **Figura 18**, apresento uma segunda assinatura visual adotada nas capas do boletim. O modelo é formado por blocos de informações sobre as matérias da edição, juntamente com uma imagem de referência. O cabeçalho passa a ser maior com o texto

⁷² Todas as capas e resumo de cada edição se encontram no Anexo I deste trabalho.

do título, dividido em 3 linhas. Além disso, é colocado de forma mais nítida o número da edição e a assinatura do grupo, por extenso. Há nesse modelo de capa uma preocupação maior em deixar mais explícitas as informações, procurando trabalhar também com chamadas mais atrativas.

Figura 19 - *ChanacomChana* edição nº 9 capa



Fonte: CHANACOMCHANA, nº 9, 1985, capa

Na **Figura 19**, o terceiro formato de capa adotado pelas editoras do boletim, sendo utilizada uma diagramação menos carregada de informações, possui abaixo do cabeçalho o título do assunto principal da edição em caixa alta, seguido por uma imagem e na parte inferior com palavras-chave apresenta outros assuntos da edição, destacando também as seções fixas como a de poesia e troca-cartas. Nesse terceiro formato utilizado, as editoras também se preocupam em colocar no cabeçalho as informações como a data, cidade e valor de venda da edição.

A partir dessa breve exposição de algumas capas, é possível perceber o aprimoramento técnico e estético, com o passar das edições, mas, apesar disso, não houve a perda da identidade visual do boletim. Observando as capas pode-se perceber, com nitidez, como o processo de montagem era feito através de colagens, evidenciando a produção independente e “caseira”. Sendo assim, penso o boletim como uma experimentação estética de suas editoras, que foram modificando seu *layout* ao longo das edições, procurando as melhores formas de tornar o boletim mais atrativo e com as suas informações expostas de melhor forma. A parte interna do boletim também era diagramada em forma de colagem, onde as páginas, na maioria das edições, eram divididas em duas colunas de texto datilografado, utilizando alguns elementos gráficos e símbolos, como o *labrys* e o Espelho de Vênus. Também eram inseridas diversas ilustrações, representando o sexo entre mulheres, fotos de atividades e as charges criadas por Miriam.

Sobre os assuntos abordados nas edições do ChanacomChana, evidentemente, o tema da lesbianidade é um grande destaque. Esse assunto não é tratado como algo monolítico e taxativo – “ser lésbica é isso” –, mas visam abordar a diversidade da vivência das lésbicas, como mães, negras, indígenas, trabalhadoras, estudantes, etc. Isso fica muito bem colocado quando são feitas entrevistas sobre maternidade lésbica (edição n° 6), lésbicas e família (edição n° 7), lésbicas e trabalho (edição n° 8) e lésbicas e sexualidade (edição n° 9), realizadas com leitoras, militantes e simpatizantes do *GALF*, em que fica nítida a intenção das editoras de não construir uma representação estática das lésbicas. Outro espaço, no boletim, que propicia esta reflexão, é o troca cartas. Ainda dentro da questão da lesbianidade, percebe-se uma preocupação das editoras em produzirem textos que discutam os aspectos políticos, sociais, culturais, filosóficos, históricos e antropológicos da vivência lésbica, procurando divulgar questões como a *heterossexualidade compulsória*, a crítica ao patriarcado, a questão do enrustimento e a questão da importância da organização das lésbicas. Interessante comentar que a matéria disponível na edição n° 7, “Enrustimento e Solidariedade” (CHANACOMCHANA, 1985, p.2), possui uma abordagem bem importante no que diz respeito dos impactos de não poder assumir a sexualidade na saúde mental. Nesse sentido, compreende-se que esses textos têm um papel educativo dentro do boletim, ou seja, para além da informação, as editoras tinham o objetivo de conscientizar suas leitoras e leitores. Esses temas abordados no boletim, estão em consonância com as pretensões da Imprensa Lésbica:

Neste sentido, é através da Imprensa Lésbica que o movimento de lésbicas feministas irá dar os primeiros passos efetivos de conscientização de uma identidade coletiva lésbica e, auxiliar no reconhecimento da lesbianidade perante as leitoras, pois, a partir dessa imprensa encontravam espaço para discutir suas demandas, se reconhecerem e perceberem que não estavam só. (MARTINS, 2020, pp. 78-79)

O boletim também comentava sobre questões ligadas a comunidade homossexual, aqui entendida como termo guarda-chuva que abarca as sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Para exemplificar, destaco duas reportagens: a primeira, “Roberta Close: Homem ou Mulher?” (CHANACOMCHANA, 1984, p. 2), utilizando da visibilidade de Roberta Close⁷³ para apresentar um debate inicial⁷⁴ sobre a identidade de gênero, no sentido de afirmar e reconhecer a modelo como uma mulher e rejeitando as interpretações patologizantes sobre as pessoas transgêneras. A matéria foca bastante em evidenciar que ser homem ou mulher não é apenas possuir pênis ou vagina, compreendendo que essas categorias são frutos da construção social. Dessa forma, reconhecem que apesar de Roberta Close assumir uma feminilidade que parte da reprodução do papel feminino, ela “ao mesmo tempo, rompe com ele, na medida que o subverte e modifica sua função principal que é a de reprimir a sexualidade da mulher e a sua autonomia em geral” (Op. Cit. p. 5). Apesar do artigo apresentar seus limites, ele é importante ao se dedicar em defender a identidade de gênero de Roberta Close e de afirmar sua luta por um mundo onde as pessoas possam viver suas potencialidades e individualidades de forma reconhecida e respeitada apesar das diferenças (Idem).

A segunda reportagem, nessa temática, é “AIDS: fato e preconceito” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 14). Este tema foi um marco muito importante para o movimento LGBTQIA+, no mundo todo. A infecção teve um *boom* muito grande durante esta década de 1980. De imediato, a doença ficou estigmatizada como uma doença de gays e travestis⁷⁵. A matéria procura abordar dúvidas frequentes, buscando desconstruir os mitos a respeito da AIDS, isso, porque, as informações sobre a doença ainda eram escassas e, as poucas que haviam, eram sempre envolvidas de tabu. No próprio texto, inclusive, é apresentado o mito de que a transmissão da AIDS não poderia acontecer através de relação sexual entre duas mulheres, apesar de essa ser uma inverdade. Isso

⁷³ Roberta Close foi uma modelo e atriz muito reconhecida na grande mídia. Foi uma das primeiras mulheres transexuais a ter essa visibilidade. Devido a isso, o debate sobre a identidade de gênero começou a aparecer nos grandes veículos de comunicação.

⁷⁴ Me refiro a um debate inicial, pois, em alguns aspectos, ele é insuficiente em abordar todas as questões em torno da transexualidade, mas justificada pela quase ausência desse debate no período.

⁷⁵ Não se pode ignorar essa associação direta entre AIDS e pessoas LGBTQIA+. O moralismo em torno da doença foi um dos motivos pelos quais os avanços nas pesquisas se deram tão lentamente, principalmente na divulgação de informações de cuidado e prevenção.

demonstra um espírito de solidariedade, uma vez que elas compreendiam que isso não era algo que afetava as lésbicas e mesmo assim optaram por trazer uma pauta muito importante para toda a comunidade. Ao final do texto, elas manifestam uma preocupação sobre como o aparecimento da doença traria de volta a medicalização da homossexualidade⁷⁶, bem como as estratégias de contenção da transmissão se ancorariam em disciplinar o sexo “com a batuta médica substituindo a moral cristã do pecado e do puritanismo” (CHANACOMCHANA, 1985, p.15).

As páginas do boletim também eram espaços para registro de eventos, nos quais as militantes do *GALF* participaram, como os encontros feministas, do movimento lésbico, as mobilizações, reuniões e eventos, compartilhando com suas leitoras suas impressões sobre o que vivenciavam. Esses relatos contribuem para a construção dessa memória coletiva do movimento lésbico, fazendo emergir essas histórias invisibilizadas. Compreendo que, neste mesmo sentido, as editoras se preocupavam tanto em registrar a história do próprio grupo, como escrever textos que construíssem a memória do *GALF* e suas atuações nas edições nº 3, nº 5 e nº 8.

Ainda sobre as temáticas abordadas no boletim, também foi abordado a situação política nacional, vista a partir da perspectiva lésbica. Nesse sentido, destaco o conjunto de matérias presentes nas edições nº 9, nº 10, nº 11 e nº 12, que abordam o tema da Constituinte. Nesses artigos, foi abordado uma série de debates que visavam chamar a atenção para o processo de elaboração da nova constituição brasileira, realizando um balanço das leis. Na edição nº 11, foi realizada uma entrevista com três candidatas no pleito de 1986, Irede Cardoso (PT) e Cassandra Rios⁷⁷ (PDT), ambas concorrendo à deputada estadual, e Dulce Cardoso⁷⁸ (PT), candidata à deputada federal. Os temas tratados nas entrevistas foram: as pautas feministas (como aborto e combate à violência doméstica), as pautas do movimento homossexual, o combate a discriminação racial, a proteção dos povos indígenas e combate à desigualdade social. Ou seja, a entrevista teve como linha guia as questões que importavam aos grupos sociais oprimidos. O Ferro's Bar foi escolhido como local para a realização da entrevista, sendo conduzida por Rosely Roth, juntamente com Celia e Luiza (MARTINHO, 2015). Abaixo, o registro fotográfico

⁷⁶ Mencionam na matéria sobre a infeliz coincidência do surgimento da doença no momento em que o movimento homossexual havia sido vitorioso na disputa pela extinção do código 302.0 do INAMPS (CHANACOMCHANA, 1985, p.15).

⁷⁷ Durante a entrevista, Cassandra Rios não se coloca enquanto lésbica, tão pouco é assim apresentada pelas entrevistadoras.

⁷⁸ Dulce Cardoso era feminista e militante do movimento negro (MARTINHO, 2015).

(**Figura 20**) desse momento com Irede Cardoso, Cassandra Rios, Rosely e os donos do Ferro's Bar.

Figura 20 - Entrevista com Cassandra Rios e Irede Cardoso no Ferro's Bar



Fonte: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>

Essa incursão nos debates da Constituinte evidenciam as intenções das editoras do *ChanacomChana* em politizar suas leitoras. Essa politização, não era construída através dos moldes engessados da esquerda, que se ancoravam naquela ideia de “lutas gerais”. Através da leitura das edições, interpreto que a politização, para elas, era a partir das vivências e experiências vividas pelas lésbicas relacionando-as com as questões conjunturais do momento.

Além das matérias, o boletim era composto por seções recorrentes, ao longo das doze edições, parte integrante da identidade do periódico. A seção de apresentação, era utilizada para que as editoras apresentassem o boletim e seus objetivos. É através dessa seção que se encontra a afirmação das pretensões do *ChanacomChana* em ser um veículo de informação, entretenimento, namoro e mobilização em defesa dos direitos das lésbicas, informando as leitoras quem é o grupo responsável pelo boletim e recuperam um breve histórico dele, como pode ser observado na **Figura 21**.

Figura 21 - Seção de apresentação Boletim *ChanacomChana* n° 2

<h1 style="text-align: center;">BOLETIM Chanacomchana</h1>	<p>rem e para quem for lê-lo também. Ele é um dos frutos dos quase 4 anos de atividades do GALF, Grupo de Ação Lésbico - Feminista, e representa a continuação do jornal de mesmo nome que lançamos em fevereiro de 1981. Ele é produto de nosso trabalho que, embora, às vezes, difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão, a mesma paixão que esperamos ver transbordar de todos os nossos textos.</p>
<p>O BOLETIM CHANACOMCHANA é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fize-</p>	

Fonte: CHANACOMCHANA, n°2, 1983. p. 1

Uma das seções mais ricas do boletim é a de Informes, que, a partir da edição n°9, passou a ser intitulada de “Em Movimento”. Nela, são encontrados informes e relatos sobre movimentos, reuniões, conquistas de políticas públicas feministas e antirracistas e informes internacionais. A partir dela, é possível observar as diversas articulações que as militantes do *GALF* se engajavam, destacando-se as mobilizações contra o artigo 302.0 no INAMPS, pelo direito ao aborto legal, na defesa de políticas públicas contra violência às mulheres e homossexuais. Através dos informes, também eram compartilhadas agendas de eventos acadêmicos e de movimentos, como forma de estimular o engajamento das leitoras nessas atividades. Além disso, nessa seção, se evidenciam as redes de contatos nacionais e internacionais do movimento homossexual, lésbico e feminista que o *GALF* se inseria (**Figura 22**).

Figura 22 - Seção informes *ChanacomChana* n° 8

<p style="text-align: center;">CHANACOMCHANA</p> <h2 style="text-align: center;">informes...</h2> <hr/> <p style="text-align: center;">SIMPÓSIO SOBRE</p> <p style="text-align: center;">HOMOSSEXUALIDADE FEMININA</p>

Fonte: CHANACOMCHANA, n°8, 1985. p. 16

Como já mencionado, o *ChanacomChana* também tinha como objetivo ser um veículo de entretenimento e valorização de produções lésbicas, por isso, possuía uma seção colaborativa de poesias, demonstrando como o periódico pretendia ser um espaço aberto para a intervenção de suas leitoras (**Figura 23**). Nesse espaço, eram publicadas poesias das editoras, de leitoras, de escritoras lésbicas, como Monique Wittig, como pode ser observado na **Figura 24**. Os temas abordados nas poesias, em sua maioria, eram sobre amor ou exaltação do sexo lésbico.

Figura 23 - Descrição da seção de poesias *ChanacomChana* n° 4

FAZENDO POESIA É UM ESPAÇO PARA NÓS,
MULHERES LÉSBICAS, FALAMOS DE COMO
É BONITO, SENSUAL, GOSTOSO E ÓTIMO
AMAR OUTRA MULHER. TIRE OS SEUS SEN-
TIMENTOS DA GAVETA E ENVIE-OS PAR A
NÓS PODERMOS PUBLICÁ-LOS COM MUITO
PRAZER. NOSSO ENDEREÇO É CAIXA POSTAL
62.618, CEP 01000, SP, G A L F .

Fonte: CHANACOMCHANA, n° 4, 1983. p. 4

Figura 24 - Seção Poesia *ChanacomChana* n° 12

POESIA

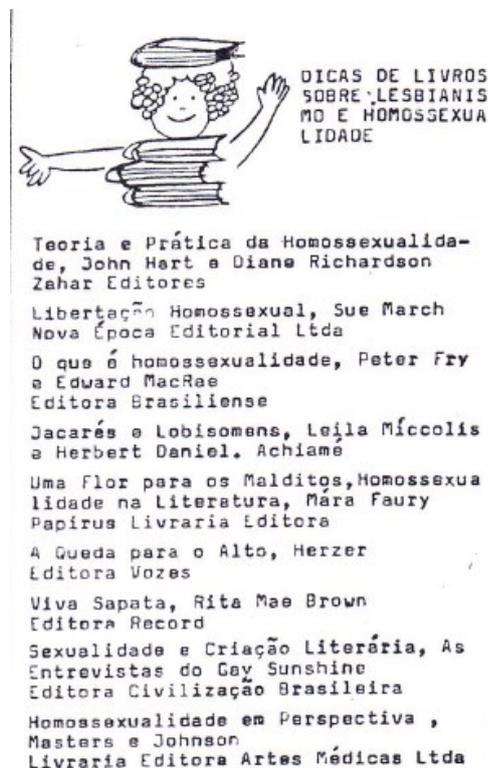
O NARIZ OS PÔMULOS O QUEIXO A FRONTE
AS PÁLPEBRAS A TEZ O PASSO AS COXAS
AS CURVAS AS PANTURRILHAS OS QUADRIS
A VULVA O VENTRE AS COSTAS O PEITO
OS SEIOS AS OMOPLATAS AS NÁDEGAS OS
COTOVELOS AS PERNAS OS DEDOS DOS PÉS
OS PÉS OS CALCANHARES OS RINS A NUCA
A GARGANTA A CABEÇA OS TORNOZELOS A
VIRILHA A LÍNGUA O OCCÍPIO A ESPI-
NHA OS FLANCOS O UMBIGO O P O B I S
O CORPO LÉSBICO.

MONIQUE WITTIG

A mesma boca que denuncia
me acarícia
A mesma mão que me adornece
ênfaticamente
E luta
E combate pelo oprimido
O corpo que me deixa louca
é também bandeira de luta
de confronto
A mesma voz rouca que me ama
agride o injusto, o opressor
Essa mulher que combate
que usa armas
Enternece
Acarinha
Conforta
E eu a amo...

Cláudia

Fonte: CHANACOMCHANA, n° 12, 1987. p. 9

Figura 25 - Seção dicas de leitura do *ChanacomChana* n° 7

Fonte: CHANACOMCHANA, n°7, 1984. p. 17

Na **Figura 25** temos a seção “Dicas de Leitura”, onde são indicadas leituras sobre sexualidade, lesbianismo e feminismo, textos tanto teóricos quanto literários. Nessa figura, se encontram nomes reconhecidos do ativismo homossexual nacional e internacional, como Edward MacRae, Peter Fry, Rita Mae Brown, Hebert Daniel, Leila Miccolis, evidenciando as afinidades literárias e teóricas das editoras do *ChanacomChana*. Essa seção surge no boletim a partir da edição n° 6. Nela, as editoras indicavam e compartilhavam a lista de obras disponíveis para venda no xerox da biblioteca do *GALF*. Dessa forma, explicita-se a preocupação das editoras de que o boletim também fosse instrumento de formação política para as suas leitoras.

No quesito das sociabilidades, existe a seção “Troca Cartas”⁷⁹, onde as leitoras enviavam cartas para elogiar, criticar, comentar ou dialogar com as edições anteriores, mas, sobretudo, havia o uso do espaço destinado para aquelas que estavam interessadas em fazer amizades ou conseguir um flerte e depoimentos das leitoras. Através dessa

⁷⁹ A seção de cartas possui uma riqueza de elementos para análise, que não são objetivo deste trabalho. Por isso, para este assunto, indica-se a leitura da dissertação de C. Maia. MAIA, C. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondências e constituição de redes na Imprensa Lésbica brasileira. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017. 198 f.

seção, pode-se constatar o alcance do boletim, já que é identificada a participação de correspondentes das cinco regiões do Brasil (**Figura 26**).

Figura 26 - Seção Troca Cartas ChanacomChana nº 7



Fonte: CHANACOMCHANA, nº7, 1985. p. 22

Neste sentido, é importante entender que falar sobre a existência lésbica esbarra, muitas vezes, em entender as solidões e medos que a cerca, principalmente quando analisamos um período no qual se assumir abertamente lésbica poderia resultar em represálias diversas, onde as sexualidade dissidentes eram vividas de forma semi-clandestina. Partir deste pressuposto, para ler o *ChanacomChana*, é fundamental para vermos o boletim como um espaço de acolhimento, de mulheres que se escondiam, mas que, através daquelas páginas, conheciam outras lésbicas na mesma situação. Também, como um lugar seguro para trocar contatos para amizades e flertes, contribuindo, assim, para o rompimento do isolamento dessas mulheres. A solidariedade era uma característica incentivada a suas leitoras, compreendendo que o enrustimento impactava negativamente as lésbicas e, por isso, estabelecer essa rede de acolhimento e solidariedade era um dos objetivos do boletim.

Entre as páginas do boletim, também se encontram expressas as formas pelas quais as editoras conseguiram financiar o *ChanacomChana*. Além do preço das vendas, que variavam de CR\$ 1000,00 a CR\$ 5000,00 e depois da troca de moeda custando entre Cz\$ 10,00 e Cz\$ 25,00, possuíam a possibilidade de assinaturas anuais ou semestrais, que começaram a ser divulgadas a partir da segunda edição. Essa seção, é constituída de um espaço para as leitoras preencherem e enviarem a solicitação de assinatura para a caixa postal do *GALF*, como pode ser observado na **Figura 27**. Outra forma de financiamento, que é encontrada no boletim, são os anúncios, inseridos a partir da quinta edição. Os seus

principais anunciantes foram os bares, com destaque para o Ferro's Bar, um dos mais frequentes nas páginas de publicidade, como demonstrado pela **Figura 28**. Importante ressaltar que as estratégias de financiamento eram fundamentais para a continuidade do *ChanacomChana*, uma vez que a maioria de suas editoras ainda eram estudantes e não tinham como financiar a produção com dinheiro do próprio bolso.

Figura 27 - Seção de Assinaturas para ser preenchida pelas leitoras *ChanacomChana* n° 4

ASSINATURAS	
SE VOCÊ DESEJA RECEBER UMA ASSINATURA ANUAL DO BOLETIM CHANACOMCHANA, ENVIE SEU	
NOME.....
ENDEREÇO.....
CEP.....CIDADE.....ESTADO.....
É UM CHEQUE NO VALOR DE Cr\$1.500,00 PARA O GOLF, CAIXA POSTAL 62.618, CEP 01000, SP	
O BOLETIM CHANACOMCHANA É BIMENSAL E, POR TANTO, VOCÊ RECEBERÁ 6 NÚMEROS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA.	
O CHANACOMCHANA TAMBÉM É SEU. ENVIE-NOS SUA OPINIÃO, CRÍTICAS, SUGESTÕES, POESIAS, DESENHOS, O QUE VOCÊ QUISER.	
	

Fonte: CHANACOMCHANA, n° 4, 1983. p. 14

Figura 28 - Seção de anúncios *ChanacomChana* n° 6

13

* ANÚNCIOS *



CANAPÉ BAR & POESIA
Trilhas
Sugestões
Música
Dança
Lanches

Um pedacinho do seu mundo das 12:00 até.... de 3ª a domingo

Rua Santo Antonio, 922 - Tel.: 259-2492
Bairro do Briga - Bela Vista - São Paulo



FERRO'S BAR
RESTAURANTE - PIZZARIA
R. Martinho Prado, 119 - S.P.
Tels. 257-8903 - 258-0004

FOR US - UM TOQUE DE REQUINTE NO MUNDO GAY
CASA DE CHÁ - CAFÉ COLONIAL
CHÁS E SUCOS NATURAIS - SORVETES
- RODRIGO DE FOCES E SALGADOS -
AMERICAN BAR - MÚSICA AMBIENTE!
DIARIAMENTE DAS 17:00 AS 23:00 - FECHA 2ª
Moema - AV. CIBARÁS, 416 F. 504-5050
preço promocional - Cr\$ 1000,00

Fonte: CHANACOMCHANA, n° 6, 1984. p. 13

As editoras também optaram por introduzir as charges e tiras como uma forma mais descontraída e divertida para comunicarem as suas ideias, se utilizando de um humor ácido e satírico para tematizar a condição das mulheres, heterossexuais e lésbicas, na sociedade. Como Crescêncio (2016) propõe, ao analisar o humor feminista:

O humor com viés feminista é, portanto, um humor que ameaça à ordem vigente, desestabiliza a norma, desafia a autoridade, reforça a importância de se repensar uma estrutura política, social e cultural que é baseada na evidente desigualdade entre homens e mulheres. (p. 125)

Nesse sentido, as charges e tiras no *ChanacomChana* constroem uma linguagem humorística que diverte e, ao mesmo tempo, transmite uma crítica ou gera uma reflexão. A maioria das charges presentes no *ChanacomChana* são assinadas por Miriam. Através delas, pode-se perceber a intenção de introduzir às leitoras as reflexões propostas pela linha editorial da edição de maneira didática, para discutir temas tão difíceis como a repressão policial, trabalho doméstico, identidade homossexual e lésbica, violência machista e ausência de direitos⁸⁰.

O *ChanacomChana*, apesar de seu breve período de publicação, foi instrumento de visibilidade para as lésbicas da década de 1980. Um veículo de comunicação feito por e para lésbicas, que contribuíram e seguem contribuindo na luta pela liberdade de amar e viver. Sua potencialidade, enquanto uma fonte histórica, se expressa em ser um suporte de memória de um momento em que eram poucas as iniciativas lésbicas de comunicação, e porque os periódicos são:

bons comunicadores das histórias da vida e dos sonhos. Além disso, eles criam verdadeiros espaços de manifestação de opiniões acerca de um certo tema, com alguma coerência ideológica entre si. Também colaboram para congregar um determinado grupo de pessoas que leem a mesma história e compartilham dos valores ali expressos e que, de alguma maneira, se identificam com eles. (RODRIGUES, 2018, p. 238)

O estudo da Imprensa Lésbica no Brasil nos permite aprender sobre essa dimensão, exposta por Rodrigues, de congregação de grupos e da manifestação dos sonhos e desejos por uma sociedade mais diversa. *ChanacomChana* foi um espaço de debates de ideias e de articulação em um momento em que ser lésbica - e ter orgulho disso - poderia ser encarado como bravura ou loucura. Ao longo das edições, percebe-se que a intenção de suas editoras é gerar uma identificação positiva sobre as mulheres lésbicas,

⁸⁰ As charges inseridas no *ChanacomChana* possuem uma grande riqueza temática. Como nesse trabalho não foi dedicado, especificamente, às análises de cada charge presentes no boletim, indica-se a leitura da dissertação de Larissa P. Martins. MARTINS, Larissa Pinto. **CHANACOMCHANA É UM BARATO!** afetos e pedagogias na imprensa lésbica. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.

visando a “saída do armário” de muitas e, para aquelas e aqueles que não se colocavam enquanto homossexuais, entenderem esse universo e respeitarem essas existências. Dessa maneira, o boletim tenta espalhar valores como diversidade, liberdade, autonomia e respeito, procurando romper com os estigmas construídos sobre as sexualidades e identidades de gênero dissidentes, por muito tempo aprisionadas dentro das ideias de pecado, doença e crime.

4. LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E LIBERDADES SEXUAIS – UMA LEITURA INTERSECCIONAL

Neste capítulo analiso o *ChanacomChana* a partir da perspectiva interseccional, identificando as pontes possíveis de serem estabelecidas entre as ideias das editoras do periódico e a interseccionalidade, assim como investigar as dinâmicas que interseccionam as liberdades democráticas e as liberdades sexuais através do discurso articulados pela editoria do boletim. Antes de iniciar esta análise é necessário compreender o que é a interseccionalidade e as bases desse referencial teórico e analítico.

4.1 PANORAMA SOBRE A INTERSECCIONALIDADE

Pode-se dizer que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, pensada pelo feminismo negro, a partir da crítica tanto ao movimento feminista, quanto ao movimento negro, por desconsiderarem que recai sobre a mulher negra o peso do patriarcado e do racismo. Nesse sentido, a interseccionalidade permite compreender a coalizão das estruturas e a interação das avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019 p.19), nas quais as mulheres negras se encontram atravessadas pelo racismo, machismo, colonialismo e capitalismo.

O nascimento do pensamento interseccional vem do “não-lugar”, no qual as mulheres negras foram colocadas por feministas e homens negros, como se tivessem que fazer uma escolha entre lutar apenas contra o racismo ou, então, apenas contra o machismo, sendo que essas duas estruturas marcam suas vivências.

O conceito, tem como base os movimentos de mulheres negras nos EUA durante os anos de 1970, que neste momento, não está cunhado como interseccionalidade, mas as elaborações desenvolvidas por intelectuais, como Angela Davis e as militantes do Combahee River Collective,⁸¹ foram fundamentais para a construção do conceito. Importante destacar que elas constroem suas ideias a partir da interlocução dos movimentos em que estão inseridas. O *Manifesto do Combahee River Collective*, lançado em 1977, destarte parte da seguinte afirmação:

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas.

⁸¹ Combahee River Collective foi uma organização negra, lésbica, feminista e socialista. Atuavam na cidade de Boston (EUA) entre os anos de 1974 e 1980.

Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam. (2019, p. 197)

Esse reconhecimento da interligação entre as diversas opressões, que determinam as condições de vidas dessas que se encontram atravessadas pelo racismo, machismo, heterossexismo e as relações de classe, tornou-se o eixo orientador da atuação do coletivo. Nesse mesmo sentido, a filósofa e militante Angela Davis constrói seu pensamento no livro *Mulheres, Raça e Classe*, publicado em 1981. A partir do estudo da condição da mulher negra na sociedade estadunidense, desde o fim do regime de escravidão, a autora desenvolve a imbricação das categorias de gênero, raça e classe, para discutir as experiências dessas mulheres. Ao mesmo tempo, autora mobiliza em seu estudo a crítica ao feminismo branco de classe média. Um dos eixos desta crítica, passa pelo tema do trabalho doméstico, onde o privilégio da mulher branca em se recusar ou ser liberada dessas tarefas, recaem sobre as mulheres racializadas e imigrantes (DAVIS, 2016, p. 101-102). A autora localiza que a ausência da crítica deste feminismo para o trabalho doméstico o torna insensível ao esquema servil, em que as mulheres negras são subjugadas na busca de meios de sobrevivência para sua família (Idem, p. 105). O feminismo negro, desenvolvido nos EUA, durante a década de 1970, é aporte para a discussão interseccional, o qual estabeleceu uma “crítica coletiva que se voltou de maneira radical, contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo” (HIRATA, 2014, p. 62).

O conceito de interseccionalidade é creditado aos estudos da pesquisadora e jurista Kimberle Crenshaw, mas a sua concepção política tem como referencial as elaborações proposta pelo Combahee River Collective, no que diz respeito à focalização nas estruturas sociais e a teorização das experiências das mulheres de cor, juntamente com as conexões estruturais, políticas e representativas (AKOTIRENE, 2019, p. 100). Crenshaw, desenvolve o conceito de interseccionalidade para pensar os direitos humanos enquanto jurista, apontando a ausência de leis, instrumentos jurídicos e políticas públicas que considerassem as interações entre as formas de discriminação. Para autora, essa inexistência *desempodera* pessoas que se encontram no centro dessas intersecções, uma vez que reforçam o lugar de subordinação. A autora, utiliza um exemplo para evidenciar essa problemática no campo jurídico: o caso das trabalhadoras afro-americanas que denunciaram a *General Motors* de discriminação racial e de gênero. Relata que, no contexto industrial estadunidense, a segregação de funções baseada na raça e no gênero eram práticas comuns Os postos de trabalho que eram pensados para as pessoas negras,

geralmente na linha de montagem, sendo destinados aos homens, enquanto, para os postos de trabalho destinados às mulheres, como a função de secretária, as negras eram vistas como inadequadas. O julgamento do caso, por não considerar a conjugação das duas discriminações, sentenciou que não havia provas que dessem fundamento ao processo (CRENSHAW, 2004). Dessa forma, os estudos desenvolvidos por Crenshaw buscam solucionar lacunas nas políticas de direitos humanos a partir da:

garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero. (CRENSHAW, 2002, p. 174)

Dessa maneira, Crenshaw constrói a interseccionalidade com a metodologia de análise dessas intersecções. Nesse sentido, seria a conceituação do problema que investiga as implicações estruturais e dinâmicas da interação entre eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002, p. 177). Quando esse debate despontou a atenção, era mais fixada nas interações entre o racismo, machismo e a opressão de classe, no entanto, com o avanço do debate, outros marcadores têm sido incluídos, tais como a LGBTQIAfobia, o capacitismo e a xenofobia, sem nunca perder a dimensão racial do horizonte. Isso demonstra a potencialidade da utilização da interseccionalidade como “lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p. 63).

As proposições apresentadas por Crenshaw desenvolvem um modelo esquemático, no qual ela ilustra as imbricações do racismo, machismo, entre outros esquemas opressivos, através da alegoria explicativa das avenidas identitárias. Nesta, os eixos de discriminação são pensados como “ruas” que se cruzam e, através dessas, que o poder flui e, conseqüentemente, o tráfego seria a discriminação ativa das políticas que excluem indivíduos em função da raça e do gênero (CRENSHAW, 2004, p. 11).

Sendo assim, a interseccionalidade é constituída como possibilidade analítica, que nos permite pensar nas estruturas (patriarcais, racistas, de classes, entre outras) e suas interações e sobreposições, não apenas na perspectiva de opressão destas, mas, também, como resistência a elas. É nesse sentido que Collins (2014) compreende que a interseccionalidade é um conceito analítico, que propõe um projeto de conhecimento ao

mesmo tempo em que é uma arma política, que desnuda o imbricamento das múltiplas opressões, visando a emancipação.

A interseccionalidade, enquanto sensibilidade analítica, não pode ser pensada de forma matemática, como se essas interações pudessem ser calculadas de forma quantitativa. De igual forma, esse raciocínio encaminha para o entendimento de que não existem hierarquias entre as opressões, pois todas tem sua importância para a construção social, assim como, todos os setores podem se encontrar em uma situação de privação de direitos e/ou violência. Como alerta Akotirene (2019), “a interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos” (p. 43). A poeta e pensadora negra, lésbica e feminista Audre Lorde (2019), que também faz parte do pensamento interseccional, sintetiza essa ideia em seu texto *Não há hierarquias de opressão*, onde diz:

Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão. (p. 6)

Diante dos estudos realizados em torno dessa sensibilidade analítica, percebo como os estudos decoloniais têm sido uma importante contribuição para a perspectiva interseccional, como crítica e proposição. Autoras como Akotirene (2019) e Saunders (2017), por exemplo, desenvolvem sobre a centralidade da colonialidade para a intersecção entre as dinâmicas de subordinação e formulam sobre o sistema colonial moderno, como ponto de estruturação das discriminações que sustentaram esse sistema mundo e seguem sendo a base do sistema capitalista. Os “descobridores” europeus, para seu projeto de dominação, precisaram se utilizar de hierarquias que diferenciavam os “civilizados” e os “bárbaros”. Sendo assim:

O padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões antinegros e antimulheres – mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema mundos. (AKOTIRENE, 2019, p. 35)

Já para Saunders (2017), a definição de homem, construída a partir da imagem e experiência do homem branco, heterossexual, cisgênero, burguês e cristão, é tomada como a definição de “ser humano”. Consequentemente, o que foge disso é relegado ao não-humano, que, nessa lógica, primeiro se definia em relação a indignidade e, depois, foi redefinido como africano e negro (p. 104). Dessa forma, a autora reflete através da abordagem interseccional, como raça, gênero e sexualidade atuam conjuntamente para produzir um “não-humano” (Idem), ao desenvolver sobre a sua epistemologia negra e

sapatão. É dentro dessa perspectiva decolonial, que se constrói a crítica ao pensamento desenvolvido por Crenshaw. Akotirene (2019), aponta as críticas das pensadoras latinas e caribenhas a interseccionalidade:

A interseccionalidade desconsidera o sistema mundo colonial de gênero como o articulador das experiências inter cruzadas, as quais o racismo compõe, sem centralidade, o problema estrutural. E segundo, a descolonização feminista proposta nesta abordagem valoriza mais a América Latina e Caribe, não somente por conta de o Terceiro Mundo ser visto pelo feminismo europeu e estadunidense como mero ativismo improdutivo, além disso, o Norte Global ignora a potência metodológica das epistemes latino-afro-caribenhas no projeto feminista negro. (p. 87)

Assim, é necessário reforçar as teóricas latinas-afro-caribenhas que, apesar de não reivindicarem a interseccionalidade, são aportes para a discussão da simultaneidade de opressões em nossa macrorregião. Lélia Gonzáles, intelectual, militante negra e feminista, é uma importante referência para esse tipo de elaboração. Seu estudo, *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, publicado originalmente em 1984, levanta as imbricações dessas duas formas de discriminação, apresentando que:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o *racismo* se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALES, 2020, p.76)

As noções apresentadas pela autora dizem respeito aos arquétipos das mulheres negras construídas no imaginário social e cultural do Brasil, enclausurando-as nessas tipificações. A análise da autora também procura destacar as implicações do mito da democracia racial dentro das interações entre racismo e sexismo na sociedade brasileira, que apresenta a face que endeusa a mulata nas festividades de carnaval, mas com a transfiguração em doméstica que as invisibilizam, onde a nomeação depende da situação em que são vistas (Idem, p. 80). Nesse sentido, Lélia Gonzales propõe um feminismo afro-latino-americano, entendendo que as condições de formação dos países da região se deram como fruto das relações de exploração imposta pela colonização e pelo sistema escravista, necessitando de uma análise feminista que leve esses fatores em conta. Ela afirma:

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse

sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano. (GONZALES, 2020, p. 145-146)

Lélia Gonzalez, ao investigar a condição e a experiência das mulheres racializadas nas Américas, aponta para a impossibilidade de um pensamento feminista que desponte no continente, sem considerar sua formação sócio-histórica calcada em um sistema capitalista patriarcal-racista dependente, fruto dos séculos de exploração colonialista. Nesse sentido, autoras como Akotirene (2019) consideram o trabalho intelectual desenvolvido por Lélia Gonzalez como revolucionário em suas conclusões, podendo-se dizer que ela antecipou o conceito de interseccionalidade (p. 33).

Ao desnudar as diversas experiências geradas a partir das intersecções, esse debate tem questionado, dentro da teoria e prática feminista, a noção de uma mulher universal, tendo como ponto de partida as discussões propostas por estas intelectuais, que apresentam um alerta para os “equivocos analíticos da sociedade civil e Estado toda vez que a *mulher* é tomada de modo universal” (AKOTIRENE, 2019, p. 28). O paradigma da universalidade busca homogeneizar os seres humanos, ignorando as suas experiências particulares, considerado como herdeiro do episteme colonialista (AKOTIRENE, 2019; SAUNDERS, 2017). O feminismo, tem como um de seus pontos de partida o questionamento da centralidade do homem como régua para a afirmação de um sujeito universal. No entanto, não rompeu com a ideia de universalidade e, sim, construiu, em cima do mesmo molde, a mulher universal, que deixou de lado a pluralidade de ser mulher, em suas diversas etnias, sexualidades, corpos e capacidades. Ao se dedicar a centralizar as suas análises nas coalizões a interseccionalidade, estabeleceu um método de análise que quebra com a suposta universalidade, criticando, ao mesmo tempo, proposição para novas elaborações entre as feministas.

A desconstrução da suposta universalidade da mulher, contribui, também, para a discussão da lesbianidade, que é uma identidade que imbrica em discriminações. Saunders (2017), analisa como a política de repressão sexual atravessa de forma particular o corpo das mulheres negras, onde as teorias racistas e da literatura sexológica, do século XIX, foram constituindo nas ciências biológicas o entendimento de que as mulheres negras seriam hipersexuais como forma de reforçar o processo de racialização e inferiorização, a medida em que entendiam que as mulheres brancas, conforme a civilização avançasse, perderiam a sua pulsão sexual (p. 111). Essa mesma ciência procurou referendar um discurso normalizador do sexo, indicando a heterossexualidade

como norma. Dessa forma, essa incursão buscou respostas patológicas sobre as “invertidas”. Para tais estudos, os corpos de mulheres negras foram muito utilizados, por encarnar o não-humano. Um dos acúmulos dessas teorizações, é DE que negras e lésbicas possuíam clitoris grandes, mito que atravessa o corpo delas (Op. Cit. p.109). A partir dessas questões, a autora conclui que:

É assim que o invertido se torna racializado, isto é, classificado no reino do não-humano, através da racialização de certos atos sexuais, desejos e prazeres "sexuais" como perversos e como possíveis de serem lidos no corpo. É por essa razão que estudiosas argumentam que a heterossexualidade e a heteronormatividade são tanto sistemas racializados de poder quanto são generificados e sexualizados. (Op. Cit. p. 111)

Assim, a autora aponta como a intersecção entre raça e sexualidade produziram essa desumanização de negras e lésbicas. É neste sentido que considera como o questionamento “não sou eu uma mulher?”⁸² ressoa também na elaboração teórica lésbica. Esses discursos das mulheres negras e lésbicas tem tensionado a epistemologia feminista a substituir a palavra *Mulher* por *mulheres*. Dentro desse escopo, a interseccionalidade tem estimulado “o pensamento complexo, a criatividade e evita a produção de novos essencialismos” (AKOTIRENE, 2019, p. 45).

A interseccionalidade tem sido assumida por militantes e ativistas – para a elaboração de estratégias e ações –, por pesquisadoras em diversas áreas do conhecimento e aplicada na proposição de políticas públicas. Em especial, aqui no Brasil, o conceito passa a ser utilizado em meados da década de 1990 pelos coletivos de mulheres negras e ganha maior evidência a partir dos anos 2000 (FREITAS, 2018; HIRATA, 2017). O estudo feito por Freitas (2018) aponta como as mídias digitais, como blogs, tem contribuído para difusão desse debate entre a vanguarda feminista negra, que possibilitam as expansões e tensionamentos do conceito realizados pelas pesquisadoras e ativistas. Esses espaços virtuais têm sido utilizados para superar as ausências e silenciamentos ligados ao racismo sofrido por mulheres negras. Dessa forma, a escrita coletiva feminista negra, realizada na internet, tem se articulado na necessidade de retirar a inviabilidade relegada às demandas do feminismo negro (p.171).

Essa popularização da interseccionalidade, enquanto conceito e metodologia analítica, tem feito dela um *hit concept* (HIRATA, 2017, p. 62), porém, sua ampla

⁸² Esse questionamento é atribuído ao discurso de Sojourner Truth, abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres. O questionamento “não sou eu uma mulher?” foi feito em 1851, durante seu discurso na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. O intuito do discurso era ressaltar que o movimento pelos direitos das mulheres, na época, só refletia as necessidades e pautas das mulheres negras. Ao enunciar a pergunta, Sojourner Truth revela as diferenças nas experiências de mulheres brancas e de cor. (Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/> acesso em: 15/04/2022)

reivindicação tem gerado problemáticas que levam as intelectuais negras a denunciarem um processo de apropriação feito pelo feminismo branco, acadêmico e liberal, o qual tem causado o afastamento das premissas desenvolvidas inicialmente. Akotirene (2019), alerta para a retirada dos racismos ocidentais de foco através da interseccionalidade (p.40). Ainda afirma que:

O conceito de interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento da riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica do feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. A proposta de conceber a inseparabilidade do heterocispatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico. (p. 51)

Nesse sentido, a formulação interseccional contribui para a análise das diversas formas de discriminação, que interpelam aquelas que se encontram em meio ao cruzamento desses fluxos estruturais. Entretanto, compreender os múltiplos cruzamentos não pode servir para retirar do centro do debate o peso da matriz colonial racista, que constrói estruturas e subjetividades através do apagamento – físico e subjetivo – de pessoas negras na sociedade. Pontuo esta questão, pois, como atenta Patricia Hill Collins (2017), a elaboração intelectual das feministas negras passou a receber um grande apreço dentro da academia ou no mercado. Porém, são espaços onde os corpos negros não são bem aceitos ou não ocupam integralmente, podendo ocasionar uma apropriação das ideias sem localizar as *sujeitas* da elaboração e/ou apagando a crítica construída (p.18). Isso é uma reflexão importante para evitar que esse trabalho se aproprie da interseccionalidade e apague as vozes e mentes construtoras desse pensamento.

4.2 CHANACOMCHANA UMA LEITURA INTERSECCIONAL

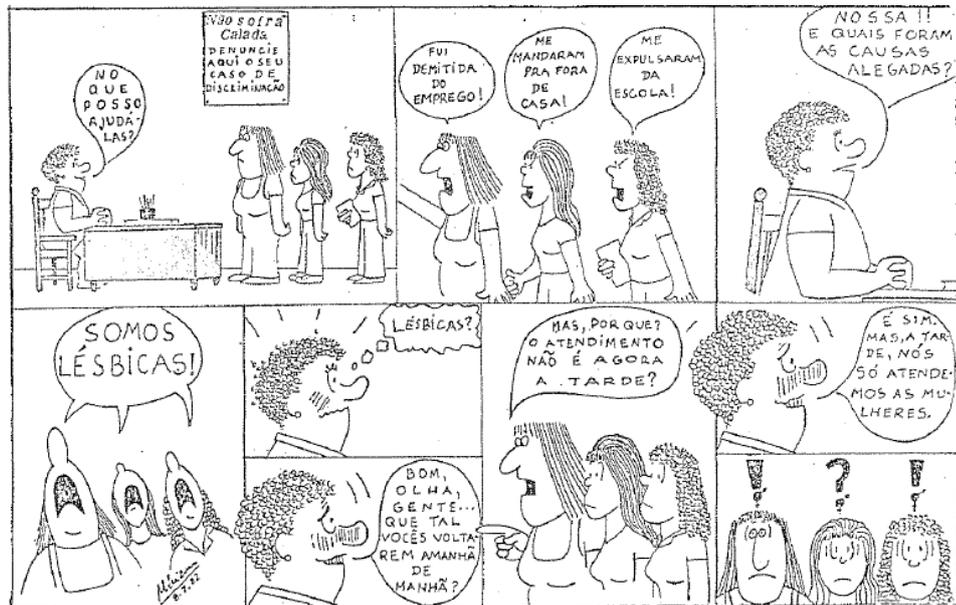
Ao ler as páginas do boletim *ChanacomChana*, pude notar como suas editoras estabeleceram narrativas que se aproximavam do entendimento de interseccionalidade, ao destacarem que a discriminação sofrida pelas lésbicas não era isolada, mas interagiam com outras formas discriminatórias. Dessa forma, também compreendiam que a emancipação da lésbica só aconteceria com a eliminação de todas as estruturas de

subordinação, além de considerarem que as questões das mulheres, negros e homossexuais estavam ligadas aos valores de funcionamento opressivo da sociedade (CHANACOMCHANA, 1983, p.6). Nesse sentido, a interseccionalidade, enquanto sensibilidade analítica, nos permite ler, enquanto chave de compreensão dos discursos construídos ao longo de suas edições, a construção de uma história possível para a interpretação das existências lésbicas durante a ditadura civil-militar brasileira.

Para isso, é preciso ressaltar que as militantes não chegaram a ter proximidade com os debates interseccionais, que, como apresentado no tópico anterior, foi mais difundido no Brasil a partir dos anos 2000. Essa consideração se faz necessária para não incorrer na imposição de algo que não existia no horizonte daquelas mulheres. Outra ressalva importante a ser colocada, é a questão da identificação racial das militantes do *GALF*, como pode ser observado na foto das militantes do grupo (**Figura 10**), apresentada anteriormente. Existiam apenas duas militantes que podemos identificar como negras, são elas: Elisete e Maria Rita. Apresento essa consideração para evidenciar que estamos falando de um coletivo composto, em sua maioria, por lésbicas brancas, logo, não são atravessadas pela dimensão racial. Porém, isso não as impediam de refletirem e questionarem o racismo como estrutural, apesar dos limites.

No período, os movimentos lésbico e de negras utilizavam o conceito de “dupla opressão” para dar significado às suas experiências. Pode-se dizer que era uma maneira bastante inicial de problematizar a simultaneidade de opressões. Esse conceito de “dupla opressão” é bastante recorrente nos textos do *ChanacomChana*, utilizado, inclusive, para justificar a identificação do grupo como parte de um movimento lésbico-feminista. Assim, como o feminismo negro, as lésbicas-feministas irão utilizar essa articulação da dupla opressão para criticar o feminismo hegemônico, por se ausentar dessas análises e de encampar as suas pautas, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento de suas violências específicas – muitas vezes reproduzidas dentro do movimento feminista – e a crítica a heterossexualidade. O silenciamento das vozes lésbicas, dentro do movimento feminista, será um tema tocante para as editoras do boletim. A seguir, apresento uma charge (**Figura 29**) que desenvolve de forma bem-humorada essa crítica:

Figura 29 - Tira sem título



Fonte: CHANACOMCHANA, n° 1, 1982, p. 2

Essa tira, assinada por Míriam, publicada na primeira edição do boletim, inserida como ilustração no artigo *Lesbianismo é um barato*, apresenta uma espécie de ouvidoria para a denúncia de casos de discriminação. Com a chegada de três mulheres que apresentavam suas denúncias, todas possuindo ligação com a vivência de lésbicas, principalmente no sentido da exclusão, que evidenciava o motivo pelos quais a maioria das lésbicas mantinham praticamente uma vida dupla, para esconder sua sexualidade, evitando perder acessos à moradia, emprego e educação. Ao receber as denúncias e exposto o motivo das discriminações sofridas, a atendente se mostra desconcertada, sentimento evidenciado através do rosto corado depois de confrontada com a informação que se trata de lésbicas, aqui essa representação pode ser entendida com um duplo sentido: o primeiro pelo peso que a palavra lésbica carregava, como se fosse uma palavra de baixo calão; o segundo para trazer a conotação de despreparo para lidar com a situação. Fica explícito que na sequência da história contada a atendente tenta “se livrar” das lésbicas, ao ser questionada, ela responde que essa “ouvidoria” só atende mulheres e as denunciante recebem a informação com espanto. Não seriam elas mulheres?

Concordando com Crescêncio (2019) a tira explora a confusão existente entre identidade de gênero e orientação sexual, onde as lésbicas não são entendidas como mulheres, sendo assim “o humor com perspectiva lésbica foi acionado para ridicularizar um estereótipo que vigoraria entre as próprias mulheres feministas” (p. 268). A tira pode também como alegoria para ironizar a falta de sensibilidade e método, dos movimentos

e políticas públicas, para lidar com a demanda das mulheres que conjugam em seus corpos mais de uma forma de discriminação, delimitando suas pautas e quais tipos de mulheres seriam acolhidas por esse feminismo. A questão satirizada, leva a pergunta que tanto o feminismo negro quanto o lésbico endereçam: “não somos mulheres?”. A ironia apresentada na tira também ecoa em de forma similar as críticas construídas ao tido feminismo hegemônico, que se coloca como instrumento de luta pela emancipação das mulheres, ao desconsiderarem as diversas imbricações as quais atravessam a vivência das mulheres em sua diversidade, excluindo-as da própria categoria de mulher e utilizando os mesmos critérios impostos pela sociedade patriarcal. Ao final do artigo, cujo a tira está incorporada, as editoras afirmam que o lesbianismo que elas defendem é um barato, pois:

É um barato porque demonstra que não estamos tão ilhadas em nossas diferenças de classe, raça ou sexualidades, a ponto de não podermos trabalhar juntas. As mulheres lésbicas são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa, mas, várias vezes, já nos encontramos no mesmo lugar.

O lesbianismo é um barato porque propõe o amor entre as mulheres de qualquer maneira, seja através do amor físico, da ternura e do respeito pela individualidade da companheira, seja através da solidariedade e da luta organizada contra a opressão que sofrem todas as mulheres. (CHANACOMCHANA, 1982, p. 3)

O posicionamento apresentado ao final do texto, reconhece, primeiramente, os entrecruzamentos que as lésbicas possuem, pautando uma lesbianidade heterogênea, em que as diferenças não deveriam gerar o afastamento, mas, sim, a solidariedade. Em segundo lugar, ressaltam que o objetivo de seu movimento é a luta contra a opressão sofrida pelas mulheres. Ênfase aqui a escolha gramatical de flexionar o substantivo mulher para o plural, apesar de ser um gesto simples, mas muito significativo na produção de um discurso que tome a categoria mulher(es) como diversa e dinâmica. Nesse sentido, saltam aos olhos os entrelaçamentos possíveis com as críticas formuladas pelo feminismo negro na construção da interseccionalidade enquanto um instrumento teórico e prático.

Dentro do *ChanacomChana*, são encontradas diversas passagens que evocam o entendimento de uma necessidade por lutas coletivas que emancipem os setores oprimidos da sociedade. Isso aparece através da apresentação do conjunto de pautas estabelecidas pelo grupo:

Acreditando nisso, muitas mulheres lésbicas-feministas lutam pelos direitos das mulheres e contra a repressão sexual em todos os níveis: lutam pela descriminalização do aborto e por salário igual por trabalho igual para homens e mulheres; lutam contra a opressão dos⁸³ travestis, sapatonas, bichas, prostitutas, negros (CHANACOMCHANA, 1984, p. 4)

⁸³ A identidade travesti, neste período, mesmo dentro do movimento homossexual, era compreendida como masculina. Por isso, flexionam no masculino. No entanto, o adequado seria “das travestis”.

A partir do excerto acima, podemos perceber que as editoras apontam para a conjugação de pautas que não se limitam a existência lésbica, atravessando as questões de outros grupos oprimidos na sociedade. Essa articulação realizada pelas militantes do *GALF*, fica explícita na ocasião da entrevista, realizada com as candidatas das eleições de 1986, Irede Cardo (PT), Cassandra Rios (PDT) e Dulce Cardoso (PT), nos marcos do processo de formulação de uma nova constituição brasileira. O rol de perguntas elaboradas pelas entrevistadoras circunda cinco eixos: o combate à discriminação por orientação sexual; a questão negra no Brasil; propostas para a questão indígena; ecologia; e qual relação as candidatas pretendiam ter com o movimento lésbico. Em todo o processo do debate em torno da Constituinte, realizado nas páginas do *ChanacomChana*, suas editoras procuram evidenciar que é necessário eleger mulheres, com o intuito de aumentar a participação na política institucional, porém, alertam para que se escolham representantes “que tenham em seus programas, como questão prioritária a defesa dos nossos direitos enquanto mulheres brancas, negras, lésbicas, mães, velhas, deficientes, etc...” (CHANACOMCHANA, 1987, p. 20).

Em análise, além das questões ressaltadas até aqui, que levam a identificação com as premissas interseccionais nos discursos construídos nas páginas do *ChanacomChana*, uma indagação proposta para essa leitura identifica que existe uma possibilidade de análise interseccional na articulação entre liberdades democráticas e liberdades sexuais colocadas tanto nos discursos elaborados no boletim quanto na atuação do *GALF*.

Em primeiro lugar, é importante retomar que neste contexto as homossexualidades “ao mesmo tempo em que foram alvo privilegiado das políticas de repressão e de controle, acabaram se constituindo como atores fundamentais da redemocratização brasileira.” (GREEN & QUINALHA, 2014). Dessa maneira, o movimento homossexual brasileiro, na sua primeira década, adotará um caráter profundamente democrático. Fernandes (2014), afirma que:

Assim, as lutas para a promoção da visibilidade, respeito, a expressão da sexualidade lésbica e por justiça, bem como contra a opressão social e policial, nasceram de forma inseparável de luta por liberdade e contra a ditadura. (p. 126)

Como apontado nos tópicos anteriores, a ditadura civil-militar criou um sofisticado aparelho de vigilância política e moral, apostando em uma política sexual repressora, que buscou reprimir sexualidades dissidentes, mesmo não havendo instrumentos jurídicos sobre essas questões. A derrubada desse regime significava a abertura de uma possibilidade para avançar na luta pela livre expressão da sexualidade e/ou identidade de gênero.

O discurso democrático tem um lugar de destaque nos textos do boletim, seja nos artigos ou nos informes. Uma edição que chama a atenção pela articulação do discurso democrático é a edição nº 4, na qual estão relatados os acontecimentos da *Revolta do Ferro's Bar*. O artigo principal, intitulado *Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar*, tem como ponto de partida a luta democrática que, neste caso, é contra o autoritarismo dos donos do bar, que impediam as militantes do *GALF* de vender o boletim e, conseqüentemente, tolhiam os diálogos políticos delas, como pode-se observar, no trecho abaixo, que foi estabelecida uma relação entre a postura do dono do bar com o autoritarismo estatal:

Por fim, a vez do dono. Cercado por jornalistas, lésbicas não-militantes ou do Galf e pela vereadora Irede Cardoso o dono é obrigado a discutir suas atitudes – uma prática democrática à qual não parece estar muito acostumado. Afinal, vivemos no Brasil. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 3)

A partir do ocorrido, elas apresentaram indícios da sua perspectiva sobre a luta democrática. Como já comentado anteriormente, as integrantes do *GALF* apostavam na militância autônoma portanto, para elas, a luta democrática não é posse de uma vanguarda “iluminada” e, nesse sentido, as conquistas se dão a partir da ação coletiva.

Findo o episódio, Irede dá um viva à democracia.

Qual democracia? Para nós, do Galf, sua definição transparece na complementação que Rosely faz à Irede: “ela só voltou atrás por causa da nossa força, da nossa união. A democracia neste bar só depende de nós!”

Por acreditar nesta democracia, sem lideranças, sem vanguardas e sem elites, é que continuamos a lutar para que todas as lésbicas se expressem e lutem pelos seus direitos. À maneira de cada uma. Acreditando em nossa autonomia individual, mesmo que participemos dos mais diversos grupos. (Idem)

Segundo esse trecho, o sentido da luta democrática, construído pelo grupo, procurava garantir a livre expressão das identidades lesbianas e de seus direitos, vinculando, dessa forma, o discurso democrático com uma existência lésbica livre, bem como dos outros grupos oprimidos. Ao fazer essa ligação, elas apresentam uma crítica aos movimentos de esquerda, uma vez que eles, em seus discursos, construíam uma hierarquização entre as lutas maiores (tidas como lutas de caráter estrutural) e as menores (tidas como lutas no campo da cultura e dos costumes). A contestação delas, visa demonstrar que, na verdade, são as duas faces da mesma moeda. Mas, apesar dos desencontros táticos entre os partidos e o *GALF*, elas buscavam construir boas relações, principalmente com o PMDB, PT e PDT, por compreenderem que “nossas lutas se cruzam em alguns pontos essenciais, como é o caso da luta pelas liberdades democráticas” (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2), evidenciando que elas também perspectivaram a

derrubada do regime, compreendendo que a luta democrática não era restrita aos instrumentos tradicionais de luta:

A militância pela democracia não se restringe mais aos trabalhadores, seus sindicatos e seus partidos políticos, mas se estende ao cotidiano: às ruas, aos bares, às escolas, ao trabalho, às camas, aos jardins, aos mercados... Em suma, ao dia-a-dia mais “corriqueiros e banal” de todas(os) cidadãs(ãos). É assim que esperamos ir construindo a verdadeira democracia e o verdadeiro socialismo. (Idem, p. 3)

É importante ressaltar que, ao longo do boletim, é falado muito pouco sobre o regime em si, pois o foco de seus textos é muito mais trabalhar com a conscientização de lésbicas, do que trabalhar as questões conjunturais, que aparecem nas brechas, com um humor didático, como no comentário feito sobre o dono do Ferro’s. Nesse sentido, o *ChanacomChana* não desenvolve de forma recorrente sobre as mobilizações da oposição ao regime. Por exemplo, as mobilizações pelas *Diretas Já* são tratadas muito rapidamente na edição nº 9, no artigo a *Homossexualidade na Constituição*, que abre a série de artigos especiais sobre a Constituinte. Sobre as mobilizações das *Diretas Já*, comentam:

Em 1984, tivemos a oportunidade de nos envolver na luta pelas Diretas-Já, sonho possível traído pelo Congresso Nacional. As Diretas-Já significava a vontade de votar, de expressar pensamentos e sentimentos através do voto, interferindo nos rumos do país pela escolha do Presidente da República. O voto poderia significar o último suspiro do regime militar e de toda camarilha que o sustentava, propiciando a entrada numa democracia que se queria plena. A luta pelas Diretas-Já despertou em muitas de nós o interesse pelos assuntos nacionais. A vontade de participar, de interferir, foi manifestada por milhões, nos comícios e passeatas realizados por todo o Brasil. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 16)

Nesse trecho, é explicitado a participação delas nas manifestações e isto as aproximou do debate nacional, tanto que passaram a discutir mais ativamente uma intervenção no processo da Constituinte. Assim sendo, aponta-se que as transformações em curso durante a década de 1980 animaram os movimentos sociais como um todo, pois passaram a ter perspectiva de também serem parte dessas mudanças em curso, com destaque para as articulações realizadas para a Constituinte. Ainda, é preciso reconhecer o legado deixado pelos movimentos dos anos 1960, na demanda de reivindicação pela participação, palavra que passou a incorporar o léxico político popular (PATEMAN, 1992, p. 9), inspirando os setores sociais a se mobilizarem na intervenção do processo em curso, na garantia de direitos. Como se pode ver, através da série de artigos do *ChanacomChana* sobre a Constituinte, as editoras procuravam motivar suas leitoras a serem participantes nesse processo, convocando as mesmas a encaminharem propostas para a caixa postal do grupo, concomitantemente, elas apresentavam as suas reivindicações. Abaixo, transcrevo a parte final do artigo:

E NÓS, LÉSBICAS COM TUDO ISSO?

A impossibilidade dos movimentos sociais de terem representantes próprios na Assembleia Constituinte certamente tende a torná-la menos representativa e democrática. Mas, para que nós, mulheres lésbicas, não nos sintamos, mais uma vez, excluídas, penso que é o momento de agirmos na busca de um item na Constituição de 87 contra a discriminação à homossexualidade. Tendo uma ou mais propostas de inserção deste item na Constituição, poderemos só votar nos candidatos que levarem a nossa proposta, entre outras de conteúdo mais libertário. A hora é de, em grupo ou de forma individual, procurarmos formular propostas. Para isto, podemos organizar debates sobre a questão da homossexualidade na Constituição, consultarmos advogadas(os) para descobrirmos as formas possíveis de inserção de um item neste sentido.

Tentar é mais do que preciso, e imprescindível, vital. A resolução dos problemas individuais passa pela luta coletiva. Sem esta, a discriminação e preconceito se perpetuam. A Constituição pode ser um instrumento a ser utilizado contra as discriminações que sofremos em todos os lugares.

Independentemente de sermos ou não bem sucedidas, nesta luta, ter uma ou mais propostas concretas significará uma grande vitória, pois a partir delas poderemos discutir abertamente, com outros setores da sociedade, a questão do lesbianismo e da homossexualidade de uma maneira geral. É com informações, através de debates amplos, utilizando os meios de comunicação disponíveis, tentando o apoio de sindicatos, partidos e associações de bairro, entre outros setores da sociedade, que poderemos, a médio prazo, ir mudando os costumes. Então, vamos a luta!

Quem tiver propostas ou sugestões, escrevam para a nossa Caixa Postal: 62.618, cep 01150, SP. No próximo nº do Chana, continuarei a escrever sobre o tema, publicando as sugestões enviadas. Como isto será só em 86, desejo que o próximo ano seja mais prazeroso, mais gostoso e menos enrustido para todas nós.

Até mais. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 19)

Destaca-se esse excerto, pois ele apresenta de forma explícita às intenções das militantes do *GALF* em se envolverem com os debates da Constituinte. Percebe-se que o movimento se dividia em dois âmbitos: o jurídico e o dos costumes. No campo jurídico, reivindicavam, principalmente, a inclusão de um item legal que condenasse a discriminação, uma necessidade de proteção que, ao mesmo tempo, representa o reconhecimento a livre orientação sexual como um direito. No campo dos costumes, se destaca o papel que elas atribuem as mobilizações em torno da elaboração de uma nova Constituição, a fim de favorecer uma ampliação do debate sobre a sexualidade com os diversos setores da sociedade, buscando informar para desconstruir os preconceitos e discriminações voltadas às sexualidades dissidentes. Ao reconhecerem essa dimensão dos costumes, elas atentavam para uma questão: a ditadura, apesar de ter mobilizado a repressão sexual na base do seu discurso, não fundou em si os preconceitos, afinal, eles têm raízes profundas na estrutura e mentalidade da sociedade. Por esse motivo, reconheciam a luta contra duas ditaduras: a civil-militar e a heterossexual. O *GALF*, juntamente com o *GGB*, o Triângulo *Rosa* e a *Frente de Liberação Gay*, de Santo André, na busca de garantirem o direito à livre manifestação dos estilos eróticos-afetivos de vida (CHANACOMCHANA, 1986, p.13), construíram uma proposta de três pontos para serem trabalhadas nessa luta:

a) A nossa questão não é privada, para ficar somente entre as 4 paredes do quarto, mas é pública, porque nos afeta em todos os lugares. Se nos "enrustimos", temos que viver mentindo, fingindo, tendo uma dupla vida, o que é muito doloroso e desgastante, sem dizer os danos psíquicos, afetivos e sexuais que esta atitude pode gerar. Se tentamos colocar nossas vivências sem vergonha ou culpa, da maneira o mais natural e espontânea possível, há o risco da perda do emprego, do carinho dos familiares e dos amigos. Por isso é fundamental criarmos condições agradáveis de sermos nós mesmos em todos os lugares, sem excessões; b) As vivências homossexuais questionam a ditadura heterossexual enquanto única possibilidade de se ter prazer e enquanto único estilo de vida válido. As homossexualidades colocam a possibilidade da sexualidade não estar vinculada a reprodução e do direito de dispormos dos nossos corpos como bem entendemos, escolhendo os estilos de vida que mais nos agradam; c) Uma sociedade verdadeiramente democrática não pode comportar nenhuma espécie de violência aos direitos humanos. E viver e ter prazer com quem se deseja é um destes direitos básicos. Democracia não é apenas votar mas é aprender a conviver com as diferenças e criar espaços para que estas diferenças se desenvolvam, sem juízos de valor hierárquicos como as denominações normal/anormal, inferior/superior criam e recriam. (Idem)

Esses pontos formulados, evidenciam a sobreposição entre a construção de uma sociedade democrática com as liberdades sexuais. Quando apontam essas questões, não estão falando apenas do regime brasileiro do período, estão manifestando, também, a crítica a todos os autoritarismos que reprimem a sexualidade, por caracterizarem, inclusive, nos regime de esquerda, essa repressão. Constatavam a necessidade de luta contra essas duas ditaduras, que, interseccionadas, atingem as pessoas fora da norma heterossexual, causando inúmeras violências as quais impactam as suas vivências e sobrevivência. Nesse sentido, se identifica a construção de um discurso no *ChanacomChana* que imbrica essas estruturas de dominação – regime antidemocrático e ditadura heterossexual – e em sua oposição aos processos de resistência.

Essas constatações, abrem diálogo com o estudo realizado pela lesbofeminista Ochy Curriel, *La nación heterossexual* (2013), no qual ela investiga a Constituinte na Colômbia em 1991. Nele, a autora desenvolve seu pensamento como instrumentalidade interseccional, expondo, em sua escrita, as similitudes entre a família nuclear heterossexual e a nação (AKOTIRENE, 2019, p. 87). Por este motivo, encontro neste trabalho um “sul” para a construção de hipóteses.

Para Curriel (2013), as bases do Estado-nação são amparadas por instituições, como a família, a maternidade, o casal heterossexual, o direito masculino e patriarcal, o privilégio de representação dos homens (brancos), a herança e a filiação (p. 84). Nesse sentido, os pactos sociais exercidos, no intuito de afirmação de uma nação, dependem da imposição patriarcal da heterossexualidade, uma vez que os pactos sociais construídos, nesses marcos, visam garantir o direito dos homens sobre as mulheres, sendo que a unidade desta para a autora é uma ficção, produto da hegemonia de forças políticas e

sociais, divididas pela raça, sexo e classe, estabelecendo-se como base para a criação dos pactos sociais das sociedades modernas (Idem, p. 91). Destaco esses elementos, pois, nessa perspectiva, a fundação de um projeto de nação, constituído nos marcos de um pacto social, tem a *heterossexualidade compulsória* como organizadora da vida social e sexual. Isso se vincula com a visão das militantes do *GALF* e editoras do *ChanacomChana*, as quais compreendiam que a sua luta democrática não encerrava na derrota da ditadura civil-militar, uma vez que a ditadura da heterossexualidade seguia organizando a sociedade como um todo.

As feministas, seja no Brasil ou na Colômbia, foram um segmento com uma atuação consistente nas Constituintes, na proposição de políticas que garantissem o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, uma vez que as antigas Constituições tratavam as mulheres como “cidadãs de segunda classe”. Evidentemente que essas articulações foram muito importantes para o avanço dos direitos das mulheres, no entanto, em uma perspectiva lesbofeminista, é preciso fazer emergir o fato de que o questionamento à heterossexualidade foi algo distante nesses debates. Como já demonstrado anteriormente, o movimento feminista tinha barreiras em estabelecer a crítica nos termos da *heterossexualidade compulsória*. No entanto, como aponta Curriel (2013), é preciso compreender que elaborar uma nova constituição, um novo contrato, exige negociação entre as forças sociais e políticas, em busca da construção de um consenso. Para tal, ocorre o agenciamento dos grupos subalternizados através de uma inclusão parcial, enquanto os que possuem vantagens são os grupos que sustentam o poder político, econômico, social, sexual e racial (p. 83). Na análise estabelecida pela autora, as feministas, nesse processo de negociação, procuraram a inclusão, não questionando as bases de sustentação do ideal de nação. Por isso, uma articulação que colocasse em xeque a *heterossexualidade compulsória* ficou do lado de fora das mesas de negociação na elaboração de um novo pacto social.

Isso nos ajuda a entender o porquê as proposições elaboradas pelo *GALF*, *GGB*, *Triângulo Rosa* e *Frente de Libertação Sexual*, de Santo André não encontraram ecos nem aliadas/aliados na Assembleia Nacional Constituinte. Em razão disso, apontavam para a necessidade de disputar os diversos setores sociais no campo dos costumes, uma vez que, na perspectiva delas, não era necessária a agência das instituições para colocar transformações em cursos, compreendendo, também, os limites institucionais, para que infiltrassem as posturas e discursos para enfrentar a *heterossexualidade compulsória*.

Sendo assim, a partir da análise do *ChanacomChana*, constato três possibilidades de uma articulação com as premissas da interseccionalidade, com as ideias expressas no boletim. A primeira, está contida nas reflexões realizadas no boletim sobre a condição lésbica, que as editoras consideravam ser uma “dupla opressão”, por serem mulheres e homossexuais, onde narram os entrecruzamentos que produzem as experiências vivenciadas pelas lésbicas, revelando a especificidades das violências e discriminações enfrentadas por elas. Ao discutirem essas questões, foram identificando a multiplicidade de vivências lésbicas, como já comentado anteriormente, possuindo um entendimento plural sobre a identidade lésbica, já que esta também é imbricada com outras identidades.

Uma segunda interlocução entre as ideias expressas no *ChanacomChana*, com a perspectiva interseccional, é a crítica ao feminismo hegemônico da época, por não abarcar a diversidade de mulheres em suas pautas e discussões. Essa ausência provocou diversos atritos entre o feminismo hegemônico, feministas negras e lésbicas. A compreensão universalista afastava a compreensão da diversidade de violências e discriminações, que atravessam mulheres negras e lésbicas. Sendo assim, são muitas as vezes que, em contraposição a esse discurso, que as editoras do boletim expressam a necessidade de as lésbicas lutarem ao lado dos setores oprimidos, pois a sua própria emancipação só é possível conjuntamente com esses setores, uma vez que entendem que as suas opressões são alicerce para a sociedade.

Em terceiro, aponto para articulação presente no discurso estabelecido no boletim, a qual entrelaça a discussão das liberdades democráticas com as liberdades sexuais. As ideias apresentadas ao longo das edições, reforçam o entendimento de que a democracia só seria alcançada quando não houvesse mais formas de discriminação. A heterossexualidade imposta, seja pela religião, família ou Estado, no entendimento delas, são formas de autoritarismo por si só. Sendo assim, para elas, a construção de uma luta contra a discriminação à sua sexualidade se vincula diretamente com a derrota da ditadura, seja a dos generais ou a da heterossexualidade. Essa concepção não se expressa somente através dos textos, mas, também, a partir da atuação que o *GALF* constituiu durante o período de redemocratização, na qual procurou, em conjunto com outros movimentos, denunciar arbitrariedades e propor novos horizontes para a superação da homofobia e lesbofobia na política institucional e na conscientização da sociedade. Para elas, o fim do regime militar e a redemocratização geravam um horizonte de expectativa para seguir na luta, para a conformação de um regime democrático que, de fato, não existisse mais espaço para as diversas formas de opressão e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como levantado ao longo desse trabalho, o ativismo lésbico, no Brasil, durante a década de 1980, foi radical em suas bandeiras em defesa dos direitos das lésbicas, assim como dos grupos entendidos como minorias, ao mesmo tempo em que participou ativamente das mudanças em curso naquela década. Em um contexto de abertura política, os diversos setores sociais se mobilizaram pelo fim da ditadura civil-militar e disputaram a garantia de direitos que antes eram negados. De mesma forma, o movimento homossexual e lésbico foi se formando durante os anos 1980, surgindo com o objetivo de questionar a sociedade como um todo, a discriminação e violência perpetuada, seja pelo Estado, em casa ou nas ruas.

O *GALF*, localizado na cidade de São Paulo, buscou amplificar as vozes lésbicas em defesa de seus direitos e contra a discriminação. Teve em seu boletim, o *ChanacomChana*, um canal de diálogo e difusão de suas ideias, através do qual, também, registrou as mobilizações e resistências, nas quais as lésbicas paulistanas se inseriram. Através da investigação do histórico do grupo, juntamente com a análise do *ChanacomChana*, construí a hipótese sobre a intersecção entre a luta democrática e a luta pelas liberdades sexuais.

No primeiro capítulo, busquei destacar o contexto no qual lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estavam inseridos, investigando as políticas sexuais da ditadura civil-militar brasileira e as formas de resistência à ditadura. Nesse sentido, foi verificada as formas pelas quais o regime antidemocrático contribuía para o cerceamento da liberdade sexual, pois as sexualidades e identidades de gênero dissidentes representavam uma ameaça ao projeto de nação almejado pelos grupos instalados no poder entre 1964 e 1985. Não à toa, ao se formarem as primeiras organizações do movimento homossexual, no final da década de 1970, elas adotaram a pauta da luta democrática e se colocaram na oposição à ditadura. Encontra-se, tanto na história de grupos, como Somos, e através da Imprensa Gay, como o jornal *Lampião da Esquina*, a intenção de aproveitar os ventos mais democráticos para questionar a discriminação que vinha da sociedade, como um todo, e por parte do Estado.

Também na segunda metade dos anos 1970, o movimento negro e feminista se rearticulam, se tornando relevantes interlocutores do movimento homossexual. No contexto paulistano, essa relação pode ser evidenciada a partir das manifestações contra

as ações da polícia militar na *Operação Limpeza*, cuja prendia arbitrariamente gays, lésbicas, travestis, negros/as e prostitutas, sob a justificativa de limpar o centro da cidade. Em resposta, estes movimentos se unificaram para denunciar e protestar contra a violência policial, organizando passeatas, participando de audiências e denunciando em seus próprios meios de comunicação. Essa aliança, mesmo cercada de vários atritos, permite perceber a articulação das ditas “minorias”, para lutarem pela garantia de seus direitos e contra as arbitrariedades do Estado. Essas conexões, estabelecidas entre os movimentos, foram encontradas em textos presentes no *ChanacomChana*, evidenciadas através das informações de ações conjuntas ou da defesa de uma perspectiva de que as lutas dos oprimidos precisam se aliar, visando a transformação.

O *GALF* constituiu sua militância a partir da articulação de uma identidade política lésbica, que, em sua perspectiva, era entendida não apenas como uma prática sexual-afetiva, mas, também, como uma postura política, uma revolta. Isso fica evidente nos artigos do *ChanacomChana*, que buscam discutir a lesbianidade, onde se nomear lésbica é algo importante para afirmar a existência, denunciar a “dupla opressão” e articular uma identidade que permita organizar essa rebeldia. Compreendo que, por esse motivo, em diversas edições, as militantes do *GALF* procuram sempre reafirmar e explicar no *ChanacomChana* os motivos da escolha de se nomearem abertamente lésbicas e feministas.

A partir dos artigos comemorativos de aniversário do *GALF*, presentes no *ChanacomChana*, e dos textos memoriais, presentes no site *Um Outro Olhar*, podemos reconstituir a trajetória do grupo. Destaco, dessa trajetória, quatro tipos de intervenção do *GALF*. Em primeiro, a participação em encontros estaduais, nacionais e internacionais dos movimentos homossexual, feminista e lésbico, por onde as militantes ampliavam sua rede contatos, propondo articulações políticas e disputas pela integração das pautas das lésbicas, principalmente nos encontros feministas. Segundo, entendo como uma atuação relevante do grupo a discussão com as feministas da época, sobre a integração das lésbicas no movimento, em que, apesar dos inúmeros atritos, o *GALF* se manteve atuante e propositivo dentro dos espaços feministas, tendo como um eixo relevante para seu engajamento o combate à violência e a tentativa de infiltrar no feminismo à crítica a heterossexualidade. Em terceiro, vi com muita potencialidade a inserção ativa dessa organização nas campanhas realizadas pelo movimento homossexual, em nível nacional, nas quais interpreto as ações do *GALF* com bastante relevância, evidenciando uma rede de contatos qualitativa para realização de ações coordenadas. Por último, a promoção da

visibilidade lésbica, seja através da aparição pública, em eventos e até mesmo na TV, ou pela publicação do boletim *ChanacomChana*, que, de forma positiva, representou as lésbicas, combatendo os estereótipos criados pela lesbofobia enraizada no imaginário popular, além da propaganda feita pelos meios de comunicação e também pelo Estado.

Estudando a trajetória do *GALF*, pude perceber que a suas histórias e narrativas ainda estão em construção. Pois, após as investigações feitas pela Comissão da Verdade de São Paulo, com o recorte das sexualidades e identidades de gênero dissidentes, a memória sobre a trajetória do grupo tem sido tensionada – entre aquelas que carregam seu legado – e explorada na pesquisa acadêmica com mais afinco. Ou seja, este trabalho está inserido em um momento no qual pesquisadoras e pesquisadores têm evidenciado as narrativas lésbicas insurgentes no momento de redemocratização do Brasil, onde o *GALF*, suas militantes e o *ChanacomChana* são tomados como “monumento” para a resistência lésbica no país, sendo, inclusive, as datas comemorativas do movimento atribuídas a esses movimentos.

O boletim *ChanacomChana*, como levantado nessa pesquisa, é um pioneiro instrumento pelo qual as lésbicas puderam se auto-representar. O projeto, foi uma continuidade da experiência que algumas militantes do *LF* tiveram em produzir uma matéria sobre lesbianismo, para o *Lampião da Esquina*, em 1979. Então, lançaram uma edição em formato tabloide, em 1981. Naquele mesmo ano, o *LF* deixaria de existir e o *ChanacomChana* entra em hiato. O *GALF* se forma ao final de 1981, com ex-integrantes do *LF* e novas ativistas, que, em 1982, voltam a editar o *ChanacomChana*, agora, em formato de boletim, que duraria ao longo de suas doze edições. De 1981 a 1987, o boletim *ChanacomChana* circulou nas mais diversas regiões do país, como pode ser evidenciado a partir de sua seção de cartas, procurando abordar assuntos específicos das mulheres lésbicas e, de igual forma, suas edições também refletiam assuntos que tangiam as questões das mulheres heterossexuais, de gays, travestis e transexuais. Houve, também, uma reflexão sobre as questões raciais, que, no entanto, não tinham tanta profundidade, quanto possuíam com os outros já mencionados. Em suas páginas, procuraram representar uma identidade lesbiana plural, sempre reforçando que não existia um jeito único de ser lésbica, fazendo isso através de entrevistas, nas quais traziam perspectivas diversas sobre a vivência e experiência lésbica.

Identifico, também, que além de um instrumento de visibilidade, o *ChanacomChana* foi um ferramenta de politização das lésbicas daquela época. Através de seus artigos, apresentaram de maneira simples e acessível conceitos políticos em voga,

como, por exemplo, a questão dos grupos autônomos que criticavam a estrutura partidária e também desenvolviam e divulgavam a teoria lésbico-feminista. Somado a isso, a seção de informes (renomeada de “Em Movimento” a partir da edição nº 9), compartilhava com suas leitoras informações sobre as ações desenvolvidas pelos diversos movimentos, mas, principalmente, o feminista, homossexual e lésbico, no Brasil e no mundo. Isso permitia, ao seu público, ter uma visão sobre os processos de resistência em curso, incentivando o engajamento. Para essa pesquisa, procurei demarcar as discussões realizadas através dos textos do *ChanacomChana* acerca da luta democrática, evidenciando como o *GALF* se inseriu nos processos da abertura política no país. Em sua perspectiva, o debate democrático deveria contemplar, além das liberdades políticas, a liberdade sexual e o fim das diversas formas de opressões. Nesse sentido, interpreto que as editoras do *ChanacomChana* estabeleceram em seu discurso uma intersecção entre democracia e a liberdade de vivenciar a sua sexualidade, no entanto, reconheciam que as lutas democráticas em curso não seriam capazes de concretizar a tarefa de minar a discriminação sofridas por elas.

A partir do terceiro capítulo, construo a minha interpretação acerca das informações levantadas nos capítulos anteriores. Para tal, escolhi a interseccionalidade como chave para ler o boletim *ChanacomChana* e interpretar as questões nele exploradas, partindo do entendimento que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, que busca compreender a simultaneidade de opressões, as quais atravessam indivíduos e determinam suas experiências. Recorri as pensadoras do feminismo negro, como Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Kimberly Crenshaw, Audre Lorde, entre outras, para compreender o arcabouço teórico da interseccionalidade em suas aplicabilidades e limites. Além da compreensão teórica, é importante refletir sobre a dimensão prática da interseccionalidade, uma vez que sua elaboração visa ser um instrumento para a criação de políticas públicas, a fim de promover a garantia dos direitos humanos para mulheres racializadas, em sua formulação inicial, estendendo-se para os diversos corpos atravessados simultaneamente pelas vias do *hetero-cis-patriarcado*, racismo, colonialismo, capitalismo e capacitismo. Outra dimensão prática da interseccionalidade está no campo da mobilização política, em resistência aos efeitos e violências impostos pelas opressões estruturais da sociedade, em que, de igual forma, essa perspectiva tem sido adotada nos movimentos feministas, negros, indígenas e LGBTQIA+ como discurso que constrói pontes entre esses movimentos.

Ao ler as páginas do boletim, sob a lente que a perspectiva interseccional proporciona, foi possível estabelecer chaves interpretativas dos discursos vinculados no *ChanacomChana*, que exponho no item final do terceiro capítulo. As críticas destinadas ao movimento feminista hegemônico, a forma pela qual compreendiam a “dupla opressão” e a identificação da necessidade de uma resistência articulada entre as ditas “minorias”, são os aspectos mais evidentes da interpretação interseccional do boletim. Porém, vi, através da análise interseccional, a forma como era construída a relação entre democracia e liberdades sexuais, partindo do reconhecimento da política sexual repressora do regime civil-militar e da atuação do *GALF* no processo de redemocratização, a sua maneira, propondo outras formas de se pensar o ativismo e mobilizando as suas reivindicações específicas. No entanto, é importante considerar que na concepção dessas lésbicas, derrotar a ditadura era um passo de uma longa caminhada para se construir em uma sociedade democrática, em que as pessoas não fossem discriminadas por sua sexualidade e por suas diferenças.

Sendo assim, a partir do que foi exposto ao longo deste trabalho, é viável apontar como as lésbicas atuantes no *GALF*, bem como o movimento homossexual, construíram, em sua primeira década, uma trajetória impactada pela luta pela redemocratização em curso, no Brasil. A articulação com a luta democrática, foi necessária, pois, o regime autoritário tinha como uma de suas bases de sustentação a repressão às sexualidades dissidentes. Ao escreverem para o *ChanacomChana*, suas editoras relacionavam o cenário político nacional com a ditadura da heterossexualidade imposta as mulheres, que desencadeava a violência, isolamento e discriminação dirigidas as lésbicas.

O *GALF* e o movimento lésbico brasileiro, ao longo da década de 1980, abriram as trincheiras que dão base às reivindicações das lésbicas, até os dias de hoje, principalmente no que diz respeito à garantia da cidadania e da dignidade humana. Muitas das reivindicações construídas pelo movimento lésbico, nesse período, continuam sendo atuais, como a proteção contra a violência, o reconhecimento da família e parentalidade homoafetiva e políticas de saúde. Os poucos avanços e garantias que as mulheres lésbicas conseguiram, na história recente do país, não seriam possíveis se essas mulheres não tivessem “na cara e na coragem” enfrentado o regime autoritário e denunciado os preconceitos enraizados na sociedade.

Essa pesquisa foi construída em diálogo como outros trabalhos acadêmicos que refletem sobre o histórico de luta e resistência do movimento LGBTQIA+, para a conquista do direito de existir e de cidadania, que tem como um dos objetivos “tirar do

armário” essas trajetórias e recuperar pautas desta comunidade que ainda são necessárias, principalmente quando encaramos a realidade cotidiana da discriminação, violência, falta de políticas públicas e, inclusive, da ausência das estatísticas⁸⁴. Ao ler o *ChanacomChana*, encontrei reivindicações que ainda tem eco no presente.

Em diversos artigos do *ChanacomChana*, o tema do combate à violência discriminatória é muito frequente, onde, também, foram denunciados múltiplos agentes de agressões às lésbicas, em específico, bem como a todos os grupos entendidos como “minorias”. E esta segue sendo uma das grandes reivindicações dos movimentos LGBTQIA+ e lésbico no Brasil, em especial, porque ainda há um grande “atraso” para que haja algum instrumento que combata essas violências e discriminações. Essas reivindicações são exigidas por esses movimentos desde a época Assembleia Nacional Constituinte, sendo alcançada – de forma bastante frágil – apenas em 2019, através de um entendimento jurídico do Supremo Tribunal Federal (STF) que equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo⁸⁵. Destaca-se essa questão, pois, o Brasil, na atualidade, é considerado um dos países mais violentos para pessoas LGBTQIA+, ainda mais quando se observam as intersecções de gênero, raça e sexualidade. O imbricamento dessas violências, fica explícito quando observamos o caso de Luana Barbosa, a quem este trabalho é dedicado. Luana era lésbica, negra, mãe e periférica da cidade de Ribeirão Preto (SP), que foi espancada pela polícia, no trajeto entre sua casa e a escola do filho, no ano de 2016. O caso é sintomático da gravidade da violência racista, machista e lesbofóbica no Brasil (PERES, SOARES & DIAS, 2018, p. 54).

Articular uma história engajada, que olha para o passado para refletir questões do presente, neste sentido, diz respeito a apontar uma importante tarefa da nossa ainda jovem democracia que tem urgência de acontecer: garantir às lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexos e bissexuais cidadania plena em suas especificidades, protegendo da violência, bem como garantindo o acesso à educação, moradia, saúde e emprego. Por isso, tornar essas narrativas visíveis, através da pesquisa histórica, é uma tarefa muito importante, com a qual este trabalho procurou contribuir.

⁸⁴ São poucos os órgãos públicos que coletam informações sobre identidade de gênero e sexualidade, tão pouco, dados são levantados nos censos. O que existe, são iniciativas não vinculadas à políticas públicas e, sim, ao ativismo político. Dessas iniciativas, destaco o *Relatório de Mortes Violentas de LGBTQIA+ no Brasil*, organizado pelo GGB, o *Dossiê de Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais*, feito pela ANTRA e o *Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil* (2018,) realizado pelas pesquisadoras Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias.

⁸⁵ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> (acessado em 07/10/2022).

REFERÊNCIAS

FONTES:

Audiovisual:

A PRIMEIRA passeata. Produção de Marcos Targino. São Paulo: Tv Usp, 2018. (5 min.), color. Série LGBTs no Regime Militar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vS8qi_oDkGE&t=3s&ab_channel=CanalUSP. Acesso em: 19 jun. 2021.

MULHERES de Luta - Ep. 11: Lésbicas. Direção de Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis: Legh, 2019. (11 min. 35 seg.), color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UqhfAaKtpbM&t=340s&ab_channel=G%C3%AAneroeHist%C3%B3ria. Acesso em: 19 nov. 2021.

Periódicos:

CHANACOMCHANA. São Paulo, jan. 1981.

CHANACOMCHANA. São Paulo, dez. 1982.

CHANACOMCHANA. São Paulo, mar. 1983.

CHANACOMCHANA. São Paulo, jun. 1983.

CHANACOMCHANA. São Paulo, set. 1983.

CHANACOMCHANA. São Paulo, maio 1984.

CHANACOMCHANA. São Paulo, nov. 1984.

CHANACOMCHANA. São Paulo, abr. 1985.

CHANACOMCHANA. São Paulo, ago. 1985.

CHANACOMCHANA. São Paulo, dez. 1985.

CHANACOMCHANA. São Paulo, jul. 1986.

CHANACOMCHANA. São Paulo, dez. 1986.

CHANACOMCHANA. São Paulo, fev. 1987.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, abr. 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, maio. 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVAREZ, Sonia E. et al. **ENCONTRANDO OS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS.** Estudos Feministas,, Florianópolis, v. 11, n. 360, p. 541-575, dez. 2003.

ARUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, [S.L.], v. 1, n. 23, p. 33-58, Não é um mês valido! 2015.

BACCI, Irina Karla. **As vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **TRAJETÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo**. 2019. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Dissertação Apresentada Ao Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas Vol. 1: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Tradução Sergio Paulo Rouanet

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a lgpts durante a ditadura militar no brasil. **Revista Periódicus**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 127-150, 17 jan. 2016. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i4.15428>.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. **Archeion Online**, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 103, 30 dez. 2017. Portal de Periódicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2017v5n4.36268>.

CAETANO, Marcio *et al* (org.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão/Rio Grande: Copiart/Furg, 2018.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no brasil - 1979-2001**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana,, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica:: movimento homossexual e a luta pela despatologização da homossexualidade no brasil. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores velhos e novos desafios**, Florianópolis, p. 1-15, jul. 2015.

CARRERI, Marcio Luiz. **Agulha no palheiro:: o anarquismo nos livros didáticos**. Londrina: EdueL, 2008.

COLLINS, Patricia Hill (2014), “Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?”. Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. **Cadernos Pagu**, [S.L.], v. 175118, n. 51, p. 1-23, 18 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 1-20, 19 fev. 2013. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>.

- CRENSHAW, KIMBERLÉ. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas [online]. 2002, v. 10, n. 1, pp. 171-188. <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>
- CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA.Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (cone sul 1975-1988)**. 2016. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. Uma História do Feminismo no Brasil por meio do humor gráfico (1976-1984). In: WOLFF, Cristina Sheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019.
- CURRIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica e En La Frontera, 2013.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução Heci Regina Candiani.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo:: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista:: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81-125, set. 2003.
- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Ed. Edufscar, 2014. p. 125-148.
- _____. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N. *et al* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.
- FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Ed. Edufscar, 2014. p. 13-16.
- FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Experiências feministas narradas no espaço virtual: debates sobre interseccionalidade e feminismo negro. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais: REALIS**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 148, 9 dez. 2018. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2179-7501.2018.236484>.
- RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. **Sem Título**, Florianópolis, v. /, n. /, p. 1-46, 2012. Tradução de Felipe Bruno

Martins Fernandes Revisão de Miriam Pillar Grossi. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>. Acesso em: 20 out. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização: Flavia Rio, Márcia Lima.

GREEN, James N. O Grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Ed. Edufscar, 2014. p. 177-200.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. Introdução. In: GREEN, James N. *et al* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 17-24.

_____. Apresentação. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Ed. Edufscar, 2014. p. 11-12.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça** - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social* [online]. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>

IHLIA LGBT HERITAGE. **ILIS Timeline**, 2018.

IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura:: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Sheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 185-208.

KINZO, Maria D'Alva G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 3-12, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392001000400002>.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”**: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). 2021. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e a redemocratização. In: ENCONTRO ESTADUAL ANPUH-SP, 24., 2018, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: Unifesp, 2018. p. 1-13. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1531864276_ARQUIVO_ARTIGOANPUH_JULIAKUMPERA.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (brasil, 1979 - 2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LESSA, Patrícia. O que a história não diz não existiu. **Em Tempo de Histórias**, [S.L.], n. 07, p. 1-8, 7 fev. 2011. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/emtempos.v0i07.20136>.

LORDE, Audre. **Textos Escolhidos de Audre Lorde**. [S.I.]: Herética Difusão Lesbofeminista Independente, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 111-154.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N. *et al* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MARTINHO, Miriam. **Tributo a Rosely Roth**, pioneira da visibilidade lésbica no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html#more>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARTINHO, Miriam. **Memória Lesbiana**: há 40 anos surgia o grupo lésbico feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. 2019.

MARTINHO, Miriam. **19 de agosto**: há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. 2019. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MARTINHO, Miriam. **Memória Lesbiana**: 40 anos do grupo ação lésbica feminista (GALF) entre fato e ficção. 40 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção. 2021. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARTINHO, Miriam. **Memória Lesbiana**: Miriam Martinho e o processo de produção dos boletins ChanacomChana e um outro olhar. Miriam Martinho e o processo de produção dos boletins ChanacomChana e Um Outro Olhar. 2021. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARTINHO, Miriam. **Memória Lesbiana**: há 39 anos era lançado o primeiro número do boletim ChanacomChana. 2021. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/12/memoria-lesbiana-39-anos-de-ChanacomChana.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARTINS, Larissa Pinto; CAETANO, Marcio; BRAGA, Keith Daiani da Silva; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. ChanacomChana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria: UFSM, v. 13, n. 2, p. 50-75, mai./ago. 2020.

MARTINS, Larissa Pinto. **CHANACOMCHANA É UM BARATO!** afetos e pedagogias na imprensa lésbica. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.

MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **ESCRITOS DE UNA LESBIANA OSCURA**: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires: En La Frontera, 2007.

- NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Ufsc**, [S.L.], v. 23, n. 35, p. 11-24, 16 set. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2016v23n35p11>.
- OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N. *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-90.
- OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A Homossexualidade feminina na História do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. In: **Les Online**, [Lisboa], v. 7, n. 2, 2015. p. 2-19.
- OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão?: resistência lésbica à ditadura civil-militar (1964-1985). **Periódicus: Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 6-19, mai/out 2017
- PATEMAN, Carole. TEORIAS RECENTES DA DEMOCRACIA E O "MITO CLÁSSICO". In: _____. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 9-34. Tradução de: Luiz Paulo Rouanet.
- PEDRO, Maria Joana. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 115-135.
- PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.
- PÉRET, Flávia. **A imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- PIOVEZAN, Adriane; FONTOURA JUNIOR, Antonio. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra rios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. **Anais [...]**. [S.L.]: UEM, 2015. p. 2407-2417.
- PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 80-96.
- QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. *et al* (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012. p. 17-44
- RIVER, Coletivo Combahee; PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simões. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 197-207, 10 jul. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159864>.
- RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay no Brasil. In: GREEN, James N. *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 237-253.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. In: **Revista Periódicus**, [S.L.], v. 1, n. 7, p. 102-116, 18 maio 2017. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i7.22275>.

SILVA, Tammy Amorim da. "O FEMINISMO VEIO PARA FICAR... NÓS NÃO VAMOS SAIR MAIS". In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 16-34.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Libertários na "Abertura". In: SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 81-116.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys: études féministes/ estudos feministas**, S/L, v. /, n. /, p. 1-64, jun. 2012. Anual.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do Conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, p. 86-107

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, jun. 2015.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista:: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-92.

WOLFF, Cristina Scheibe. NUNES, Alina. As mulheres na revolução: 1968 no Cone Sul. DAHÁS, Nashla. RIBERTI, Larissa Jacheta. JOFFILY, Mariana (Orgs.). **1968: Perspectivas desde o tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 13-29.

WOLFF, Cristina Scheibe; NUNES, Alina. A todo vapor: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 233-253.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. Feminismos plurais, mulheres de luta. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 8-15.

ANEXO A – CAPAS DO BOLETIM CHANACOMCHANA

Edição 0 – janeiro/1981



CHANACOMCHANA

ANGELA RO RO:

“NÃO ME ENVOLVAM EU ME ENVOLVO”

**ENTREVISTA
EXCLUSIVA**


Silvana

O homossexualismo ainda é um assunto obscuro, digo maldito, para a maioria das pessoas. Ele encontra-se situado no cruzamento do pecado com o preconceito.

Talvez por isto, poucos artistas se predisponham a falar sobre suas preferências sexuais. Equivaleria a colocarem-se sob o julgo inflacionário da opinião pública. Este parêntese é um desabafo pela nossa sociedade que possui uma absurda e arraigada tradição moralista, que propicia um “certo apício” às ações brutais e arbitrárias da polícia, vide operações de “super-Richetti” em São Paulo.

Mas, Angela Maria Diniz Gonsalves, vulgo Angela Ro Ro, é exceção. No bate-papo informal que constituiu esta entrevista, Angela fala com espontaneidade. Afinal, ninguém estava na confortável posição de crítico. De um lado Angela, de branco (era sexta-feira), decete e sorriso; e de outro Marisa, Maria Serrath, Silvana, Miriam, Cris e Conceição — 6 lésbicas então atuantes no GALE (Grupo de Ação Lésbica-Feminista), para as íntimas L.F.

Para esta cantora-compositora-pianista o sexo é uma coisa naturalíssima. Qualquer um. O praticado entre duas Mulheres. Entre uma mulher e um homem. Um homem com outro homem, e todas as possíveis variações.

Esta postura de Angela RoRo, nada discriminatória, é defendida de uma cidadela, construída ao longo de 30 anos. Tendo por base uma família classe média-alta, muita porralouqueira cultivada nos bares no baixo Leblon e um piano sempre aberto às últimas consequências da música e da vida.

GRUPO — **angela, nos seus shows observamos uma alternativa na relação artista-público. Há toda uma práxis contra a repressão. Todos se manifestam, existe um espaço aberto. Há inclusive muitas colocações suas literalmente lésbicas...**

ANGELA — Eu, honestamente, não falo àquelas loucuras no show intencionalmente (rindo) sai porque sai. Quando em maio de 79, frente a 350 pessoas, a maioria amigos, eu subi ao palco do Teatro Ipanema para dar início a um trabalho, meus pés, minhas mãos, meu corpo todo tremia. Eu estava tomada de emoção, muito comovida. O coração aqui (na boca). Não dava mais. Ai eu gritei — SO-CORRO!... e descobri que conversar ajudava a descontrair. Quando dei por mim estava no meio de uma história — da minha. Uma certa hora, eu ia usar o termo “a pessoa que eu amo”, mas lembrei que era um termo tão entendido, tão gay. Curti com a brincadeira dizendo no lugar “a mulher que eu amo”. No mais sou uma pessoa

com tendências mais homossexuais que heterossexuais.

GRUPO — **E este fato não é uma ameaça constante a sua carreira?**

ANGELA — Estipulei desde o início do meu trabalho, que se haveria alguém abrindo concessão, seria eu por estar trabalhando. A música é minha coisa mais sagrada, deixaria de ser se eu tivesse que me violar. Se alguém não quer, não gosta, fim. Não compre o disco e não vá ao show.

GRUPO — **O primeiro disco saiu cheirando a amor — muito romântico, e o segundo?**

ANGELA — Ih... o segundo disco cheira tanta coisa (risos). Neste disco gravei coisas dos outros e minhas. Sabe, há um ano que não componho. Isto não me apavora, mas me preocupa (risos). Eu sento no piano e não sei nada. Acho normal. Não posso ficar me forçando. Quando estou com vontade de tocar, lá pelas 4 da manhã, nunca acho um piano. Se acho, vou dar uma canja, não vou compor num bar, né?

GRUPO — **Como você situa Angela RoRo dentro do panorama da MPB? Ocupando uma ampla escala que vai de Dolores Duran à Rita Lee?**

ANGELA — Eu sou aquela que vai do B ao B — do bolero ao blue. Eu dos 8 aos 15 anos estudei piano erudito, até no jeito que eu toco rock o erudito está lá, é só pro-

Edição nº 1 – dezembro/1982

♀ CHANACOMCHANA

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA 1

MULHER de chuteira



FESTIVAL

tem

Mulher

NO PALCO

A QUESTÃO

DE HOMOSSEXUAL

Edição nº 2 – março/1983

havia nada a dizer a voce naquela tarde... a verdade não importa pra mim que foi... cil enfrentar a furia dos fascistas porque pra mim o

OP CHANACOMCHANA

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA

teba de jantar como se falassem... companheira mesmo que os mares se separem amada para enfrentar a minha como dizem imoralidade os... as ainda seremos nuas duas mulheres... lobos de prazer enquanto as areias: em... corpos querida adere a nossos lábios... ca de loba enquanto nossos corpos

Associação

Sandra

em minha vida foi assim... que disse quando

Mara

vidas a das

per a cor usada minha sexual am

donas-

«Bigode»

is que isso certamente

de-

ha cent igualmente o lobulo

nos la casa

grita forte e

discute

lesbianismo,

aberto...

inhe como dizem imoral

mento as areias em no

seus dedos passeiam

serias sexuais na

como a criação d

ato sexual polít

is e entre nos duas

im doce antes e d

is que como entre

ia o vôo minha a

apaga é desejo qu

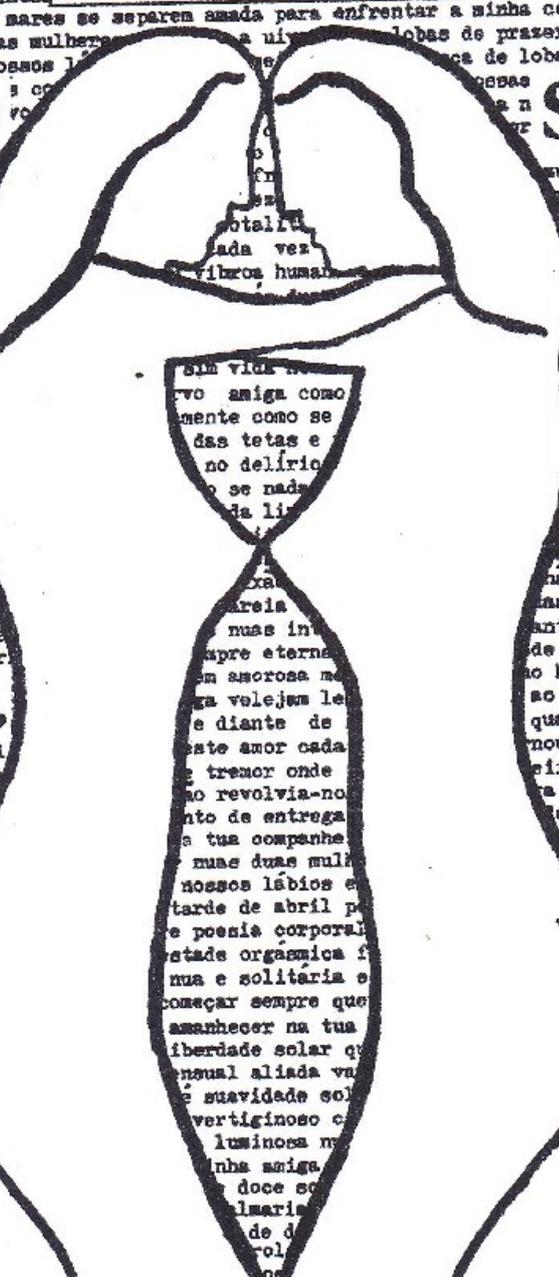
a tarde de abril

sta algo assim embor

ção dos sonhos menin

se hoje como enquant

ura vez sempre com



8 de março:

Dia Internacional da Mulher

etidas
onde
como
de das
apre c
a novas

em os ventos cada vez 2, ver a
nos mi-cerrad
as má s quando
este onde eno
amore plena sel
que feminino imaginario
la
na
and
ante
de este gesto aberto na ma
no hori novos
so sab desejos
quando da a di
mou ve: azada n
eiras carícias perto da in
a naquel livino que
e ser l com voce c
ares se para enf
ar oc de praxe
ernas bocetas e bundas
olh
da
i Alto
enquanto amar fe
e na madrugada as
so um corvo no ar
que é um fogo qu
a dizer a você n
oda a verdade caso
ades e entreté-la n
e da vida dádiva mi
você assim meu amor
piros momentos de gra
a nuas duas na praia
s como musica que era
u orgasmo revela a ex
so a qualquer tempo de
es lábios os pequenos
inha anada mulher amad
aquele a
ando em
c de mar
a manhã
seres m
lis dura

Edição nº 3 – 1983 (sem mês)



CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

3

GALF: A HISTÓRIA DE UM GRUPO DE MULHERES LÉSBICAS



edição de aniversário

Edição nº 4 – setembro/1983

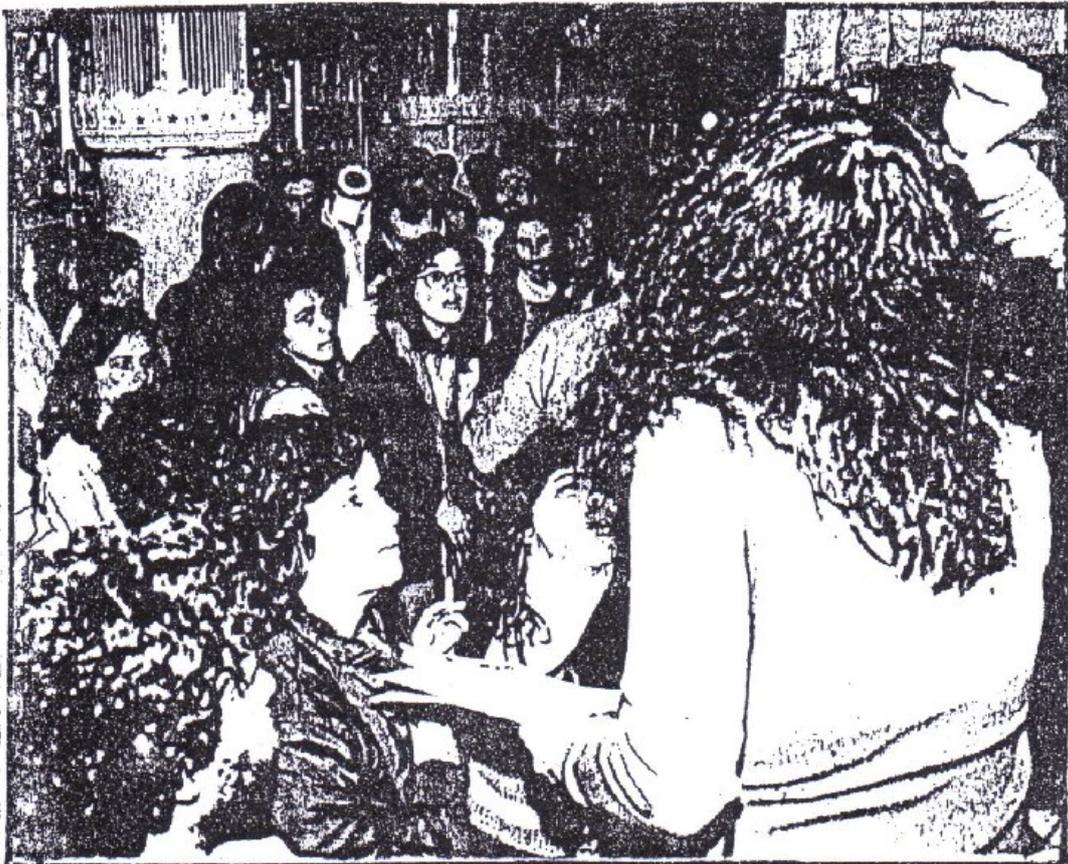


CHANACOMCHANA

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

4

FERRO'S BAR, DIA 19 DE AGOSTO: UMA VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO



A OPÇÃO
PELA
AUTONOMIA



'FIM DE CASO':
LÉSBICAS
NO TEATRO

Edição nº 5 – maio/1984



GRUPO
AÇÃO
LÉSBICA
FEMINISTA

CHANA COM CHANA 5



SER OU ESTAR HOMOSSE- XUAL ?

As lágrimas
amargas
de
Petra von Kant



DESARMA- MENTO NUCLEAR

Edição nº 6 – novembro – janeiro/1984-1985



CHANA COM CHANA

6

São Paulo

nov/dez/jan 1984/85

R\$ 1.000,00



MÃES

LÉS -

BICAS

**ROBERTA
CLOSE :
HOMEM
OU
MULHER ?**



★
E MAIS POESIAS,
INFORMES,
CORRESPONDÊNCIA.

Edição nº 7 – abril/1985



CHANA COM CHANA

7

SÃO PAULO

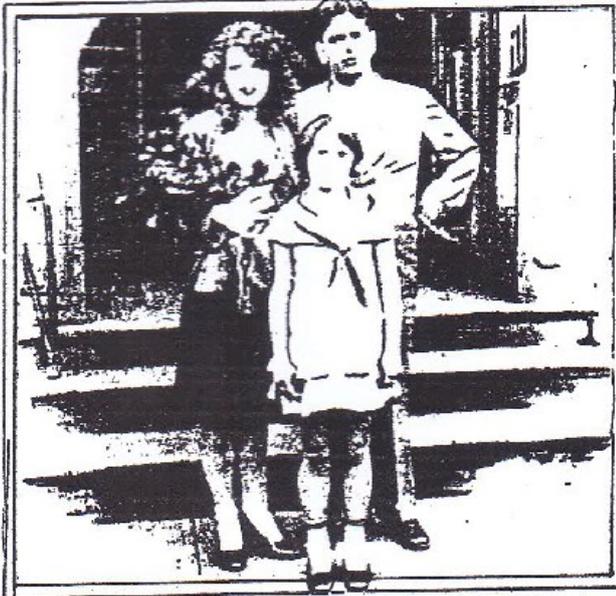
ABRIL 1985

CR\$2000 00

(PAG 9)

LÉSBICAS E FAMÍLIA

e mais poesias,
informes,
correspondência



- ENRUSTIMENTO (PÁG. 2) E SOLIDARIEDADE -



Edição nº 8 – agosto/1985



CHANA COM CHANA



SÃO PAULO

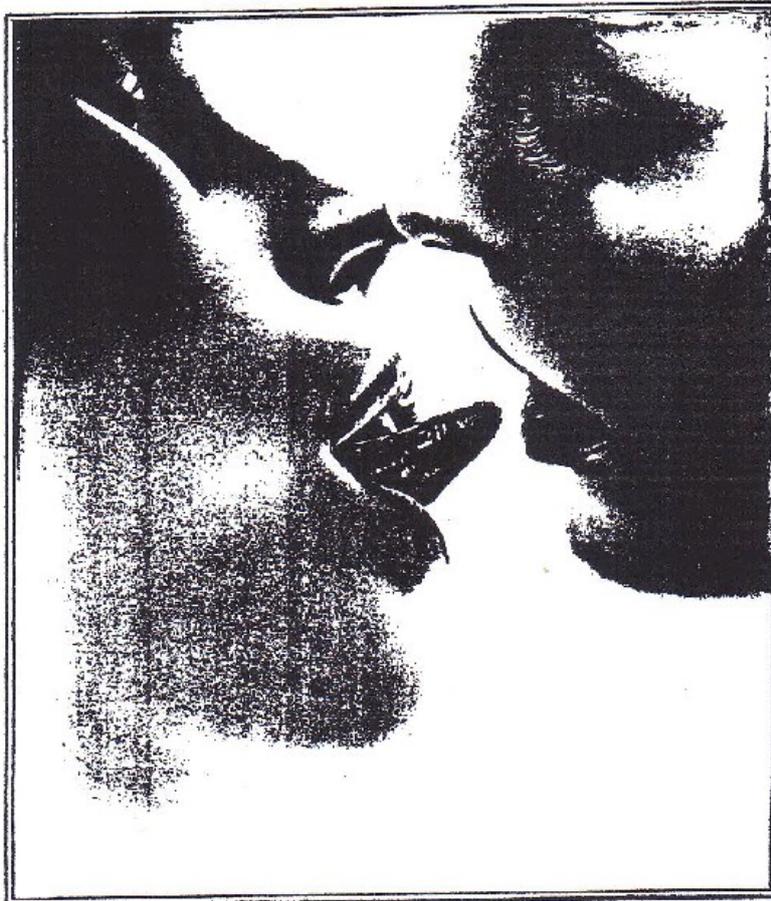
AGOSTO – 1985

CR\$3.500,00

GRUPO GAY DA BAHIA
CAIXA POSTAL 2552
40.000 – SALVADOR
BAHIA – BRASIL

LÉSBICAS E TRABALHO

PAG 19



GALF: 6 ANOS

informes · poesia · galf na tv
artigos · correspondência

Edição nº 9 – dezembro-fevereiro/1985-1986



CHANA COM CHANA

9

SÃO PAULO

DEZ / FEV 1985/8

CR\$6.000,00

LÉSBICAS E SEXUALIDADE



aids . constituinte.
poesia . troca-cartas

Edição nº 10 – junho-setembro/1986



CHANA COM CHANA

10

SAO PAULO

JUNHO SET 1986

CZ\$10,00



poesia
troca-
cartas

assumindo...

homossexuali-
dade nas
leis

CONFERÊNCIA LÉSBICA EM GENEBRA

Edição nº 11 – outubro-janeiro/1986-1987

CHANA COM CHANA

Nº 11 - OUT JAN . 1986 / 77 . CZ\$15.00



troca-cartas
poesia, resenha

encontro
feminista

informes
depoimentos
dicas de livros

ENTREVISTA COM CANDIDATAS:

IREDE CARDOSO, DULCE CARDOSO, CASSANDRA RIOS

Edição nº12 – fevereiro-maio/1987

CHANA COM CHANA

Nº 12 - F E V - M A I O . 1987 . CZ\$25.00



**ENTREVISTA COM
"SEXUALIDADE E SAÚDE"**

FEMINISMO . ELEIÇÕES . LINGUAGEM
POESIAS . TROCA-CARTAS . INFORMES

APÊNDICE 1 – RESUMO DAS EDIÇÕES DO BOLETIM CHANACOMCHANA

Edição 0 – janeiro/1981

Matérias: "Entrevista Exclusiva com Angela RoRo" (p.1); "Quem tem medo de Virgínia Woolf?" (p.3); "Exercício de Liberdade" (p.4); "Editorial" (p.4).

Informes: Não possui.

Colaboradoras da edição: Fanny, Miriam, Maria Serrath, Teca, Silvana, Cristina, Maria Carneiro, Nair Benedito.

Formas de financiamento: informação não disponível.

Cartas: não possui.

Observações: Quem tem medo de Virgínia Woolf? (p.3), o texto é reprodução de uma carta que uma feminista heterossexual escreveu para sua amiga que estava chocada com a possibilidade de um grupo se denominar lésbico-feminista.

Edição nº 1 – dezembro/1982

Matérias: Apresentação do boletim (p.1); matéria sobre o ILIS (p.1); "O Lesbianismo é um barato" (p.2); "Mulher de Chuteira" (p.3); "Carta por Sandra Mara" (p.5); "Festival de Mulheres nas Artes" (p.6).

Eventos relatados: set/1982 - festival mulheres nas artes em São Paulo, censura da música "Franchitude de Francha". GALF redige uma carta que foi lida por Ruth Escobar no encerramento do evento

Informes: GALF no encontro de entidades civis com o Gov. Franco Montoro (p.9); Prisão de Antonio Crisostomo (ex redator do Lampion - preso desde 04/07/1981) (p.9); Grupo SOS Mulher (reivindicação de tratamento adequado a mulheres que denuncia violência) (p.9).

Charges: Charge sem título de Miriam sobre discriminação contra lésbicas (p.2).

Colaboradoras: informação não disponível.

Formas de financiamento: informação não disponível.

Cartas: não possui.

Observações: "Cartas por Sandra Mara" é um texto de um panfleto distribuído pelo GALF no lançamento do livro queda para o alto em 10/1982__ Na página 7, 8 e 9 temos a transcrição da participação das feministas Antoniette Fouque (Movimento de Libertação das mulheres - FRA) e Dacia Mariani (ITA) no debate sobre homossexualidade e suas implicações políticas.

Edição nº 2 – março/1983

Matérias: Apresentação do boletim (p.1); "8 de março Dia Internacional da Mulher (história e bandeiras da data e articulações no Brasil) (p.1); "A negação da Homossexualidade" (p.2);

Fazendo Poesia (p.3); "A queda para o alto" (p.4); "Associação das donas de casa discute lesbianismo, aborto e ..." (p.6).

Eventos relatados: Mobilização de 08/03/1983; Anúncio de um bingo promovido pelo GALF em 26/03/1983.

Informes: Campo de concentração para lésbicas em Moçambique (p.11); Lesbianismo Global; Grupo Gay da Bahia (GGB) - registro enquanto entidade civil (p.11); abaixo assinado em defesa de Antonio Crisóstomo (p.11); Assassinato de travestis (p.11); 5ª conferência do ILIS de 1 a 4/04/1983 em Paris (p.11); Futebol feminino - sobre a regulamentação do esporte (p.12).

Charges: Charge sem título sobre perseguição policial - satiriza a operação sapatão (Miriam, p.2), tirinha "Maria como as outras e Mariazinha" - sobre trabalho doméstico (p.6).

Colaboradoras: Miriam, Rosely, Regina, Helena e Marisa

Formas de financiamento: Assinatura anual (6 edições) Cr\$700,00.

Cartas: São Paulo, Bahia (GGB) e Recife (p.12).

Observações: "8 de março Dia Internacional da Mulher matéria traz relato dos congresso da mulher paulista (79, 80 e 81), neste mesmo texto é apresentada uma crítica sobre as eleições de 1982 que as editoras afirmam que contribui para a desmobilização do movimento feminista que se engajou neste processo em detrimento de iniciativas próprias.

Edição nº 3 – 1983 (sem mês)

Matérias: "GALF: 4 anos de atuação"(p.1); "Depoimento 1" (Rosely) (p.8); "Depoimento 2" (Celia) (p.10); Fazendo Poesia (p.11).

Eventos relatados: GALF: 4 anos de atuação - narra diversos eventos que o GALF participou.

Informes: (p.12 a 14) Conferência do ILIS em 04/1983 em Paris; Mulheres Lésbicas nos países socialistas; Fundação para o livro escolar; Contra o parágrafo 302.0 do INAMPS; Homossexuais as maiores vítimas de preconceito - pesquisa Folha de SP para avaliar o grau de preconceito sexuais e raciais; Crisostomo finalmente solto; Os grupos homossexuais conversam com o secretário de Segurança pública (05/04/1983); Conselho Estadual da Condição Feminina; Em plenário - moção de solidariedade a Clodovil; Grupo "outra coisa": Ontem, hoje e sempre - grupo que rompe em 17/05/1983 com o Somos, pelos conflitos com os "duplos militantes".

Colaboradoras: Rosely, Celia, Miriam.

Formas de financiamento: Assinatura anual (6 edições) Cr\$1000,00.

Cartas: São José do Rio Preto/SP, Recife, GGB (p.14).

Observações: Esta edição conta com depoimento de militantes do GALF; Nesta edição também se expressam as críticas as eleições de 1982 e críticas as organizações de esquerda no movimento feminista e homossexual.

Edição nº 4 – setembro/1983

Matérias: "Democracia também para as lésbicas" (p.1); Fazendo Poesia (p.4); "Autonomia" (p.5); "Recado para as mulheres de chuteira" (p.8); Depoimento 3 (Elisete – p.9); "Recado para as mães lésbicas" (p.10); Entrevista com Tom Santos (p.11); "Homenagem a Sandra Mara Herzer" (p.14); "A função do homossexualismo na sociedade (o porquê da repressão)" (p.15).

Eventos relatados: 19/08/1983 - Revolta do Ferro's Bar relatado na matéria "Democracia também para as lésbicas"

Informes: (p. 16-17) Movimento feminista e saúde das mulheres - 22/05 discussão no conselho de condição feminina; Saúde das lésbicas - documento elaborado pelo GALF sobre questões específicas de saúde lésbica; Contra o 302.0 - moção da dep. Estadual Ruth Escobar (PMDB), moção vereadora Irede Cardoso (PT) e também nas Assembleia Legislativa do RJ e PE, junto com o abaixo assinado; Debate na associação paulista de medicina em 29/08 "Homossexualismo diagnóstico médico ou não?"; Debate com a Associação dos Sociólogos do Estado de SP (ASESP); Deu na imprensa - repercussão do "happening" no jornal Mulherio e uma matéria na Folha de SP sobre o "gay feminino" (28/08); Homossexuais informam sobre a AIDS; ADÉ: Dudu convida - grupo negro homossexual de Salvador realiza encontro na cidade; Pintando um novo grupo em Natal/RN.

Charges: "Se Freud e Marx vivessem hoje em dia" (Miriam - p.5).

Colaboradoras: Vanda, Rosely, Maria Luiza, Celia, Elisete e Liete.

Formas de financiamento: Assinatura anual (6 edições) Cr\$1500,00.

Cartas: Salvador, S. J. do Rio Preto/SP, Rio de Janeiro, São Paulo

Observações: O texto "Autonomia" é uma crítica a "dupla militância" e também às organizações de esquerda; Depoimento 3 de Elisete militante do GALF; "Recado para as mães lésbicas" - organização de uma coletânea sobre experiências de mães lésbicas org. por um grupo da Califórnia, pediu para o GALF ajudar no recolhimento de depoimentos.

Edição nº 5 – maio/1984

Matérias: "GALF 5 anos de opção" (p.2); "Ser ou estar homossexual, eis a questão?" (p.3); "Amor de cartas" (inicia na p.5 e finalizado na p.13); Poesias (p.6); "As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant" (p.8); "Desarmamento nuclear medida de emergência" (p.9).

Informes: Surgimento de um novo grupo lésbica em Salvador - Grupo Libertário Homossexual (GLH) (p.2); Ameaça a feministas e livrarias por neonazistas na Alemanha Ocidental (p.2).

Charges: "Ser ou estar homossexual, eis a questão?" - satirizando Hamlet (Miriam p.3).

Colaboradoras: Miriam, Celia, Rosely, Vanda e Naná M.

Formas de financiamento: Assinatura anual (6 edições) Cr\$6000,00; anúncios pagos (Milestantes - loja de estantes e Ferro's Bar) – chamada para anunciantes comprarem espaço de anúncio no boletim.

Cartas: Santo André/SP, São Luiz. Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro,

Observações: "As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant" - resenha do livro e adaptação para o cinema; "Ser ou estar homossexual, eis a questão?" - debate com o artigo de Peter Fry publicado no Folheto da Folha de SP em 10/01/1982 de mesmo título; "Amor de cartas" - sobre os relacionamentos lésbicos na Alemanha Oriental que aconteciam através de cartas.

Edição nº 6 – novembro – janeiro/1984-1985

Matérias: "Roberta Close: Homem ou mulher" (p.2); Poesias (p.6); "Lésbicas o difícil direito de ser mãe" (p.7); Indicação de bibliografia sobre papéis sexuais (p.10); Informativo do GALF sobre a venda de textos traduzidos (p.13).

Informes: Contra o Código 302.0(p.1); Mulheres na Índia (p.1); Wavelength (comprimento de onda) - novo jornal lésbico feminista do grupo Groundswell de Seattle (p.1); Amazonas - boletim do Grupo Libertário Homossexual de Salvador (p.1); Marcha e conferências internacionais pelos direitos homossexuais 29-30/09/1984 em NY ano internacional da ação lésbica e gay (p.11); Condenação do cantor Lindomar Cartilhos homicídio qualificado de Eliana de Grammont (esposa) (p. 11); De última hora discussão de grupos lésbicos sado masoquistas (p.12); Heteror - em 1981 a Anistia internacional não apoio as pessoas perseguidas por sua sexualidade (p.12); Encontro Nacional sobre saúde da mulher - 15 a 18/11 em Itapeirica da Serra (p.12).

Charges: "O julgamento de Lindomar" - crítica a impunidade de maridos que matam as suas mulheres (feminicídio) sob o argumento de "legítima defesa da honra" (Miriam p.11).

Colaboradoras: Maria Luisa, Miriam, Rosely, Leda e Rute.

Formas de financiamento: Cr\$1000,00 valor de venda; Assinatura anual Cr\$8000,00; Anúncios - Canapé bar e poesia, Ferro's Bar, For Us bar.

Cartas: 3 Lagoas/MS, MA, SP, PE, PR.

Observações: "Roberta Close: Homem ou mulher" - o artigo se utiliza do fenômeno Roberta Close para discutir a questão de gênero e sexualidade, desconstruindo a visão discriminatória as sexualidades e identidades de gênero diversas; "Lésbicas o difícil direito de ser mãe" - conta com a entrevista de Lúcia e Márcia (nomes fictícios) para discutir a experiência de lésbicas que são mães.

Edição nº 7 – abril/1985

Matérias: Editorial GALF (p.1); "Enrustimento e solidariedade"(p.2); Poesias (p.3); "Família"(p.4) - discussão conceitual sobre família; "Lésbicas e Família" (p.9); Indicação de leituras sobre lesbianismo e homossexualidade (p.17); "Aliança Lésbica" grupo de Iwoa City (p.17); "Uma história de heteror" (p.18); Informativo dos livros disponíveis para xerox (p.22).

Informes: Aborto no Rio (p.1); Moção contra a discriminação anti-homossexual - VIII Cong. De Psiquiatria (11/1984) (p.16); Projeto de Lei do dep. França Teixeira (Frente Liberal da Bahia) contra a discriminação anti-homossexual (p.16); Conferência Mundial da ONU sobre a década da mulher (1975-1985) em Nairóbi julho/1985 (p.16); 8 de março dia internacional da mulher (p.17); 3ª Encontro Feminista Latino Americano de do Caribe - SP 1 a 4/08/1985 (p.17).

Charges: Charge sobre os estereótipos de gênero - "nada de aula de balé para o garoto" (p.11); Charge colagem da Mafalda falando que as editoras do Chana escreveram para ela (p.12); Charge "A violência doméstica" (Miguel Paiva p14).

Colaboradoras: Mônica, Rosely.

Formas de financiamento: CR\$2000,00 valor de venda; Assinatura anual CR\$10000,00; Anúncios - Thermas Danny, Ferro's Bar, Canapé (bar)

Cartas: São Paulo, Santos, Bogotá, Campos do Jordão, São Luis, Pindamonhangaba, Silverania/MG, Carapicuíba, Maringá.

Observações: "Lésbicas e Família" - entrevista com 9 mulheres, algumas delas do GALF, sobre suas experiências com a família; "Uma história de heteror" - o Centro de informação da Mulher despejou o material do GALF, este espaço foi cedido pela Sec. de cultura do E. de SP para ser ocupado pelos grupos de mulheres.

Edição nº8 - agosto/1985

Matérias: "GALF: 6 anos" (p.1); Dicas de leituras (p.5); Poesia (p.6); "GALF na Hebe - Lésbicas X Censura" (p.7); "Uma história de heteror: Preconceito no CVV - Depoimento de uma leitora do Chana" (p.12); "Opinião da Leitora" (p.14); Indicação de leitura (p.17); "Lésbicas e Trabalho" (p.19).

Eventos relatados: "GALF na Hebe - Lésbicas X Censura" (p.7) - Participação de Rosely Roth do GALF no Programa da Hebe em 24/05/1985, primeiro debate sobre lesbianidade em um grande veículo de comunicação.

Informes: Simpósio sobre homossexualidade feminina - 18/05 no centro de convenções Rebouças (São Paulo) (p.16); Vivências Lésbicas - atividade do GALF em 29/07 com a intenção de marcar 3 datas: 13/06 ato contra a violência policial, 28/06 dia internacional da luta homossexual e 6 anos do GALF (p.16); AIDS (p.17); III Encontro Feminista Latino-Americano - de 31/07 a 04/08 em Bertioga-SP (p.17); Vitória do Movimento Homossexual - 4 anos de luta contra o artigo 302.0, 09/02/1985 o Conselho Federal de Medicina atendeu a reivindicação do movimento homossexual (p.17); 8ª Encontro Internacional do ILIS - Genebra 28-31/03/1986 (p.18); Um caso de custódia lésbica (p.18); Entre em contato conosco - divulgação da caixa postal de grupos homossexuais (p.18).

Colaboradoras: Miriam, Rosely, Maria Luiza e Rute.

Formas de financiamento: CR\$3500,00 valor de venda; anúncios - Ferro's Bar; Associação ao GALF taxa mensal CR\$5000,00 (p.15); Assinatura anual CR\$18000,00.

Observações: "GALF: 6 anos" - Tópico objetivos e atividades do GALF (p. 3 e 5) importante; "Uma história de heteror: Preconceito no CVV - Depoimento de uma leitora do Chana" - assinado por Shirley de São Paulo, o depoimento termina com um chamado para as leitoras mandarem seus depoimentos para o boletim; "Opinião da Leitora" - não traduzem a opinião do GALF, uma forma de estímulo de troca de ideias entre as mulheres lésbicas; "Lésbicas e Trabalho" (p.19) - entrevista.

Edição nº 9 – dezembro-fevereiro/1985-1986

Matérias: "Por que nós nos chamamos lésbicas?" (p.1); "Não tenha vergonha!! Lute por seu direito de viver com paz e prazer associe-se ao GALF" (p.2); "III Encontro feminista latino americano e do Caribe: enfim, de volta, um feminismo de bom astral" (p.6); Livros para xerox (p.12); Dicas de leitura (p.12); Poesia (p.13); "AIDS: fato e preconceito" (p.14); "A Homossexualidade na Constituição" (p.16); "Deusa da Cura" (p.20); "Lésbicas e Sexualidade" (p.22).

Eventos relatados: III Encontro feminista latino americano e do Caribe: enfim, de volta, um feminismo de bom astral (6) - encontro realizado em Bertioga de 31/07 a 04/08/1985, contando com a participação de 800 mulheres. As ativistas lésbicas realizaram uma reunião só com lésbicas.

Informes: Monumento às mulheres lésbicas e aos homens gays mortos em campos de concentração - em Hamburgo/Ale, é o 1ª monumento dedicado ao tema (p.3); "Lésbicas em Nairóbi - participação do ILIS na Conferência da ONU p/ encerramento da década da mulher (1975 - 85) (p.3); Fim do espaço gay - coluna do Notícias populares cancelada (p.4); Pintou o Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM) - criado pela lei 7.353 de 29/08/1985 (p.5).

Colaboradoras: Miriam, Selma, Maria Luiza

Cartas: SP: S. Paulo, S. J. dos Campos, Osasco, S. André, Capela do Alto, Santos; Rio de Janeiro, Fortaleza, Sarandi/RS, Salvador, Niterói.

Observações: A partir dessa edição a coluna de informes passa a ser chamada de "Em Movimento"; "AIDS: fato e preconceito" (14) - artigo com objetivo de informar sobre a AIDS abordando as dúvidas mais frequentes e desconstruindo os mitos; "A Homossexualidade na Constituição" (16) - este texto marca o início da discussão do GALF e do movimento homossexual sobre a Constituinte. O texto serve para informar, mas também é um chamado para que ativistas possam se articular na construção de uma proposta do movimento para a constituinte; "Deusa da cura" (20) - trazem a tradução de um artigo da revista de medicina feminista Panakaeia e Isis Women's World; "Lésbicas e Sexualidade" (22) - entrevista com mulheres para englobar os assuntos tabus do sexo lésbico, os nomes das entrevistadas são fictícios.

Edição nº 10 – junho-setembro/1986

Matérias: "O mito da opção sexual e a organização lésbica" (p.1); Dicas de leitura (p.5); Poesias; "Homossexualidade nas leis" (p.8); "Patrão à Ferro's" (p.15) - depoimento de violência sofrida no Ferro's; "Conferência Lésbica em Genebra" (p.20); "Assumindo" (p.28) - 4 depoimentos sobre assumir amar uma mulher.

Eventos relatados: Conferência Lésbica em Genebra, organizada pela ILIS, 28-31/03/1986 na universidade de Genebra, reuniu aproximadamente 600 mulheres de vários países, a maioria da Europa. Foram financiadas a ida de 7 da latino américa, 7 da Ásia, 7 mulheres negras de diferentes países, 1 da Iugoslávia e 2 integrantes de um grupo de deficientes físicos. Neste encontro houve uma reunião de grupos Latinos onde se levantou a ideia de criação de uma Rede Lésbica Latino Americana.

Informes: Contra a discriminação - Irede Cardoso aprovou o projeto (08.01.86) de cassação de alvarás de estabelecimentos que cometerem discriminação (p.16); Delegacia de Defesa das Mulheres - onde os atendimentos serão feitos apenas por mulheres e divulgação de seus endereços (p.16); Dossiê a imprensa lésbica - publicação especial da revista canadense *Amazones d'hier, lesbiennes d'aujourd'hui* prepara publicação especial sobre o tema (p.16); Homossexualidade na TV Desrespeito ou tolerância: as duas faces do preconceito (p.17); NY aprova lei antidiscriminatória - 20/03/1986 (p.18); Grupo lésbicas e homossexuais do Brasil - divulgação de contatos (p.18); Terrorismo no final da Conferência Lésbica.

Colaboradoras: Miriam, Rosely, Maria Luiza.

Formas de financiamento: CZ\$10,00 valor de venda; Assinaturas Cz\$40,00 por 4 números, Cz\$30,00 pelas edições anteriores; Associação ao GALF Cz\$20,00.

Cartas: São Paulo, Campo Grande/MS, Rio de Janeiro, Farroupilha/RS, Cidade Nova/BA, Tramandaí/RS, Cachoeira do Sul/RS, Brasília/DF, Salvador/BA, BH/MG, Iowa City/EUA, Apucarana/PR.

Observações: Ano da mudança de moeda no Brasil cruzeiro para cruzado; Nesta edição contém uma contracapa com índice organizado e uma apresentação do Chana e seus objetivos; "Homossexualidade nas leis" (p.8) - neste artigo são abordados os conjuntos de leis do Brasil que afetam as homossexuais, mostrando que apesar que não haja um dispositivo legal contra homossexuais, várias leis eram usadas nas entrelinhas para criminalizar essas pessoas e práticas. Na p. 13 são apresentados 3 pontos para a discussão das questões homossexuais na Constituinte e pelas quais os grupos deveriam iniciar o debate; p 14 afirmam que Irede Cardoso (vereadora SP PT) é uma das únicas aliadas na política que presta apoio concreto apresentando projetos de lei e moções, e inclusive rodando o boletim com a sua estrutura parlamentar; Chamado para datilografia trabalhar com o Chana.

Edição nº11 - outubro-janeiro/1986-1987

Matérias: "8ª Encontro Nacional Feminista" (p.1); Texto explicativo sobre o Labrys - símbolo das mulheres lésbicas (p.6); Poesia (p.7); Grupos Homossexuais - divulgação de caixa postal e endereço (BA, SP, RJ) (p.8); Dicas de Leitura - xerox do GALF (p.8); Dicas de leitura sobre lesbianismo e homossexualidade (p.9); "Nossos direitos" (p.10); "Entrevista com candidatas" (p.11); "É assim mesmo?..." (p.26); "Outras Mulheres" - resenha crítica do livro de mesmo título de Lisa Alther (p.28).

Eventos relatados: 8ª Encontro Nacional Feminista em Petrópolis/RJ de 7-10/08/1986. Neste encontro GALF realizou uma oficina sobre lesbianismo, participaram com 4 mulheres, ganharam uma bolsa do IBASE para garantir a participação delas. Na oficina 92 mulheres participaram (metade eram lésbicas). Importante debate sobre racismo e esterilização (p.4-5).

Informes: ILIS muda de país - transferência do secretariado para o "3º mundo" (p.23); Barra pesada nos EUA - suprema corte americana confirma a validade de leis contra sodomia existente em 24 estados (p.23); Projeto de ajuda a prisioneiros homossexuais - organizado pela ILGA para ser encaminhado para a Anistia Internacional (p.24); 1ª Encontro de Lésbicas da América Latina, do Caribe e Chicanas - encaminhamento da 8ª conferência do ILIS, para 1987 na Cidade

do México, junto com o IV Encontro Feministas Latino Americano e do Caribe (p.24); Projeto Gêmeos e GALF - tentativa do ILGA de incorporar mais grupos Latino-americanos (p.25).

Colaboradoras: Zinélia, Rosely, Maria Luiza, Célia, Miriam, Célia

Cartas: Não possui

Observações: "Nossos direitos" (p.10) - apresenta a proposta de alteração de redação do § 1.º do art. 153 da Constituição (princípio de isonomia); "Entrevista com candidatas" (p.11) - entrevista com Cassandra Rios (cand. Dep Estad PDT), Irede Cardoso e Dulce Cardoso (cand. Dep Fed PT); "É assim mesmo?..." (26) - contém uma breve apresentação de Miriam sobre o depoimento, o texto em si é um depoimento de Marina sobre violência sexual de uma jovem "Lete" por suas vizinhas.

Edição nº12 - fevereiro-maio/1987

Matérias: "Feminismo e Lesbianismo: qual a relação?" (p.1); Poesia (p.9); Dicas de leitura (p.10); Dicas de leitura Lesbianismo e homossexualidade (p.11); "Não Leia! Linguagem e repressão" (p.12); "Balanço das eleições" (p.16); "Sexualidade e Saúde" (p.25).

Informes: GALF se associa à ILGA - jan/1987 com patrocínio do grupo sueco RFSL-Malmo, juntamente com mais 4 grupos latino americanos (p.23); Feminismo - em março divulgação do relatório do VIII Encontro Nacional Feminista (p.23); Emenda La Rouche derrotada - a proposta do político de colocar portadores de AIDS em quarentena do político conservado Lyndon La Rouche foi derrotada (p.23); Grupo Atobá esclarece sobre a AIDS - movimento homossexual do RJ realiza a convite do ministério da saúde debates e campanha de esclarecimento sobre a AIDS (p.24).

Charges: "Sabia que?" - sobre participação da mulher no mercado de trabalho e economia (p.2), "Sabia que? 2" - produção no campo e escolaridade (p.3); "Sabia que? 3" - sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres (p.4); "Um close do patriarcado em ação" (p.6); Charge de reunião de mulheres (p.29).

Colaboradoras: Miriam, Célia, Rosely.

Formas de financiamento: Cz\$25,00 valor de venda; Anúncio - Enfans Bar, Bughouse Discotheque; Assinatura Cz\$100,00 por 4 números Cz\$100,00 pelos números anteriores; Associação ao GALF Cz\$40,00.

Cartas: Não possui.

Observações: "Sexualidade e Saúde" (p.25) - Entrevista com Maria José e Melody do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, realizada em dez/1987 na sede do coletivo em Pinheiros - São Paulo.